

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

CONTRADIÇÃO E DETERMINISMO:

Um estudo sobre o problema dos futuros contingentes em Tomás de Aquino

Ana Rieger Schmidt

Porto Alegre

2009

ANA RIEGER SCHMIDT

CONTRADIÇÃO E DETERMINISMO:

Um estudo sobre o problema dos futuros contingentes em Tomás de Aquino

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Carlos Storck

Porto Alegre

2009

Mas o homem tem tamanha predileção por sistemas e deduções abstratas que ele está predisposto a (...) negar a evidência de seus sentidos apenas para justificar sua lógica.

Fiódor Dostoiévski, *Notas do Subsolo*

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador,
pela dedicação e amizade.

Aos colegas
com quem tive a oportunidade
e o prazer de discutir longamente as
dificuldades relativas
a este trabalho.

À minha irmã,
pelo constante entusiasmo e apoio pessoal.

RESUMO

A presente dissertação investiga a interpretação de Tomás de Aquino ao problema dos futuros contingentes, relativo ao capítulo 9 do tratado *De Interpretatione*, de Aristóteles. O objetivo central é explicar qual a função do termo “*determinatè*” na interpretação de Tomás. Para isso, reconstrói a noção aristotélica de proposição como uma atividade enunciativa, assim como investiga o Livro Gama da *Metafísica*, o qual defende os princípios de não contradição e terceiro excluído. Nesse percurso, chama a atenção para o fato de que, do ponto de vista da proposição, as formulações sintáticas dos princípios metafísicos são *primeiras* em relação às semânticas. Com isso, pretende identificar uma distinção entre as condições de sentido de uma proposição e a atribuição de um valor verdade e, através de tal distinção, propõe uma leitura para a solução de Tomás de Aquino ao problema referido. Conclui que a oposição contraditória como exclusiva e exaustiva é uma tese logicamente anterior à caracterização da proposição como bivalente ou determinadamente verdadeira ou falsa.

Palavras-chave: Tomás de Aquino; Futuros Contingentes; Determinismo; Bivalência; Contradição.

ABSTRACT

This dissertation investigates the interpretation of Thomas Aquinas to the problem of future contingents, concerning the chapter 9 of Aristotle’s *De Interpretatione*. The main goal is to explain what is the function of the term “*determinatè*” on Aquinas’s interpretation. For that reason, the dissertation intends to reconstruct Aristotle’s notion of proposition as an enunciating activity, as well as to investigate the Book Gamma of *Metaphysics*, which defends the principles of non-contradiction and excluded middle. During that reasoning, it turns the attention to the fact that, from the proposition’s point of view, the syntactic formulations of the metaphysical principles are *prior* to the semantic ones. Thereby, it claims to identify a distinction between the sense conditions of a proposition and the attribution of a truth value and, as a result of that distinction, it proposes a reading of Aquinas’s solution to the abovementioned problem. It concludes that the contradictory opposition as excluding and exhausting is a thesis logically prior to the characterization of a proposition as bivalent or determinately true or false.

Key-words: Thomas Aquinas; Future Contingents; Determinism; Bivalence; Contradiction.

SUMÁRIO

Abreviações.....	06
INTRODUÇÃO.....	07
1. Comentário de Tomás de Aquino ao <i>De Interpretatione</i>	11
PRIMEIRA PARTE	
Capítulo I - Os princípios da proposição.....	15
1. O nome e o verbo.....	16
2. A definição de proposição.....	18
3. O princípio de bivalência.....	22
4. A definição aristotélica de verdade.....	25
5. Contradição.....	27
Capítulo II - Os princípios do <i>ser enquanto ser</i>.....	31
1. Argumentação elêntica em favor do PNC.....	37
2. Dos nomes às proposições.....	42
3. Princípio do terceiro excluído.....	46
4. Argumentação elêntica em favor do PTE.....	52
5. As mesmas posições destroem a elas mesmas.....	55
6. Qual a formulação correta do PTE?.....	57
Capítulo III - O quadro das oposições.....	59
1. Aplicação da regra dos pares contraditórios.....	64

SEGUNDA PARTE

Capítulo IV – O Argumento Determinista.....	69
1. Primeiro argumento.....	76
2. Segundo Argumento.....	78
3. Tipos de necessidade em Aristóteles.....	81
4. Contingência.....	83
5. Necessidade <i>simpliciter</i> e necessidade <i>ex suppositione</i>	86
Capítulo V – A solução de Tomás de Aquino.....	89
1. Bipolaridade e bivalência.....	97
2. A interpretação tradicional.....	102
3. A interpretação de Tomás de Aquino e a interpretação tradicional.....	104
4. O <i>status</i> do futuro.....	105
Conclusão.....	108
Referências bibliográficas.....	112

ABREVIações

Obras de Aristóteles

Cat. - Categoriae

De Int. – De Interpretatione

An. Pr. – Analytica Priora

An. Post. - Analytica Posteriora

Phys. - Physica

De An. – De Anima

De Part. Anim. – De Partibus Animalium

Met. - Metaphysica

EN – Ethica Nicomachea

Comentários de Tomás de Aquino

In An. Post. Expositio libri Posteriorum Analyticorum

In De Int. - Expositio libri Periermeneias

In De An. - Sententia libri De anima

In Met. - Sententia libri Metaphysicae

In EN - Sententia libri Ethicorum

Obras de Tomás de Aquino

S. Th. - Summa Theologiae

INTRODUÇÃO

O determinismo (ou fatalismo) é a visão segundo a qual para tudo o que ocorre, sempre foi necessário ou inevitável que ocorresse, de modo que não podemos fazer nada diferente daquilo que realmente fazemos e, de modo geral, nada poderia ser diferente de como é *agora*. Não somente o nosso presente, mas também nosso futuro já estaria determinado *antes* de ser atualizado.

Há, na história da filosofia, pelo menos três razões para sustentar o determinismo: a) ou porque as proposições que descrevem os eventos futuros já são verdadeiras (ou falsas) agora; b) porque existe um ser onisciente que conhece os eventos antes que eles ocorram, c) porque todo evento tem uma causa a qual, por sua vez, tem outra causa e assim por diante, de modo que poderíamos percorrer qualquer série causal em direção ao passado e constatar que um evento presente já estava determinado muito antes de ocorrer. O primeiro caso é geralmente chamado de *determinismo lógico*, já que é defendido com base em argumentos de natureza lógica; o segundo, de *determinismo teológico*, pois incorpora a figura divina de um ser onisciente; e o terceiro, de *determinismo causal*, pois está assentado nas noções de causa e efeito.

O argumento determinista mais célebre é certamente aquele apresentado (e refutado) por Aristóteles no capítulo 9 do seu tratado lógico *De Interpretatione* (ou *Peri Hermeneias*). Segundo esse argumento, se admitimos que toda proposição possui um valor de verdade, segue-se que as proposições que descrevem eventos futuros (e estão incluídos aqui os eventos resultantes da ação humana) também possuem um valor de verdade. Mas se um evento futuro é verdadeiro, parece seguir-se que esse evento não pode *não* ocorrer e que, portanto, ocorrerá necessariamente; se falso, tal evento não pode ocorrer, isto é, necessariamente não ocorrerá. Assim, os eventos futuros já estão logicamente determinados, pois estão determinados quanto ao seu valor de verdade – o que elimina a contingência dos eventos futuros.

Desde o momento em que Aristóteles escreveu *De Int*9, o interesse sobre seu texto permanece atual e, até os dias de hoje, motiva a publicação de artigos e livros. Ainda assim, não há nada que indique um consenso sobre a sua solução. Isso se deve a duas razões: por um lado, há a dificuldade de saber se Aristóteles está correto ao apresentar argumentos contra o determinismo; por outro, o texto é intrincado e ambíguo, de modo que, sustentam alguns, é difícil perceber exatamente o que está sendo dito.

As interpretações contemporâneas de *De Int* 9 podem ser classificadas em dois grupos. O primeiro, comumente chamado de “interpretação tradicional”, defende que Aristóteles pretende refutar o argumento determinista negando que proposições futuras contingentes tenham valores de verdade. Assim, não é verdadeiro nem falso *agora* que amanhã haverá uma batalha naval. Isso significa dizer que o princípio de bivalência (segundo o qual toda proposição é verdadeira ou falsa), provavelmente enunciado por Aristóteles alguns capítulos antes¹, tem sua validade limitada às proposições sobre o presente e o passado. Todavia, o princípio do terceiro excluído (segundo o qual, em um par contraditório, ou bem a afirmação ou a negação deve ser verdadeira) seria explicitamente mantido como tendo validade irrestrita. Lukasiewicz (1970)², Kneale (1984), Ackrill (1963), Craig (1988) e Frede (1985) podem ser colocados no primeiro grupo, embora haja consideráveis divergências entre eles, especialmente sobre como o argumento determinista estabelece a sua conclusão.

Como representantes do segundo grupo podemos citar Anscombe (1956), Strang (1960), Rescher (1969) e Hintikka (1964). O ponto em comum entre esses últimos intérpretes consiste em dizer que o que Aristóteles nega em relação às proposições futuras em matéria contingente não é a sua verdade, mas o fato de serem necessárias. Assim, essas interpretações procuram mostrar que as proposições futuras continuam sendo verdadeiras ou falsas, mas isso não faz com que elas sejam necessárias, tal como as proposições passadas e presentes. Isso quer dizer que as proposições passadas e presentes carregam um tipo de necessidade temporal, que não atinge as proposições futuras. O princípio de bivalência e o terceiro excluído são preservados para todas as proposições (presentes, passadas e futuras) apenas o modal atribuído a elas difere.

¹ *De Int*. Cap. 4, 16b33.

² Note-se que a interpretação de Lukasiewicz sobre *De Int* 9 é diferente da *sua* solução ao problema, é bem sabido que o lógico polonês, diante do argumento determinista, desenvolveu um sistema polivalente, o qual atribui o terceiro valor de verdade “neutro” às proposições futuras. Essa alternativa, como ele mesmo o reconhece, nada tem de aristotélica.

Mas não devemos apenas a Aristóteles a tarefa de problematizar o determinismo lógico: Diodoro Cronus foi provavelmente seu contemporâneo e é autor de outro célebre argumento determinista, conhecido como o *Argumento Dominador*. Na verdade, o argumento atribuído a Diodoro não é explicitamente uma defesa do determinismo, mas antes uma exposição da noção de possibilidade, a qual, por sua vez, parece implicar o determinismo. De qualquer forma, foi por essa característica que o argumento ficou conhecido desde a antiguidade.

O argumento de Diodoro foi preservado por Epíteto³, mas somente em suas premissas, ou seja, sem os passos intermediários, o que torna a sua reconstrução consideravelmente difícil⁴. A primeira premissa diz que *tudo o que é passado e verdadeiro é necessário*, a segunda que *do possível não se segue o impossível* e, em terceiro lugar, que *só é possível o que não é verdadeiro e nem o será*. Percebendo a inconsistência das duas primeiras premissas com a terceira, Diodoro a nega. Com efeito, a definição de “possível” passa a ser *é possível aquilo que é ou será* (ou ainda, *aquilo que é verdade ou será verdade*). Mas isso quer dizer que nada mais é possível, de modo que não há eventos futuros alternativos, mas somente aqueles que ou já se realizaram, ou estão sendo realizados, ou ocorrerão necessariamente.

Se considerarmos que Diodoro era mais jovem que Aristóteles, podemos presumir que ele tenha tomado “emprestado” algumas premissas suas (Aristóteles aceita explicitamente as duas primeiras premissas do Argumento Dominador) para utilizá-las contra ele⁵. A hipótese de que Diodoro estaria respondendo ao cap. 9 do *De Interpretatione* não é a única que foi levantada. De fato, não há consenso de quem estaria respondendo a quem⁶. Não é claro que Diodoro tenha tido acesso às obras de Aristóteles quando formulou seu argumento, já que também não se sabe com certeza se o *De interpretatione* é um escrito jovem ou tardio do Estagirita. Todavia, independentemente de ser uma resposta a Diodoro ou não, o argumento de *De Int. 9* se tornou por si só a principal fonte de uma incansável discussão sobre a natureza do futuro e das proposições e sua relação com a verdade, percorrendo a Idade Média até os dias de hoje.

Aristóteles limitou-se aos aspectos lógicos do problema, mas alguns dos maiores filósofos da antiguidade tardia e do início da Idade Média (como Boécio, Agostinho e

³ EPÍTETO, *Entretiens*, II, XIX, 1.

⁴ Diversas reconstruções foram oferecidas ao Argumento Dominador, mas as que mais têm recebido destaque na literatura secundária são aquelas de Prior (1957) e de Hintikka (1973, Cap. 9).

⁵ Cf. SORABJI (1980, p. 107)

⁶ Hintikka (1973), por exemplo, toma Diodoro como respondendo a Aristóteles. Já P.M. Schuhl (1960) pensa que o contrário é o caso.

Anselmo), adicionaram ao problema lógico o elemento teológico do conhecimento divino. O problema da compatibilização da onisciência divina com futuros contingentes pode ser colocado assim: como pode Deus conhecer o futuro sem que isso acarrete que o futuro esteja determinado? Mais especificamente com respeito à liberdade humana, como pode Deus conhecer o que vamos fazer no futuro, sem com isso eliminar nossa liberdade? É bem sabido que para os filósofos cristãos durante Idade Média consideravam fundamental que um Deus perfeito deva ser onisciente e, portanto, ter a capacidade de conhecer o futuro. Também era largamente aceito que Deus é justo e que os seres humanos são livres, de modo que Deus pode punir justamente aqueles que fizeram mau uso de sua liberdade. Que não era possível abrir mão de nenhuma dessas teses era consenso, mas como conciliá-las foi por muito tempo fonte de discussão, e ainda o é⁷.

No período medieval, todavia, uma solução em particular gozou de certa popularidade: Boécio e Tomás de Aquino procuraram solucioná-lo recorrendo à noção de eternidade por oposição à de tempo. Foi sustentado que Deus, enquanto eterno, não tem rigorosamente uma *previdência* dos eventos futuros, pois providência implica a existência do sujeito cognoscente *antes* do evento. Mas Deus poderia existir *antes* ou *depois* de um evento apenas se submetido ao tempo. Por estar na eternidade, os eventos futuros não são na verdade futuros para ele – e tão pouco passados ou temporalmente presentes⁸.

Esse problema é um caso típico das disputas que tiveram sua origem na recepção das obras de Aristóteles pela filosofia medieval. Neste período, os filósofos tiveram que conciliar muitas teses incompatíveis com vistas a preservar as bases de sua fé e, ao mesmo tempo, satisfazer a exigência intelectual de que sua fé seja de um modo geral logicamente coerente. Os teólogos escolásticos muitas vezes tinham a tarefa de aceitar muitas teses como dadas pelas escrituras sagradas, para depois mostrar que era possível dar uma explicação racional para elas⁹.

O problema dos futuros contingentes e da onisciência divina era tão intenso quanto aquele da Trindade, mas de interesse mais amplo. A discussão acerca da Trindade era restrita aos pensadores cristãos, já que somente eles acreditavam na idéia de um Deus

⁷ Tomem-se, a título de exemplo, as seguintes publicações: HASKER, William. *God, Time and Knowledge*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1989. PIKE, Nelson, *Time and Timelessness*. Eugene: Wipf and Stock Publishers, 2002. PRIOR, A. N., *Papers on Time and Tense*. New York: Oxford University Press, 2003, Cap. IV. NORMORE, Calvin. Divine Omniscience, Omnipotence and Future Contingents, An overview. In.: RUDAVSKY, Tamar (org.). *Divine Omniscience and Omnipotence in Medieval Philosophy: Islamic, Jewish and Christian perspectives*. Synthese Historical Library, n. 25. Dordrecht: Reidel, 1985. Conferir ainda bibliografia adicional em CRAIG, William L. *Time and Eternity: exploring God's relationship to time*. Wheaton: Cross Books, 2001.

⁸ Cf. *S Th* I, Q. 10.

⁹ Cf. SCHABEL (2000, p.1).

triúno. Por outro lado, o problema de compatibilizar a capacidade divina de prever o futuro com os futuros contingentes gerou também o mesmo problema para Neo-Platonistas¹⁰, Judeus e Árabes, que compartilhavam a crença da onisciência divina, também adquirida por revelação. A inclusão por Pedro Lombardo do problema em suas famosas *Sentenças*¹¹ (obra que consiste na compilação de diversos tópicos centrais à teologia) garantiu que o tema fosse sistematicamente revisitado por alunos e mestres, dentre eles, Tomás de Aquino. O debate alcançou um de seus momentos mais intensos no final da Idade Média, particularmente na primeira metade do séc. XIV, nas universidades de Paris e Oxford com nomes como Guilherme de Ockham e Pierre Auriol¹².

De modo geral, tratado do *De interpretatione* gerou um problema recorrente, levantando uma intensa discussão sobre verdade, linguagem, lógica e liberdade, garantindo a sua transmissão e exegese através dos séculos.

1. O Comentário de Tomás de Aquino ao *De Interpretatione*

A presente dissertação buscará analisar o modo como Tomás de Aquino resolve o problema lógico dos futuros contingentes em seus comentários ao *De Interpretatione*. Seguindo Boécio, Tomás curiosamente introduz a noção de *verdade determinada* em sua solução ao problema de *De Int 9*, termo ausente no texto aristotélico. Enquanto as proposições presentes e passadas são determinadamente verdadeiras ou falsas, as futuras em matéria contingente não o são (isto é, são indeterminadamente verdadeiras ou falsas). A resposta ao argumento determinista em termos de verdade e falsidade indeterminada também rendeu certo número de interpretações divergentes. Foi defendido, por exemplo, que “*determinatè*” se referia a um terceiro valor de verdade, ou que devesse ser tomado como equivalente a “necessário”.

Nosso objetivo principal será o de explicar qual a função do termo “*determinatè*” na interpretação de Tomás. Por certo, para que a nossa leitura seja adequada ao problema levantado por Aristóteles, ela deve satisfazer algumas condições. Em primeiro lugar, ela deve observar o caráter contingente do futuro de modo a permitir a refutação do argumento

¹⁰ Tome-se o exemplo do *De Providentia et Fato*, de Proclo. Ver também SORABJI, Richard. *Time, Creation and the Continuum*. London: Duckworth, 1983. p. 241.

¹¹ No livro I, distinção 38, os escolásticos se deparavam com a seguinte questão: “Pode Deus conhecer os futuros contingentes?”. A primeira resposta, fornecida retoricamente, dizia: “Não, pois não há verdade determinada sobre futuros contingentes, de acordo com o Filósofo em seu *Peri Hermeneias*, mas Deus conhece somente o que é verdadeiro; portanto Deus não conhece futuros contingentes”.

¹² Cf. SCHABEL (2000).

determinista. Em segundo, ela deve preservar as idéias fundamentais da lógica aristotélica. Para isso, é imprescindível reconstruir a noção aristotélica de proposição como uma atividade enunciativa, para então identificar o que poderia significar, para uma proposição, ser determinadamente verdadeira (ou falsa), em detrimento de ser indeterminadamente verdadeira (ou falsa). Como veremos, tal tarefa não se esgota na análise dos primeiros capítulos do *De Interpretatione*, mas deve ser feito o esforço de reconstruir o Livro Gama da *Metafísica*, o qual defende os princípios de não contradição e terceiro excluído como condições de sentido de todo o discurso – e especialmente do discurso proposicional.

Nesta etapa, cremos ser possível mostrar que, para Tomás de Aquino, os argumentos a favor desses princípios podem ser tomados em um registro exclusivamente lingüístico, tal como já foi defendido para o caso de Aristóteles¹³. Pretendemos mostrar que a leitura de Tomás endossa a leitura semântica dos argumentos de Gama 4, isto é, permite que o argumento transcorra sem exigir elementos extra-lingüísticos. Isso nos possibilitará concluir que os princípios do ser enquanto ser têm validade irrestrita, estejamos falando de definições de nomes ou de estados de coisas particulares, sejam eles existentes ou não existentes, necessários ou contingentes. É importante, para tanto, mostrar que o discurso significativo goza de certa autonomia perante os fatos, ou seja, podemos preservar o sentido e a consistência do discurso (em especial, do discurso proposicional) sem recorrer ao modo como as coisas estão. Procuraremos mostrar, em suma, que o sentido de uma proposição é independente do fato dela possuir um valor de verdade.

Buscaremos ainda mostrar que, além de fornecer uma solução sólida e consistente com o conjunto da obra de Aristóteles, a interpretação de Tomás tem uma vantagem sobre a interpretação tradicional. Ao interpretar a passagem do *De Int.* que traz a definição de proposição, não somos levados a admitir (precipitadamente) que a bivalência é uma característica essencial da proposição, e muito menos que se trata de um princípio lógico. Ao fazermos isso, evitamos o inconveniente de, em um primeiro momento, assumir um princípio lógico para depois restringir sua validade a um domínio específico de proposições. Além disso, se a bivalência for tomada como uma característica essencial da proposição, então permanece o ônus de explicar por que proposições que descrevem estados de coisas futuros e em matéria contingente – tal como “amanhã haverá uma batalha naval” – ainda podem ser consideradas proposições.

A dissertação divide-se, assim, em duas partes. De modo geral, a primeira trata da natureza da proposição, suas conseqüências e pressupostos, enquanto que a segunda trata

¹³ Cf. ZILLIG (2007).

do problema dos futuros contingentes propriamente dito: sua formulação e solução segundo a leitura de Tomás. A primeira parte concerne às lições I a XII do comentário de Tomás ao *De Interpretatione*, assim como o seu comentário ao livro Gama da *Metafísica*. É nessa etapa que nossa estratégia geral terá papel proeminente, pois cremos ser importante mostrar que o fato de uma proposição possuir sentido é independente de possuir um valor de verdade já desde os textos que fornecem a base para o problema, notadamente os textos sobre os princípios de não contradição e terceiro excluído. Isso fará com que não nos precipitemos sobre as passagens nucleares do tratado, de modo que, quando nos depararmos com a solução de Tomás, não seja necessário abrir mão de alguma tese que nos parecia correta ou essencial. Se procedermos corretamente na primeira parte, a solução ao problema, longe de contra-intuitiva ou desconcertante, seguir-se-á naturalmente.

PRIMEIRA PARTE

I. OS PRINCÍPIOS DA PROPOSIÇÃO

O *De Interpretatione* é tradicionalmente considerado como o segundo tratado do *Organon*, localizado entre as *Categorias* e os *Primeiros Analíticos*. De acordo com essa organização dos tratados, o *De Interpretatione* tem a proposição como seu objeto central, de modo que pressupõe os resultados das *Categorias* (a qual trata dos elementos constitutivos da proposição) e prepara o caminho para o estudo dos silogismos nos *Primeiros Analíticos*, os quais são formados por proposições¹⁴. A ordenação dos tratados segue, assim, um critério de complexidade.

O mesmo critério é observado na ordenação dos seus capítulos, que podem ser divididos em dois blocos: o estudo da proposição e o estudo da contradição. O estudo das proposições toma como ponto de partida o *nome* e o *verbo*, na medida em que estes são as partes significativas mínimas da proposição. Em seguida, passamos à célebre (e igualmente polêmica) definição de proposição, sucedida pela definição de contradição, a qual finalmente nos leva à investigação dos diferentes tipos de oposição mantidas entre proposições.

Veremos que o problema dos futuros contingentes emerge precisamente da concepção de proposição e das suas relações com a concepção aristotélica de verdade. Isso significa que diversas teses centrais à solução de Tomás ao problema citado encontram suas raízes (ainda que talvez não plenamente desenvolvidas) nas primeiras lições de seu comentário. Portanto, é absolutamente imprescindível reconstruir a leitura de Tomás através dos primeiros capítulos do tratado. Nossa análise será orientada, com efeito, por esses elementos nucleares, a saber, i) a relação entre nome e verbo, ii) a definição de proposição e suas dificuldades interpretativas, iii) a concepção de verdade como correspondência e suas conseqüências e iv) a definição de contradição.

¹⁴ Cf. WHITAKER (1996, p. 1) e ACKRILL (1963, p. 69).

1. O Nome e o Verbo

Segundo Tomás, nomes falados simbolizam primeiramente afecções mentais e apenas secundariamente coisas reais. Assim como palavras escritas, nomes falados não são os mesmos para todos os homens e, por isso, são convencionais. Todavia, as afecções mentais e as coisas reais simbolizadas são as mesmas para todos os homens. Embora chamemos de “sol” o que ingleses chamam de “*sun*” e o que franceses chamam de “*soleil*”, a afecção mental e o objeto ao qual nos referimos são os mesmos. De modo geral, no início do *De Interpretatione* são estabelecidas as seguintes teses acerca da linguagem:

- (i) marcas escritas são, por convenção, sinais de sons falados;
- (ii) sons falados são, por convenção, sinais de imagens mentais ou pensamentos simples;
- (iii) as imagens mentais são, por natureza, sinais de coisas reais.

Tomás de Aquino não as desenvolve pois, como o próprio Filósofo nota, estas teses são objeto do tratado *De Anima*. A discussão segue imediatamente para a definição das partes constitutivas da proposição. Seguindo Aristóteles, dá-nos cinco elementos da definição de nome¹⁵:

- (a) Tem “som vocal” como seu gênero. Isso distingue o nome falado de outros sons proferidos por animais, pois um som vocal envolve mais que um mero ruído, por assim dizer, mas envolve também uma imagem mental¹⁶;
- (b) Além de vocal, é um som que tem significado. Isso diferencia o nome de sons que não carregam significado, tal como, um chiado sem propósito;
- (c) O nome adquire um significado por convenção;
- (d) O nome é “sem tempo”, o que o diferencia do verbo (voltaremos a esse ponto logo abaixo quando tratarmos especificamente do verbo);

¹⁵ *In De An.*, Livro I, Lição IV, 4.

¹⁶ Não desenvolveremos os pontos (a), (b) ou (c), pois segundo Aristóteles, tal discussão pertence ao tratado *De Anima* (cap. II).

- (e) Nenhuma parte do nome (entenda-se suas sílabas e letras) possui sentido separadamente, ou seja, fora do contexto do nome. As partes do nome relacionam-se com o seu significado somente enquanto pertencentes ao todo.

No mesmo tratado, há outra caracterização dos nomes em simples e compostos. Todavia, essa diferenciação é meramente accidental quanto àquilo que está sendo representado. Tome-se o caso “navio-pirata”, sendo que “navio” tem um significado e “pirata” outro. A união dessas palavras dá origem a uma terceira, desta vez complexa. Mas, do ponto de vista lógico, é possível substituí-la por uma simples, o que mostra que a sua composição é meramente accidental e convencional. Sua complexidade é somente relevante do ponto de vista gramatical, não tendo, portanto, papel algum neste tratado. Assim, “navio-pirata” continua sendo um nome, o qual constitui a primeira unidade de significação.

Por sua vez, o verbo é um elemento da proposição que cumpre com mais duas funções adicionais: ele significa o tempo e ainda é um “sinal de algo dito de algo”. Aparece duas vezes no texto de Aristóteles que o verbo é essencial à proposição, pois não pode haver afirmação nem negação sem ele¹⁷. No entanto, isolado do contexto proposicional, ele não cumpre com suas funções, pois não pode predicar nada na ausência de um nome para receber a predicação. Assim, com respeito ao verbo são apresentados três elementos¹⁸:

- (a) O verbo significa com tempo. Como foi dito, isso o distingue do nome, o qual significa sem tempo;
- (b) Assim como o nome, nenhuma parte sua significa separadamente;
- (c) O verbo é um sinal de uma coisa dita de outra coisa. Por isto podemos entender que o verbo cumpre a função de predicação.

Devemos agora procurar compreender o que significa dizer que o verbo é sempre um sinal de algo que pertence a algo. Como nota Tomás, isso é o mesmo que dizer que o verbo é um sinal de um predicado pertencendo a um sujeito. Ou seja, o sujeito de uma proposição designa aquilo em que algo inere, ou aquilo ao qual algo é adicionado¹⁹. Assim, enquanto a função do nome é identificar algo, cabe ao verbo a função qualificá-lo,

¹⁷ Cf. *De Int.*, 17a10; 19b12.

¹⁸ *In De Int.* Lição V 7.

¹⁹ *In De Int.* Lição V, 8.

adicionar algo àquilo que o nome significa. Em suma, toda qualificação introduzida por um verbo em relação a um sujeito é sempre a apresentação desse como possuindo, em certo momento, um determinado aspecto.

2. A Definição de Proposição

Tendo estabelecido a definição do nome e do verbo, os quais são os princípios da proposição, na medida em que são suas partes, Tomás de Aquino passa a tratar da proposição em si mesma. Porém, antes de enunciar qual seja a sua definição, é preciso reconstruir os passos que a justificam. Para tanto, decidimos não seguir exatamente a ordem do texto e adiantar alguns elementos importantes para uma compreensão satisfatória da definição em questão²⁰. O primeiro passo é identificar o discurso (gênero ao qual a proposição pertence) como um instrumento da razão. Mais precisamente, o discurso é usado para significar as concepções do intelecto. O segundo passo é discriminar duas operações do intelecto, responsáveis pela divisão do discurso em discurso simples e discurso proposicional.

No seu comentário ao *De Anima*, Tomás de Aquino distingue duas operações do intelecto²¹: uma entende as coisas em si mesmas, de modo simples, tal como quando temos entendimento de um homem, ou de um touro. Tal operação, segundo Tomás, não envolve falsidade por dois motivos: (i) porque objetos em si mesmos não são nem verdadeiros nem falsos e (ii) porque a alma não se engana acerca de coisas simples. O que deve ser ressaltado aqui é que quando se trata de objetos simples, que não estejam combinados com outros objetos, os valores “verdadeiro” ou “falso” não se aplicam, pois essa só pode ser, como veremos abaixo, uma característica de coisas complexas.

A segunda atividade do intelecto envolve a combinação e separação o que, por sua vez, permite significar o verdadeiro e o falso. Para entendermos a relação desta operação com os valores de verdade, convém trazer as definições de afirmação e negação, embora sejam desenvolvidas somente na próxima lição. Afirmar algo é, a partir da relação de um nome com um verbo, representá-los como combinados. Por exemplo, tome-se o nome “Sócrates” e o verbo “corre”: uma afirmação combina-os na proposição “Sócrates corre”. A

²⁰ É possível perceber no texto de Tomás um esforço para reconstruir os fundamentos da definição de proposição, a qual é repentinamente enunciada por Aristóteles. Sinal disso é o fato de Tomás recorrer à tese das operações do intelecto para explicar a divisão da proposição em afirmativas e negativas, ausente no texto aristotélico.

²¹ *In De An.*, Livro III, Lição XXI, 746.

negação, por outro lado, representa o nome e o verbo como divididos²². A divisão é indicada pela presença da negação “não” separando a atribuição do verbo ao nome, como em “Sócrates não corre”. Dito de outro modo, “a afirmação é a enunciação de algo sobre algo e que significa *ser*; enquanto que a negação é a enunciação de algo separado de algo e que significa *não ser*”²³.

Alguns intérpretes contemporâneos de Aristóteles²⁴ apontam haver dois formatos proposicionais nos textos de Aristóteles, pois às vezes ele se refere à forma geral da proposição como a combinação de um nome mais um verbo – caso especialmente do *De Interpretatione* – e em outras como a combinação de três elementos: sujeito, cópula e predicado na forma “S é P”. Esta é a forma proposicional presente nos *Segundos Analíticos*, onde cumpre a função de compor silogismos, os quais dependem de sua estrutura tripartite. Sem ela não seria possível passar das premissas à conclusão na inferência “A é B; B é C; Logo, A é C”. Pensamos, no entanto, que se tratam, aos olhos de Aristóteles e de Tomás de Aquino, de duas formas alternativas de expressar a mesma composição proposicional. Na *Metafísica*, livro V 7, Aristóteles é explícito quanto à equivalência dessas duas formas proposicionais, o que gera o seguinte comentário de Tomás:

Porque em algumas predicções nas quais manifestamente este verbo “é” não aparece, pensa-se que elas não envolvem a predicção do ente, como em “o homem caminha”. Conseqüentemente, Aristóteles rejeita isso, dizendo que em todas as predicções deste tipo algo é significado como *ser*; pois qualquer verbo é reduzido a este verbo “é” mais um participio. Pois não há diferença em dizer “o homem é convalescente” e “o homem convalesce”²⁵.

Assim como na proposição bipartite, a proposição tripartite apresenta uma composição ou uma separação de acordo com a segunda atividade do intelecto e é justamente o ato de compor/separar que permite caracterizá-la como discurso proposicional,

²² Preferimos não utilizar a palavra “divisão” para nos referirmos à separação entre sujeito e predicado visada pela negação, por dois motivos: em primeiro lugar, porque essa noção também tem o sentido de partição de um todo em seus elementos constituintes, mas o tipo de divisão em jogo aqui diz respeito a dois elementos distintos que são colocados um à parte de outro, sem pertencerem previamente a um composto. Em segundo lugar, o termo “divisão” terá um papel importante adiante quando da solução ao problema dos futuros contingentes e queremos, portanto, poupá-lo.

²³ *In De Int.*, Lição VIII, 21.

²⁴ Para uma discussão sobre dificuldades envolvidas das análises bipartites e tripartites da proposição, cf. GEACH, Peter. *Logic Matters*. Oxford: Basil Blackwell, 1981, Cap. 1. e BÄCK, Allan. *Aristotle's Theory of Predication*. Brill: Leiden, 2000.

²⁵ *In Met.* Lição IX, 893. Quia vero quaedam praedicantur, in quibus manifeste non apponitur hoc verbum est, ne credatur quod illae praedicationes non pertineant ad praedicationem entis, ut cum dicitur, homo ambulat, ideo consequenter hoc removet, dicens quod in omnibus huiusmodi praedicationibus significatur aliquid esse. Verbum enim quodlibet resolvitur in hoc verbum est, et participium. Nihil enim differt dicere, homo convalescens est, et homo convalescit.

sendo irrelevante para os nossos propósitos o número de elementos utilizados para compor ou separar. O verbo “ser”, a rigor, sequer pode ser considerado como um terceiro elemento, visto que no formato “S é P” ele cumpre apenas a função de fazer a composição entre o sujeito e o verbo, de tal modo que ele não pode ser entendido fora desta composição, ou seja, ele não pode ser entendido se o sujeito e o predicado não estiverem presentes como seus extremos. Quando utilizado em sentido copulativo, o verbo “ser” não significa propriamente nada, ele apenas liga o sujeito e o predicado em uma proposição – embora, como sublinha Tomás, o verbo “ser” signifique primeiramente a existência atual, mas esse não é caso da cópula na proposição tripartite²⁶.

Resta-nos estabelecer a relação entre afirmações e negações e os valores de verdade. Para tanto, sugerimos avançar mais uma lição para analisarmos uma passagem que articula de forma clara a relação que buscamos. Até o momento, vimos que Tomás atribui a Aristóteles:

- (i) Uma concepção complexa da proposição, na medida em que ela é formada por pelo menos dois elementos (nome e verbo);
- (ii) As relações entre nome e verbo são determinadas pela segunda operação do intelecto;
- (iii) Por essa operação, abrem-se duas possibilidades enunciativas: ou bem há combinação de nome e verbo para dizer que algo é, ou bem há separação de nome e verbo para dizer que algo não é;
- (iv) Enquanto a afirmação realiza a primeira possibilidade, a negação realiza a segunda.

Estes resultados estão sintetizados por Tomás de Aquino na seguinte passagem:

O Filósofo assume uma dupla diversidade das proposições. Das quais a primeira surge da própria forma ou modo de enunciar, segundo a qual foi dito que a proposição é ou afirmativa – pela qual é enunciado que algo é – ou negativa, pela qual é significado que algo não é²⁷

Assim, percebemos que enunciar uma proposição é o mesmo que fazer uma escolha dentre a dicotomia afirmação/negação. Não escolher dentre afirmar ou negar é o mesmo que não combinar (seja positiva ou negativamente) um nome e um verbo, ou seja, é o

²⁶ *In De Int.* Lição V, 21-22.

²⁷ *In De Int.* Lição IX, 2. Philosophus assumit duplicem diversitatem enunciationis: quarum prima est ex ipsa forma vel modo enunciandi, secundum quod dictum est quod enunciatio vel est affirmativa, per quam scilicet enunciatur aliquid esse, vel est negativa per quam significatur aliquid non esse.

mesmo que não enunciar. Exploraremos melhor este ponto no próximo capítulo, quando tratarmos do princípio do terceiro excluído.

Até aqui, tratamos apenas do âmbito discursivo. Porém, a proposição também pode manter relação com o âmbito ontológico. De fato, a suposição que está por trás da concepção aristotélica da proposição é a **pretensão de descrever o mundo**, de fazer corresponder um pensamento a um estado de coisas²⁸. Com isso, podemos caracterizar a proposição como uma **atividade** cujo fim é descrever estados de coisas. Outra suposição (indicada pela presença do “falso” como resultado dessa atividade) é a possibilidade do erro. Na passagem do comentário ao *De Anima* que analisamos acima, Tomás afirma que o intelecto não se engana a respeito de representações simples e, por essa razão, o falso não é um valor atribuível à sua primeira operação. Por outro lado, o falso é algo próprio das intelecções complexas. Temos aí, portanto, uma conexão entre proposições e a possibilidade do erro, marcada pelo valor “falso”. Assim, se a proposição tem como objetivo a representação de um estado de coisas e envolve a possibilidade do erro, podemos caracterizá-la como uma *atividade suscetível de ser bem ou mal sucedida*. O critério para determinar se, ao enunciar uma proposição, alguém é bem ou mal-sucedido, é a própria realidade. Se uma proposição descreve um estado de coisas tal como ele é, ela é verdadeira, se não há a correspondência almejada, ela é falsa. Vimos acima que a proposição envolve uma dupla alternativa (a afirmação e a negação); agora, percebemos que a proposição envolve uma segunda dupla alternativa: a de ser verdadeira ou falsa, por comparação com a realidade:

A segunda diversidade [da proposição] surge da comparação com as coisas, da qual depende a verdade e a falsidade de intelecto e da proposição. Pois quando é enunciado que algo *é* ou não *é* segundo um acordo com a coisa, o discurso é verdadeiro, caso contrário, o discurso é falso²⁹.

Todavia, os primeiros receptáculos de verdade e falsidade são pensamentos compostos e não proposições (e muito menos estados de coisas). Aristóteles e Tomás de Aquino tomam nomes como símbolos primeiramente de concepções do intelecto, as quais, por sua vez, são sinais de coisas no mundo. Se concepções do intelecto são as primeiras a serem significadas, é natural que estes sejam os primeiros receptáculos de verdade e

²⁸ Por motivos de precisão e economia, permitimo-nos utilizar a expressão “estados de coisas” para referirmo-nos à disposição de objetos no plano ontológico passível de ser descrita por uma proposição.

²⁹ *In De Int.* IX, 2. Secunda diversitas est per comparisonem ad rem, ex qua dependet veritas et falsitas intellectus et enunciationis. Cum enim enunciatur aliquid esse vel non esse secundum congruentiam rei, est oratio vera; alioquin est oratio falsa.

falsidade, as proposições vindo em segundo lugar. A este respeito, o texto da *Metafísica*³⁰ é particularmente decisivo. Ali Aristóteles diz explicitamente que estados de coisas não são verdadeiros nem falsos, mas que “verdadeiro e falso” são propriedades de pensamentos, na medida em que estes representam a realidade corretamente ou não. Derivadamente, as expressões oral ou escrita do pensamento podem ser ditas verdadeiras ou falsas, na medida em que simbolizam pensamentos verdadeiros ou falsos.

3. O princípio de bivalência

Até então tratamos dos elementos que compõem a proposição e de que modo eles são combinados para formá-la. Vimos que a complexidade é uma condição necessária da proposição, porém, ainda não é condição suficiente, pois todo discurso é complexo. Assim, sem alguma característica adicional, a proposição confunde-se com o discurso em geral. A definição de proposição é assim estabelecida “Isto, então, deve ser entendido como a definição de proposição: discurso no qual (*in qua*) há verdade ou falsidade³¹.”

Tomada isoladamente, não é fácil entender exatamente o que ela quer dizer. Como interpretar a relação expressa por “*in qua*”, mantida entre a proposição e os valores de verdade? Talvez a reação mais imediata seja tomar a definição acima como equivalente a “toda proposição é verdadeira ou falsa”, donde a relação “*in qua*” é tomada simplesmente como “ser”, isto é, os valores de verdade *estariam presentes* nas proposições na medida em que estas *seriam* verdadeiras ou falsas. De fato, desde Lukasiewicz há uma tentência entre os intérpretes contemporâneos de Aristóteles para tomar essa passagem como a expressão de um princípio lógico: *o princípio da bivalência* (PB). Segundo Lukasiewicz,

A essa suposição corresponde o teorema básico que toda proposição é ou verdadeira ou falsa. Por questões de brevidade, chamá-lo-ei de princípio de bivalência. Embora ele seja ocasionalmente chamado de princípio do terceiro excluído, prefiro reservar este nome para o princípio familiar à lógica clássica segundo o qual proposições contraditórias não podem ser simultaneamente falsas³² (LUKASIEWICZ, 1967, p. 164-5).

³⁰ *Met.*, Livro VI, 1027b 20-30.

³¹ Enunciatio est oratio *in qua* verum vel falsum est (*In De Int.* VII, 2). A definição encontra-se tal qual no texto grego (*De Int* 17^a2-3).

³² Trataremos oportunamente do modo como o princípio de terceiro excluído é formulado pelo lógico polonês.

Devemos analisar o texto de Tomás e verificar se podemos seguir a leitura que Lukasiewicz faz do texto aristotélico. Tomás adiciona um parágrafo explicativo imediatamente após a definição:

O verdadeiro ou o falso é dito estar na proposição como sinal de um pensamento verdadeiro ou falso, mas o verdadeiro ou o falso estão na mente como no sujeito [...], pois como é dito nas *Categorias*, é do fato que a coisa *é* ou não *é* que o discurso é verdadeiro ou falso³³.

Segundo a passagem acima, os valores de verdade estão nas proposições como sinais de um pensamento, o qual pode ser verdadeiro ou falso por comparação com a realidade. Mas essa explicação não resolve nossos problemas, pois ela desloca para os pensamentos a dificuldade que tentávamos resolver para o caso das proposições. Se o verdadeiro ou falso *está presente em* todo pensamento, então tudo o que podemos dizer é que o mesmo se dá, derivadamente, em toda proposição. Como entender a presença dos valores de verdade, seja nas proposições ou nos pensamentos, continua uma incógnita para nós. Porém, passar da definição oferecida por Tomás para “toda proposição é verdadeira ou falsa” parece-nos apressado. A esse respeito por enquanto só temos condições de indicar duas dificuldades desta leitura. Em primeiro lugar, uma observação aparentemente trivial impõe-se: se Tomás quisesse formular o PB tal como o fez Lukasiewicz (1967), ele não teria porque utilizar “*in qua*” em sua formulação. Certa cautela interpretativa impõe a tarefa de explicar por que o relativo “*in qua*” pode ser omitido da formulação do PB.

Se houver, no decorrer do comentário, uma expressão latina que traduz exatamente a formulação do PB, então não podemos, sem justificativa, tomá-la como equivalente a “*enunciatio est oratio, in qua verum vel falsum est*”. Não obstante, se seguirmos na leitura, constataremos que essa formulação de fato ocorre, a saber, “*omnis enunciatio vera vel falsa est*” e que suas ocorrências se dão (não por acaso) na lição XIII, quando o argumento determinista é formulado³⁴. Ora, se a formulação que correspondente ao PB não é textualmente igual àquela enunciada como a definição de proposição, é seguramente precipitado tomá-las como equivalentes.

Em segundo lugar, tomar a definição de proposição como um princípio lógico não parece correto, pois em momento algum Aristóteles ou Tomás referem-se a ela como um

³³ *In De Int.*, VII, 3 Dicitur autem *in enunciatione* esse verum vel falsum, sicut *in signo* intellectus veri vel falsi: sed sicut in subiecto est verum vel falsum in mente [...] quia ut dicitur in libro praedicamentorum, ab eo quod res est vel non est, oratio vera vel falsa est.

³⁴ Mais precisamente, a formulação consta no subjuntivo: “necesse est quod omnis affirmatio vel negatio in singularibus et futuris sit vera vel falsa” (*In De Int.*, XIII, 8).

princípio. Diferentemente, “somente o discurso no qual há verdade ou falsidade é proposicional” é sempre tomado como a definição da proposição, com a clara intenção de distingui-la dos demais tipos de discurso (interrogativo, imperativo, etc.). A definição da proposição, caso deva ser encarada como um princípio ao lado dos demais princípios do discurso (Princípio de Não Contradição e Princípio do Terceiro Excluído, a serem apresentados logo adiante), deve satisfazer duas condições: i) acrescentar algo a eles e ii) ser condição de significação. No entanto, veremos o quão contrastante é a exposição dedicada aos princípios lógicos no livro Gama da *Metafísica* se comparados ao que é enunciado em *In De Int.* VII.

Pensamos ser possível fornecer uma interpretação alternativa à de Lukasiewicz (1967) e compatível com a passagem em questão. Todo ato enunciativo tem como suposição a pretensão de descrever o mundo. Isto nada mais é que, em outras palavras, uma *pretensão de verdade*. Claro, a realização de tal pretensão não é garantida pelo simples ato de proferi-la, pois isso ainda depende da confrontação com os fatos. Podemos dizer, assim, que o verdadeiro e o falso estão na proposição enquanto *seus possíveis resultados*. Por outro lado, frases como preces e exortações, ainda que sejam complexas e tenham significado, não pretendem dizer nada que pudesse ser verificado como verdadeiro ou falso. Uma proposição, por sua vez, além de ser complexa e possuir um significado como qualquer discurso, possui uma “pretensão de verdade”, na medida em que consiste em uma atividade enunciativa.

Assim, a leitura da definição de proposição como equivalente ao princípio de bivalência parece-nos demasiadamente forte. Não é nada óbvio que ela decorra diretamente da formulação de Tomás e de Aristóteles. Contudo, seja qual for a leitura da definição de proposição, temos que manter em mente que o critério segundo o qual as proposições tornam-se verdadeiras ou falsas é sempre a realidade e que é somente a partir desta correspondência que os valores de verdade convêm às proposições.

Certamente, não dispomos de elementos suficientes para decidir essa questão aqui, visto que somente nas lições XIII – XV (referentes ao capítulo 9 do tratado aristotélico) encontraremos suporte para precisar a definição de proposição. O que procuramos fazer foi somente apresentar uma resistência à leitura da passagem em questão como o princípio lógico da bivalência oferecendo uma leitura igualmente plausível da mesma passagem. Ao fazer isso, esperamos preparar o caminho para a distinção “determinadamente verdadeiro/falso e indeterminadamente verdadeiro/falso”, a qual constitui o núcleo da solução de Tomás.

Ao final da lição VII, Tomás pretende ter em mãos a definição de proposição, a partir da qual ele pode precisar o objeto do restante do tratado como se restringindo ao discurso proposicional, presente no discurso científico. Os demais tipos de discurso passam a ser objeto de outros tratados, como a *Poética* e a *Retórica*.

4. A definição aristotélica de verdade

No capítulo acima, já obtivemos os elementos necessários para formular a definição aristotélica de verdade. Vimos que a proposição, entendida como gênero, divide-se em afirmativa e negativa e que o critério que estabelece os seus valores de verdade é a correspondência (ou não correspondência) do que é afirmado (ou negado) com o estado de coisas descrito. Dito isso, podemos retirar definição aristotélica de verdade em sua formulação clássica: “dizer do que é que ele não é e do que não é que ele é, é dizer o falso; dizer do que é que é e do que não é que não é, é dizer o verdadeiro”³⁵.

Encontramos nas *Categorias* uma passagem especialmente completa e representativa da definição aristotélica de verdade (*Cat.* 14b16-23):

Se, com efeito, o homem existe, a proposição pela qual nós dizemos que o homem existe é verdadeira e, reciprocamente, se a proposição pela qual nós dizemos que o homem existe é verdadeira, o homem existe. Contudo, a proposição verdadeira não é de modo algum causa da existência da coisa; ao contrário, é a coisa que parece ser, de algum modo, a causa da verdade da proposição, pois é da existência da coisa ou da sua não existência que dependem a verdade ou a falsidade da proposição (apud BARBOSA FILHO, 2003, p. 234).

Note-se que o texto citado apresenta duas teses, as quais explicitam as bases do que chamaremos logo adiante de *necessidade veritativa*³⁶:

- (i) A convertibilidade do ser e do verdadeiro. A convertibilidade vale tanto da proposição à coisa (*a voce ad rem*), isto é, se uma proposição é verdadeira, o estado de coisas que ela descreve *é*, como da coisa à proposição (*a re ad vocem*), isto é, se o estado de coisas *é* o enunciado que o descreve é verdadeiro. Poder-se-ia pensar, a partir dessa primeira tese, que há uma equivalência entre o

³⁵ *Met.*, Livro IV, 1011b26-27.

³⁶ Cf. Barbosa Filho, 2003.

ser e o verdadeiro. Todavia, a segunda tese do texto vem para afastar esse engano.

- (ii) Para Tomás de Aquino e Aristóteles o ser é primeiro em relação à proposição. Isso quer dizer que não é a verdade da proposição que é a causa da realidade, mas, o contrário.

A partir disso, podemos chamar a atenção para três características da definição de proposição:

- a) Deve-se levar em conta a separação entre os níveis proposicional e ontológico;
- b) A prioridade do nível ontológico sobre o lógico ou discursivo;
- c) A possibilidade de colocar os dois níveis em correspondência.

Com efeito, podemos retirar um resultado importante da noção de verdade apresentada: **a necessidade veritativa**. Estabelece-se o seguinte condicional: se uma proposição é verdadeira (ou falsa), então é necessário que o estado de coisas que ela descreve seja tal como ela o descreve. Por exemplo, se a proposição “a neve é branca” é verdadeira, então necessariamente a neve é branca. A necessidade decorre da relação de uma proposição verdadeira (ou falsa) e seu respectivo estado de coisas³⁷. Tal concepção de necessidade decorrente da noção aristotélica de verdade terá um papel central no estabelecimento do argumento determinista, na lição XIII do comentário de Tomás.

É patente que, no caso das proposições sobre o passado e o futuro, não pode haver uma correspondência *atual* com os estados de coisas, pois estes por definição não existem (não existem *mais*, no primeiro caso; não existem *ainda*, no segundo). Certamente, o fato de Sócrates ter sido mestre de Platão não existe hoje, mas nem por isso diríamos que a proposição “Sócrates foi mestre de Platão” não é verdadeira. Diríamos apenas que se tratou de um fato da realidade que não é mais atual, que deixou de existir – dele resta-nos apenas nossa memória e os seus efeitos transmitidos até o presente. Certamente, o fato de um estado de coisas ser atual é suficiente para haver correspondência, mas não pode ser necessário.

A noção de correspondência – a qual, como vimos, constitui o núcleo duro da concepção aristotélica de verdade – resultaria claramente problemática se por ela

³⁷ Cf. Op. Cit. P. 234. Note-se que disso não se segue que um evento seja absolutamente necessário, isto é, necessário em si mesmo.

entendêssemos uma espécie de relação simultânea entre proposição e estados de coisas. Porém, o que autoriza Aristóteles e Tomás a dizerem que “Sócrates foi mestre de Platão” é neste momento uma proposição verdadeira, sendo que nem Sócrates nem Platão existem mais para corresponder aos termos da proposição? Solucionar essa aparente tensão, todavia, implica discorrer sobre o status do passado e do futuro, examinando a relação que eles mantêm com os modais “necessário” e “contingente”, mas o desenvolvimento deste ponto pertence por excelência às lições XIII- XV. O que podemos adiantar como solução provisória é que o ponto em questão não deve ser a correspondência atual entre proposições e estados de coisas, mas que eles tenham que estar de alguma forma *dados*. Se só há comparação entre coisas dadas, então só é possível valorar uma proposição se o critério para isso estiver de alguma forma dado. O passado, assim como o presente, está dado e isso garante que a comparação com a realidade seja possível. Tal compreensão da noção de correspondência ajudar-nos-á a entender por que Tomás pode dizer que as proposições sobre eventos futuros necessários, como a trajetória dos planetas, por exemplo, podem ser verdadeiras ou falsas. Deverá ficar claro, no decorrer de nossa argumentação, em que sentido podemos dizer que os eventos futuros em matéria necessária estão “*dados*”.

5. Contradição

Tendo definido o que é a proposição, podemos buscar agora entender como elas se unem para formar o que Aristóteles chama de contradição, ou par contraditório. O argumento da lição IX consiste em mostrar que toda proposição pertence a um par, sendo um dos membros uma afirmação e o outro a *sua* negação. A tese que possibilita a formação desses pares diz que tudo aquilo que pode ser afirmado pode se negado, e vice-versa³⁸.

Para tanto, cabe relembrar a subdivisão das proposições em afirmativas e negativas: uma afirmação é uma proposição que afirma algo de algo – o que é equivalente a dizer que um sujeito está unido a um predicado –, enquanto que uma negação é uma proposição que nega algo de algo – o que é equivalente a dizer que um sujeito está separado de um predicado. As proposições afirmativas são anteriores às negativas sob três aspectos:

- (a) Com respeito à sua forma, a afirmação é anterior à negação porque é mais simples, já que esta adiciona a partícula “não” à afirmação.

³⁸ *In De Int.* Lição IX, 6.

- (b) Com respeito ao pensamento, a afirmação é uma composição (pois diz que um predicado está unido a um sujeito, como em “Sócrates é branco”), enquanto que a negação é uma separação (pois, ao negar que um predicado está unido a um sujeito, separa-os, como em “Sócrates não é branco”). O que está envolvido aqui é que a natureza da composição é anterior à da separação, já que somente se pode separar coisas unidas.
- (c) Com respeito à coisa, a proposição afirmativa significa algo que é (de um sujeito), enquanto que a negativa significa algo que não é (de um sujeito), e ter uma propriedade é, analogamente ao caso (b), naturalmente anterior a ser privado de algo, já que só podemos ser privados de algo que possuímos.

Tendo em vista a divisão da proposição em afirmativas e negativas, Tomás argumenta que (i) há oposição entre afirmações e negações e, mais do que isso, (ii) que há apenas uma proposição propriamente oposta para cada proposição³⁹. Que haja uma negação para cada afirmação e vice-versa surge da própria atividade de enunciar. Existem dois tipos – ou duas divisões – de proposições, a afirmativa e a negativa. Na primeira, é estabelecida uma combinação entre o sujeito e o predicado; na segunda, uma separação. Dadas essas duas possibilidades, podemos extrair quatro variações considerando se estão ou não estão em conformidade com a realidade⁴⁰.

- (a) *afirmação verdadeira*. a proposição afirma uma combinação que há na realidade. Como, por exemplo, Sócrates está correndo e dizemos “Sócrates corre”.
- (b) *a negação verdadeira*. a proposição nega uma combinação que não há na realidade. Como, por exemplo, Sócrates não está correndo e dizemos “Sócrates não corre”.
- (c) *a afirmação falsa*. a proposição afirma uma combinação que não há na realidade. Como, por exemplo, Sócrates não está correndo e dizemos “Sócrates corre”.
- (d) *a negação falsa*. a proposição nega uma combinação que há na realidade. Como, por exemplo, Sócrates está correndo e dizemos “Sócrates não corre”⁴¹.

³⁹ *In De Int.* Lição IX, 1.

⁴⁰ *In De Int.* Lição IX, 3.

⁴¹ Os exemplos acima estão todos no presente, mas, como foi dito que todo enunciado deve conter um verbo no presente ou em algum outro tempo, de modo que as mesmas variações podem ser feitas, com enunciados que afirmam e negam combinações no passado e no futuro.

Essas quatro variações esgotam as possibilidades de combinações, pois, como vimos, são assumidas apenas duas possibilidades de combinação para a proposição e duas possibilidades de combinação para a realidade, segue-se que tudo que pode ser afirmado pode ser negado e vice-versa⁴².

Para mostrar que há apenas uma negação para cada afirmação, Tomás torna precisa a oposição que está em jogo em uma contradição. Por “oposto”, diz Tomás, Aristóteles entende uma proposição que (i) nega (ou afirma) exatamente o mesmo predicado que outra proposição afirma (ou nega). Se dissermos “Platão corre” e “Platão não discute”, não há oposição. Temos proposições opostas se dissermos “Platão corre” e “Platão não corre”. As proposições opostas devem (ii) ser sobre o mesmo sujeito, pois se dissermos “Sócrates corre” e “Platão não corre”, não há oposição, já que não é a mesma combinação que está sendo negada. Além disso, (iii) deve haver uma identidade entre os sujeitos, pois se “Platão” estiver significando no intelecto ou na realidade sujeitos diferentes, então temos duas e não a mesma proposição. Assim, toda afirmação e negação podem ser colocadas em pares, uma afirmando exatamente o que a outra nega. A tal par de proposições Tomás chama *contradição*.

Certamente, existem ainda alguns aspectos que devem ser levados em conta nas contradições no caso de enunciados mais complexos. Se (i) o sujeito aparece como contendo partes, como no caso de “o etíope é branco quanto aos dentes” e “o etíope não é branco quanto aos pés”, não há contradição. Quando (ii) há uma diferença no modo do predicado, como em “Sócrates caminha rapidamente” e “Sócrates não caminha lentamente”, não há contradição. Quando (iii) há uma diferença na medida, ou seja, quando ao tempo ou ao lugar, como em “Sócrates corre agora” e “Sócrates correu ontem”. E, ainda, quando (iv) há uma relação com algo extrínseco, como em “Sócrates é alto” com relação aos homens, e “Sócrates não é alto” com relação a montanhas.

Assim, há apenas uma negação própria para o enunciado “Sócrates é branco”, a saber, “Sócrates não é branco”. Se identificadas quaisquer mudanças no sujeito ou no predicado, não se trata da negação oposta⁴³.

O restante do comentário de Tomás é dedicado à investigação da relação de contradição. Os pares contraditórios são classificados segundo aspectos diferentes e então examinados. Mais precisamente, para cada par será aplicada a regra segundo a qual um *membro é verdadeiro e o outro falso*. Todavia, nosso interesse neste momento não está no

⁴² *In De Int.* Lição IX, 6.

⁴³ *In De Int.* Lição XII, 4.

comportamento dos diferentes pares contraditórios, mas na origem desta “regra” e na razão pela qual ela distribui dessa forma os valores de verdade para os seus membros. Para isso, procederemos a uma análise dos princípios de não-contradição e de terceiro excluído, referentes ao livro Gama da *Metafísica*.

II. OS PRINCÍPIOS DO *SER ENQUANTO SER*

Aristóteles abre o livro Gama da *Metafísica* afirmando haver uma ciência do ser enquanto ser⁴⁴. Essa descrição da ciência suprema a distingue das demais não pelo seu método, mas pelo seu objeto: enquanto as outras ciências selecionam uma parte do ser e o estudam como possuindo características específicas, a referida ciência estuda o ser simplesmente enquanto ser. Assim como o aritmético considera o número e suas propriedades, o filósofo considera o ser enquanto ser e suas propriedades. Dito isso, Aristóteles propõe-se a mostrar quais as condições que tal ciência deve cumprir.

Em primeiro lugar, a ciência do ser enquanto ser deve estudar a substância, pois essa corresponde ao ser em sentido mais próprio. Acrescenta Aristóteles que toda ciência deve conhecer os princípios do gênero de seu objeto de investigação, pois é através deles que se pode explicar tudo quanto compete a tal gênero. Portanto, além da substância, a ciência suprema deve investigar aqueles princípios (ou axiomas) que são comuns a todas as ciências, pois dizem respeito a todos os seres e por isso não podem ser objeto de estudo de qualquer outra ciência específica. Com efeito, há dois tipos de princípios: aqueles que se referem a um gênero determinado e aqueles que são comuns a todos os gêneros e que, segundo Aristóteles, têm um papel de base nas demonstrações⁴⁵. Embora sejam utilizados nas ciências especiais, estas não investigam a sua verdade, mas os pressupõem. Como o conhecimento mais seguro de uma ciência é aquele que decorre da identificação do seu princípio mais seguro, cabe ao filósofo, aquele que investiga o ser enquanto ser, identificar o princípio (ou os princípios) mais seguro de todos.

Antes mesmo de enunciar qual seja esse princípio, apenas do fato de que o princípio mais fundamental da ciência suprema deva ser o mais seguro de todos, podemos dizer que ele deve satisfazer algumas condições: em primeiro lugar, ele deve ser tal que *ninguém*

⁴⁴ *Met.*, Gama, 1003a21.

⁴⁵ *An. Post.*, I, 11, 77a 26.

possa se enganar a seu respeito, pois isso seria incompatível com um conhecimento seguro do ser enquanto ser. Em segundo lugar, e pela mesma razão, o primeiro princípio *não pode ser hipotético*, pois só se toma algo como uma hipótese quando ainda não se tem um conhecimento seguro. Além disso, por ser o princípio primeiro, não haveria nada a que poderíamos recorrer para comprová-lo. A terceira condição acarreta que ele não é adquirido por demonstração, mas naturalmente conhecido⁴⁶. Dito isso, o primeiro princípio é enunciado: “é impossível que o mesmo atributo pertença e não pertença ao mesmo sujeito sob o mesmo aspecto”⁴⁷. Tal formulação ficou conhecida como o Princípio de Não-Contradição (PNC).

É claro para Aristóteles e Tomás de Aquino que o PNC não exige prova, mas apesar de possuir as características acima descritas, há quem o negue por confusão ou falta de educação. No primeiro grupo podemos identificar os filósofos da natureza, como Heráclito, Anaxágoras e Demócrito, cuja explicação dos fenômenos sensíveis envolve a negação do princípio. Acerca destes Tomás explica que, do fato de suas teorias implicarem que algo possa ser e não ser ao mesmo tempo, não se segue que estes homens realmente acreditassem na falsidade do PNC, afinal, não é possível enganar-se acerca dele. No segundo grupo, podemos colocar os sofistas, os quais exigem demonstração de tudo e entram em um debate apenas com o intuito de vencê-lo. Assim, Aristóteles e Tomás têm dois alvos: o primeiro caracteriza os adversários movidos por dificuldades de raciocínio, o segundo caracteriza aqueles que querem vencer a discussão por insolência [*protéria*].

Ora, se temos dois tipos de adversários com motivações diferentes para negar o PNC, cada qual exige uma estratégia diferenciada de refutação. É fácil fazer com que o primeiro grupo de adversários perceba o seu engano e para isto basta mostrar os inconvenientes que se seguem de suas posições. Porém, o segundo grupo apresenta uma dificuldade maior de ser refutado e exige uma prova à altura⁴⁸.

Porém, tal prova não pode ser feita, por exemplo, por redução ao absurdo, pois esse tipo de prova supõe o que se deve demonstrar. Ora, em uma redução ao absurdo, para estabelecer a veracidade de uma proposição P, devemos assumir $\sim P$ e, através de uma inferência, estabelecemos que, para alguma proposição Q, $\sim P$ implica em Q e $\sim Q$, isto é,

⁴⁶ *In Met.* Lição VI, 599.

⁴⁷ *Met., Gama*, 1005b19-20.

⁴⁸ Para Tomás, Aristóteles elabora a estratégia *eléntica* de argumentação tendo em vista especialmente o caso dos adversários “insolentes”. Todavia, ele certamente admitira que a argumentação que segue é, *a fortiori*, suficiente para convencer os filósofos da natureza a reverem suas opiniões. Cf. *In Met.* Lição X, 664.

incorre em contradição (ou absurdo). Sendo a contradição inaceitável, nega-se a proposição que levou a ela. Temos, com efeito, a seguinte forma geral:

1. Suponha $\sim P$
2. $\sim P \rightarrow Q \wedge \sim Q$
3. $\sim \sim P$
4. P

Entre os passos 2 e 3, é feito uso do PNC (e entre os passos 3 e 4, é feito uso do PTE). Além disso, uma simples redução ao absurdo seria inútil contra o adversário insolente, pois ele abraçaria qualquer contradição de bom grado, dado que é justamente isso que ele sustenta. Como refutar um adversário nessas condições *sui generis*? Aristóteles é levado a formular uma estratégia diferenciada para defender o PNC, que aqui chamaremos de prova *elénctica*. Ele não demonstra o PNC em sentido estrito – mostrando que é impossível que proposições contraditórias sejam simultaneamente verdadeiras. Ele operará uma inversão na ordem da demonstração: não se mostra ao adversário algo que ele não conhece, mas, pelo contrário, mostra-se precisamente que ele de certa forma *já* “conhece” o princípio em questão. Isso se segue se apenas o adversário “significar algo”, ou seja, se disser algo com sentido.

Primeiramente, Aristóteles tem de trazer o adversário para o debate, fazendo com que ele concorde em dizer algo significativo. Esta é a primeira coisa que o adversário tem de fazer se não quiser ser comparado a uma planta, pois quem nada diz assemelha-se a um vegetal e é inútil discutir com ele. Exatamente o quê o adversário dirá não tem importância, desde que “signifique algo para ele mesmo e para o outro”, ou seja, que signifique algo para ambos os interlocutores, para que eles possam se entender durante o debate. Porém, Aristóteles não pode exigir que o adversário diga que algo é ou que algo não é (e não ambos), ou seja, que ele forneça uma proposição, pois nesse caso o adversário poderia acusar Aristóteles de petição de princípio.

A estratégia aristotélica consiste em garantir que o argumento a ser apresentado, mesmo que se pretenda encontrar nele a força de uma prova, não corresponde a uma demonstração usual. Antes, ela estabelece que i) depende somente que o adversário fale algo e ii) que ao falar algo ele esteja comprometido com falar algo de *determinado*. Se algo tem significado, diz Aristóteles, deve ser possível fornecer uma definição sua. Uma vez que

ele tenha dito algo com significado, resta mostrar, basicamente, que esse “algo” significado não inclui a sua negação, ou seja, que seu significado é x e que isso não inclui não-x.

Com efeito, é importante que o argumento seja em forma de diálogo, pois a estratégia consiste fundamentalmente em mostrar ao adversário que se ele quiser falar algo com significado, ele deve admitir o princípio em questão. Portanto, se há uma petição de princípio cometida na defesa do primeiro princípio, essa é atribuída ao próprio adversário do PNC. É importante notar que o método dialético adquire, nesse caso, uma característica muito forte a seu favor: ele não pressupõe nenhuma crença particular que possa faltar ao interlocutor. O adversário não pode simplesmente abrir mão da condição inicial de significar algo quando ele percebe as suas conseqüências. Ele não pode fazer isso sem negar que ele signifique algo e sem ser comparado a um vegetal.

O fato de se tratar de um diálogo tampouco torna o argumento *ad hominem*, fazendo-o depender de um adversário ou grupo de adversários específicos que compartilhem um mesmo *background*, pois nenhum interlocutor poderia negar a condição inicial de meramente significar algo. Assim, a premissa não corresponde a uma crença ordinária, mas antes a um comprometimento do qual o interlocutor não pode abrir mão, sob o preço de cessar de tomar parte no discurso racional.

Uma vez apresentada a estratégia, a discussão começa a partir de um caso particular, um exemplo paradigmático: o nome “homem”. No que concerne ao argumento, podemos identificar três etapas: a primeira tem como resultado que um nome não pode significar infinitamente, mas deve significar *algo uno*, a segunda, que “significar algo” não é o mesmo que “significar de algo”, ou seja, deve-se distinguir entre definição e cópula e, nesse sentido, “homem” não significa o mesmo que “não-homem”. A terceira e última tem como resultado que “não ser homem” não significa o mesmo que “ser homem”. Se qualquer uma dessas etapas não for concedida pelo adversário, a conseqüência é que o seu discurso não é, afinal, significativo, tal como havia sido concordado no início da argumentação.

Para entendermos exatamente qual a força dessa prova e também qual a abrangência da sua conclusão, precisamos compreender que tipo de exigência é feita quando se solicita que o oponente signifique algo. Significar algo é, segundo Tomás, fornecer uma *definição* para o seu nome⁴⁹. Podemos entender essa exigência de duas maneiras. Em um sentido técnico, no qual se demanda uma definição que delimita a essência da coisa definida e se compromete com a sua existência – e que, portanto exige que o adversário se comprometa com uma descrição do mundo. Esse é precisamente o caso das definições envolvidas no

⁴⁹ *In Met.* Livro. IV, VII, 613.

discurso científico. Também poderíamos tomar a exigência em um sentido mais fraco e não comprometido com um fundamento ontológico.

Pelo segundo sentido, a demanda de uma definição equivale a fornecer o significado convencional de um termo qualquer que se esteja empregando. Esse seria o caso de uma definição “nominal”⁵⁰. Porém, suponha que o adversário forneça um termo que não pode ser definido, pois não envolve um gênero e uma diferença específica, como *ser*⁵¹. Nesse caso, convém esvaziar mais ainda a noção de significação utilizada no argumento, tomando-a não como uma definição, mas simplesmente como uma explicitação daquilo que a coisa é, desde que contenha uma estrutura predicativa. Como pretendemos esclarecer no decorrer do argumento, quanto mais fraca a noção de significação aqui em jogo, mais forte torna-se o resultado da disputa, pois maior é a sua abrangência.

Não é nada simples decidir qual desses sentidos de “significação” deve ser exigido do adversário. Dependendo da decisão tomada, a prova traz conseqüências muito distintas. Com efeito, há uma larga literatura a respeito deste problema⁵², na qual podemos identificar duas leituras completamente diferentes do argumento de Gama 4: a leitura essencialista (que toma “significação” em seu sentido mais forte) e a semântica (que toma “significação” em um sentido mais fraco). Dada a importância dessa questão, é preciso que nos posicionemos a seu respeito e que busquemos no texto de Tomás indicações que justifiquem nossa decisão interpretativa. Todavia, dessa discussão queremos reter o aspecto da reconstituição da argumentação aristotélica em termos lingüísticos. Com efeito, não cabe fornecer aqui as reconstruções detalhadas dos argumentos essencialistas, de modo que nos limitaremos a fornecer as vantagens da posição semântica em detrimento daquela⁵³.

De modo geral, a visão essencialista toma a teoria da essência aristotélica como o fundamento da prova e sustenta que ela deva estar presente já no ponto de partida: o

⁵⁰ Esta distinção encontra apoio no comentário de Tomás aos *Segundos Analíticos*, Livro II, lição 6: “pois do fato de que não haja quiddidade ou essência de um não-ente, é impossível conhecer *o que a coisa é*, mas alguém poderia conhecer o significado do nome ou ter uma noção composta de vários nomes. Assim, alguém pode conhecer o que significa o nome *Tragelaphus* ou bode-servo, pois ele significa um animal composto de bode e cervo, mas é impossível conhecer *o que é* um bode-servo, pois não existe tal coisa na natureza. ”. [*Quia enim non entis non est aliqua quidditas vel essentia, de eo quod non est, nullus potest scire quod quid est; sed potest scire significationem nominis, vel rationem ex pluribus nominibus compositam: sicut potest aliquis scire quid significat hoc nomen Tragelaphus vel Hircocervus, quod idem est, quia significat quoddam animal compositum ex hirco et cervo; sed impossibile est scire quod quid est Hircocervi, quia nihil est tale in rerum natura*].

⁵¹ Talvez Aristóteles não tenha usado o termo “ser” porque ele não seja um termo acerca do qual o significado seja claro e que seja objeto de tantas divergências (vide o *Sofista* de Platão). Além disso, quando usa o nome “homem”, ele vale-se do modo como Platão o entende. Ou seja, parece que o termo escolhido é um termo corriqueiro e cujo significado não precisa ser o cunhado por Aristóteles. Aristóteles nem precisa concordar com o significado, pois basta, por ora, que o termo tenha algum.

⁵² Cf. ZINGANO (2003); ZILLIG (2007); ANGIÓN (1999); LUKASIEWICZ (1979).

⁵³ Para uma apresentação detalhada das posições essencialistas de Gama 4, cf. ZILLIG (2003).

fornecimento de uma definição. Se a estratégia *elêntica* consiste em mostrar que, ao aceitar a condição inicial do argumento, o adversário já aceitou o seu resultado (a validade do PNC), então tudo o que se deseja encontrar no resultado deve estar contido na condição inicial. Se a prova visa demonstrar o essencialismo, então este deve estar suposto na condição de apenas falar algo.

Contudo, se a prova supõe o fornecimento de uma definição de essência por parte do adversário, então ela incorpora como ponto de partida justamente o que o adversário não aceita: a existência de algo delimitado a ser definido. Se essa é a estratégia aristotélica, então o adversário tem motivos de sobra para não aceitar o ponto de partida do argumento, de modo que logo de início pode interromper a discussão. Aristóteles estaria provando algo fraco a partir de uma suposição forte. Mas se é possível interpretar o texto como não comprometido com o essencialismo, então estaremos mostrando que essa etapa procede a partir de uma premissa mais fraca, sem recorrer a uma premissa mais forte – o que acabaria por enfraquecer o próprio argumento. Aceitar o essencialismo é claramente condição suficiente para aceitar o PNC, mas isso não implica que seja uma condição necessária. Além disso, ao limitar o escopo do argumento sobre as definições que dependem do essencialismo, o intérprete fica com o ônus de fornecer uma explicação que garanta a validade do PNC para o discurso em geral, e não apenas para o discurso ancorado na realidade.

Com efeito, é importante que o argumento possa se dar em um registro exclusivamente lingüístico, sem exigir como tese suplementar que o adversário esteja falando de coisas existentes ou de estados de coisas dados. Na próxima seção pretendemos mostrar que, tal como foi defendido para o caso de Aristóteles⁵⁴, a leitura de Tomás endossa a posição semântica, isto é, permite que o argumento transcorra sem exigir elementos extralingüísticos. Isso nos possibilitará concluir, no capítulo V, que os princípios do ser enquanto ser têm validade irrestrita, estejamos falando de definições de nomes ou de estados de coisas particulares, sejam eles existentes ou não existentes, necessários ou contingentes. É importante, para tanto, mostrar que o discurso significativo goza de certa autonomia perante os fatos, ou seja, podemos preservar o sentido e a consistência do discurso (e em especial, do discurso proposicional) sem recorrer ao modo como as coisas estão. Procuraremos mostrar, em suma, que o sentido de uma proposição é independente do fato dela possuir um valor de verdade.

⁵⁴ ZILLIG (2003, 2007).

1. Argumentação elênctica em favor do PNC

Uma vez que o adversário tenha dito algo com significado, resta mostrar, basicamente, que esse “algo” não inclui a sua negação. Uma vez apresentada a estratégia geral, a discussão começa a partir de um caso particular, um exemplo paradigmático: o nome “homem”. Mas antes disso, é necessário afastar a vagueza do significado do termo em questão.

A) O nome significa um

Se um nome significa algo, deve ser possível dizer o que ele significa⁵⁵. Tomemos o nome “homem” e suponhamos que ele signifique “animal bípede”. Tomás entende que, ao escolher qualquer palavra em particular e ao atribuir a ela o significado que bem desejar, o adversário assume o PNC como condição de toda significação. É nisto que consiste o núcleo da argumentação *elênctica*. Queremos chamar atenção para como o exemplo do termo “homem” se torna estranho na interpretação essencialista, pois se “homem” designa uma essência, então esta deve ser “animal bípede”, mas Aristóteles jamais diria que ser homem corresponde a ser um animal bípede. Por outro lado, pela interpretação semântica, “homem” é apenas uma palavra escolhida dentre as demais e seu significado pode ser convencional, donde “animal bípede” já não causa estranhamento ao leitor.

Nesse momento, devemos afastar aquelas compreensões que impedem a unidade do significado de “homem”, segundo as quais “homem” significa *muitos*. Se um nome tem muitos significados, abrem-se duas possibilidades: ou eles são finitos ou infinitos. Na primeira, a indeterminação é apenas aparente, pois, do fato de haver equivocidade entre nomes, não se segue que seja impossível distinguir quando se trata do significado A ou do significado B, mas pode-se sempre determinar qual dos significados é o caso. Por exemplo, se o nome “homem” tivesse muitos significados, e “animal bípede” fosse um deles, então temos *um* nome ligado a *um* significado, em um procedimento de eliminação da ambigüidade. E se houver muitos outros significados, podemos referi-los a outros nomes,

⁵⁵ Com base no que foi dito, julgamos que a tradução inglesa desse trecho (*quod quid est*) por *quiddity* ainda não deve ser entendida em sentido técnico.

conquanto que seu número não seja infinito. Assim, a equivocidade não impede que o nome signifique *um*.

Todavia, se os significados forem em número infinito, nem o pensamento nem o debate serão possíveis. Pois, nesse caso, é impossível delimitar qual é o significado em questão, de modo que nada é significado. A razão para isso, segundo Tomás, é que um nome significa algo no intelecto; mas se um termo não significa *um algo* no intelecto, então ele não significa nada, pois ter uma intelecção de x implica poder diferenciar x de outras coisas. Mas se nomes não significam nada no intelecto, então eles são vazios e qualquer discurso será impossível, ou seja, a ambigüidade passa a ser indissolúvel, de modo que nada é comunicado. É como se o adversário proferisse uma disjunção infinita de significados, tornando impossível associar um significado ao nome em questão. Se essa ambigüidade não for dissolvida, a condição de significar algo “para ele mesmo e para o outro” não é satisfeita. Assim, se o adversário está disposto a manter a distinção entre falar algo e falar nada, então ele deve aceitar que *falar algo* é falar algo *uno*.

B) O nome “homem” não significa o que não é ser homem

Para que o significado de “homem” seja efetivamente um, é necessário que ele seja distinto de tudo aquilo que não é significado por ele. Para isso, convém esclarecer que há uma diferença entre dizer o que “homem” é, ou seja, estabelecer uma definição de “homem”, e dizer *algo a respeito de* “homem”, ou seja, predicar algo do sujeito “homem”. Tomás instrui-nos a não confundirmos as duas, pois isso tornaria possível que o adversário contornasse o argumento, já que “ser homem” pode ser identificado a tudo aquilo que não é ser homem.

Pois o nome significa algo uno, não somente significa algo uno com respeito ao sujeito, [...] mas isso que é uno absolutamente, isto é, **segundo a razão**. Pois se quiséssemos dizer isso, que um nome significa algo uno porque significa as coisas que são atribuídas a esse algo, então seguir-se-ia que “músico”, “branco” e “homem” significariam algo uno, pois todos são atribuídos a um. E disso seguir-se-ia que tudo seria um.⁵⁶

⁵⁶ *In Met.* Livro IV, Lição VII, 616. nomen enim significans unum, non solum significat unum subiecto, [...] sed id quod est unum simpliciter, scilicet secundum rationem. Si enim hoc vellemus dicere, quod nomen significat unum quia significat ea quae verificantur de uno, sic sequeretur quod musicum et album et homo unum significarent, quoniam omnia verificantur de uno. Et ex hoc sequeretur, quod omnia essent unum. (Grifo meu).

Se considerarmos que a relação de identidade é simétrica e irrestritamente transitiva, podemos formalizar o argumento evidenciando a consequência que se segue à inobservância descrita acima:

1. homem = o que não é ser homem
2. o que não é ser homem = ser branco
3. homem = ser branco (por 1 e 2)

Ou ainda:

4. ser pedra = ser branco
5. ser homem = ser pedra

Se uma predicação que atribui a “homem” precisamente o que ele é não for distinta de uma predicação que lhe atribui algo diferente do que ele é, então o que está dentro do escopo da significação de “homem” é indistinto do que está fora desse escopo (seu complemento). Como resultado, todas as coisas das quais muitos nomes são predicados serão unívocas. A seguinte passagem e Tomás deve ser sublinhada:

Donde se segue que “homem” e “pedra” são um, e uma única razão. E portanto se segue que todos os nomes são *unívocas*, isto é, de uma única razão, ou *sinônimos*, segundo outro texto [*Categorias*], isto é, tudo significa o mesmo segundo a coisa e a razão⁵⁷.

Note-se que o vocabulário empregado por Tomás permite manter a argumentação no nível lingüístico, já que a todo o momento se refere a “homem” e “pedra” como *nomes*. Outra observação que merece destaque é que o texto de Aristóteles emprega somente a noção de “sinonímia”⁵⁸, ficando a cargo do comentador a introdução da noção de “univocidade”. Tanto o termo “sinônimo” como “homônimo” são apresentados no primeiro capítulo das *Categorias* como denominando diferentes relações entre os termos e suas referências⁵⁹. Temos uma relação de sinonímia quando um mesmo nome se aplica a duas coisas no mesmo sentido; temos a relação de homonímia quando um mesmo *nome* se aplica a duas coisas, mas em sentido diferente. Já a noção de univocidade estabelece meramente

⁵⁷ *In Met.* Livro IV, Lição VII, 616 Unde sequeretur quod homo et lapis sit unum, et unius rationis. Et sic sequeretur quod omnia nomina sint *unívoca*, idest unius rationis, vel *synonyma* secundum aliam literam, idest omnino idem significantia re et ratione.

⁵⁸ Ou seja: “*synonymá*”. Cf. *In Duodecim Libros Metaphysicorum Aristotelis Expositio*. Textus Aristotelis, Marietti, 1964. p. 169, §336.

⁵⁹ Cf. Ackrill, 1963, p. 71 e Rijk, 2002, p. 374.

uma relação entre nomes, o que mais uma vez indica que, para Tomás, o argumento pode ser lido exclusivamente no nível lingüístico.

Em suma, se alguém diz x e eu não consigo saber do que ele está falando, pois não consigo diferenciar x de um y qualquer, então todas as palavras terão o mesmo significado e não informarão nada. Novamente, o adversário rompe com o que fora acordado no início do debate não significando algo, pois significa tudo ao mesmo tempo.

C) “homem” e “não-homem” não significam o mesmo.

Na etapa anterior, mostramos que algo não pode significar a sua negação. Agora, a noção de conjunção é introduzida e com ela Tomás mostrará que “homem” não significa o que é ser homem e o que não é ser homem, isto é, o seu complemento. De modo geral, pretende-se mostrar que não é possível significar X e não-X ao mesmo tempo. Isso é feito através do mesmo raciocínio anterior: o nome “homem” não pode significar o mesmo que “não-homem”, pois, se esse fosse o caso, então ambos os termos compartilhariam a mesma definição. Mas, como vimos acima, o termo “homem” só pode significar o que é ser homem [*quod est esse hominem*]. Ora, se “homem” significa o que é ser homem, então “não-homem” significa exatamente o que não é ser homem. Se estabelecemos a identidade entre os significados de “homem” e “não-homem”, então também estamos estabelecendo a identidade entre o termo “homem” e tudo aquilo que não é ser homem, caindo novamente na dificuldade acima, ou seja:

1. homem = não-homem
2. o que é ser homem = o que não é ser homem (por 1)
3. homem = o que não é ser homem (por 1 e 2)
4. o que não é ser homem = ser branco
5. homem = ser branco (por 3 e 4)

Ou ainda:

6. ser pedra = ser branco
7. ser homem = ser pedra

A conclusão a ser inferida é que o termo “homem” significa animal bípede, já que tudo o que é significado por “não-homem” está excluído do significado de “homem”. Assim, quando dizemos o que “homem” significa, estamos dizendo algo *determinado*, de

forma que a afirmação “homem é animal bípede” e a negação “homem não é animal bípede”, não podem ser feitas simultaneamente.

Retomemos a estratégia argumentativa. Em primeiro lugar, aquele que nega o PNC deve assumir que seu discurso:

a) significa algo;

Em seguida, diante do exemplo proposto (“homem”), tudo o que o adversário precisa conceder é que:

b) “homem” significa algo;

c) que ele pode precisar o que “homem” significa, a saber, “animal bípede”;

d) que ele pode manter esse significado constante, ao menos para a duração do diálogo.

O passo final mostra que dizer “homem é animal bípede a não animal bípede” – e portanto sustentando que “homem” significa o mesmo que “não-homem” – implica o abandono das condições acordadas acima.

Insistimos que tal comprometimento não se impõe por redução ao absurdo. Não se trata de inferir uma contradição, mas antes de mostrar a relação entre a realização de uma atividade e as condições dessa atividade. Para que possamos dizer que uma atividade foi exercida, as condições que tornam a atividade possível devem ter sido satisfeitas. Se o adversário se recusa a fornecer as condições listadas acima, ele está condenado a não realizar a atividade que lhe foi pedida, a de dizer algo significativo – onde ele falha em ser aquele que nega o PNC. Ao dizer “homem”, o adversário nem se deu conta, mas observou o PNC. O restante da argumentação consiste em mostrar que se “homem” faz sentido, então deve significar “animal bípede”, e não “animal bípede e não animal bípede”, pois então ninguém saberia do que se está falando, já que essa formulação (do conceito e simultaneamente do seu complemento) inclui todas as coisas.

Em outras palavras, o que Aristóteles e Tomás fazem é mostrar que os adversários do PNC estão em um beco sem saída: eles tentam negar o princípio, mas no fundo não conseguem. Cabe lembrar que fazer isso não é o mesmo que demonstrar o PNC. É preciso entender a peculiaridade dessa estratégia, e não cair no engano de acusar os adversários de

se auto-contradizerem. Se fosse o caso de mostrar uma contradição na posição adversária, então (i) realmente teríamos uma petição de princípio; (ii) o adversário ficaria satisfeito se fosse acusado de contradição: é justamente isso que o ele quer; (iii) uma contradição exigiria que o adversário realmente negasse o PNC e depois o afirmasse, mas ele nem chega a negá-lo (ele só pensa que nega).

2. Dos nomes às proposições

Embora o resultado do argumento em favor do PNC tome um nome como ponto de partida, Tomás pretende que qualquer discurso, de qualquer complexidade, deva satisfazer a condição de ter um significado determinado e estar em conformidade com o PNC. Utilizar um nome para o desenvolvimento do argumento, longe de representar uma limitação, tem uma função importante para Tomás. Ele explicitamente adota a estratégia de partir do mais conhecido para nós ao mais conhecido em absoluto, com fins a convencer o adversário que não percebe claramente a validade do PNC. O resultado do argumento *elêntico* é mais evidente aos debatedores em se tratando de nomes do que de proposições. Todavia, o mesmo resultado certamente vale também para proposições, ou seja, para afirmações e para negações. Eis como Tomás de Aquino exprime esse ponto:

Dado que o intelecto tem uma operação dupla – uma pela qual conhece aquilo que algo *é* (a qual é chamada “intelecção dos indivisíveis”) e outra pela qual compõe e divide – em ambas há algo de primeiro. Na primeira operação, há algo primeiro que cai sob a concepção do intelecto, a saber, aquilo que chamo *ente*. Por essa operação, nada pode ser concebido na mente a menos que seja inteligido como um ente. E porque esse princípio (é impossível ser e não ser simultaneamente) depende da intelecção do ente [...], então esse princípio também é naturalmente primeiro na segunda operação do intelecto, isto é, do que é composto e dividido. E ninguém pode inteligir nada por esta operação do intelecto a menos que esse princípio seja inteligido.⁶⁰

Assim, segundo o PNC podemos dizer que, dado que uma afirmação é a declaração de que uma coisa relaciona-se com outra coisa (e que uma negação é uma declaração que nega que uma coisa esteja relacionada com outra coisa, isto é, que elas estejam separadas),

⁶⁰ *In Met.* Livro IV, VI, 605. Cum duplex sit operatio intellectus: una, qua cognoscit quod quid est, quae vocatur indivisibilium: alia, qua componit et dividit: in utroque est aliquod primum: in prima quidem operatione est aliquod primum, quod cadit in conceptione intellectus, scilicet hoc quod dico ens; nec aliquid hac operatione potest mente concipi, nisi intelligatur ens. Et quia hoc principium, impossibile est esse et non esse simul, dependet ex intellectu entis, [...] ideo hoc etiam principium est naturaliter primum in secunda operatione intellectus, scilicet componentis et dividit. Nec aliquis potest secundum hanc operationem intellectus aliquid intelligere, nisi hoc principio intellecto.

quando declaramos que um predicado pertence a um sujeito, estamos incluindo, por assim dizer, o sujeito na classe dos objetos que possuem tal propriedade e, simultaneamente, excluindo-o de seu complemento. Quando afirmo “Sócrates é branco” estou, ao mesmo tempo, dizendo que Sócrates pertence à classe dos objetos brancos e excluindo-o da classe dos objetos não-brancos (justamente por incluí-lo entre os objetos brancos). Por isso, o sujeito não pode fazer parte simultaneamente das duas classes que dividem os homens em brancos e não-brancos, ou seja, estamos nos comprometendo com o princípio segundo o qual o mesmo predicado não pode pertencer e não pertencer ao mesmo sujeito (simultaneamente e sob o mesmo aspecto). É por isso que a conjunção de uma afirmação e de sua negação é *logicamente impossível*.

Esperamos ter deixado claro que o argumento estabelece sua conclusão com relação às condições de significação sem recorrer à forma como as coisas estão dispostas na realidade. “Significar”, nesse primeiro argumento, envolve simplesmente um ato de “demarcação” entre o que é ser homem e o que não é ser homem (ZILLIG, 2007). Assim, ser determinado, portanto, não implica – ou não implica ainda – o essencialismo, embora certamente esteja preparando-lhe o terreno. Por enquanto, ser determinado simplesmente indica que algo é *dito de modo determinado*.

Com vistas a fortalecer nossa rejeição à interpretação essencialista dos argumentos em favor do PNC, queremos chamar a atenção para a primeira parte do segundo argumento⁶¹, pois acreditamos que ela evidencia uma clara separação entre o primeiro argumento (o argumento semântico) e o segundo argumento, que procede a partir das noções de predicados essenciais e predicados acidentais. Em linhas gerais, o objetivo desse argumento é mostrar que negar o PNC implica que nada possa ser delimitado como a essência de homem. Isso leva à eliminação da distinção entre essência e acidentes, de modo que toda predicção será de acidentes sobre acidentes – e assim sistematicamente *ad infinitum*. Mas isso não é possível, pois segundo Tomás, acidentes só podem ser predicados de um sujeito, isto é, acidentes exigem algo delimitado que possa recebê-los como predicados. Assim, se se tem a pretensão de definir a essência de algo, então se deve admitir que a coisa definida possua uma essência delimitada. Mas para haver uma essência delimitada, então não pode ser o caso que o mesmo sujeito possa ser e não ser ao mesmo tempo.

Todavia, como foi dito, a partir deste argumento, queremos apenas indicar que Tomás tem em mente uma clara separação entre o argumento semântico e o argumento a

⁶¹ *In Met.* Livro IV, VII, 627, referente à *Met.* 1007^a20-b18.

partir da essência. Isso é particularmente evidenciado na primeira parte do segundo argumento, onde Tomás mostra que, se sustentamos que a definição de homem envolve tanto o que o homem é quanto o que o homem não é, então perdemos a distinção entre essência e acidentes.

Foi apresentado e provado acima que aquilo que um nome significa é algo uno. E também foi dito que aquilo que um nome significa é a substância da coisa, a saber, aquilo que a coisa é. Donde é patente que algo significa a substância da coisa, e que aquilo que é significado não é outra coisa. Portanto, se a essência de homem [*quod est esse hominem*] ou aquilo que é ser homem [*quod quid est homo*] fosse não ser homem ou ser não-homem, é claro que ele seria diferente de si mesmo. Donde seria necessário dizer que não haveria definição significando a essência da coisa, mas que tudo seria predicado acidentalmente⁶².

A passagem acima toma como primeira premissa justamente o resultado do argumento anterior (aquilo que já foi provado – *est probatum*), a saber, que o significado do termo homem é um, ou seja, é determinado. Como segunda premissa, é tomado algo que não foi provado ainda, mas apenas dito (*est positum*), a saber, que aquilo que o termo significa é a substância de algo. Ora, se Tomás não considera essa premissa provada, tal como a primeira o foi, então podemos considerar apenas a primeira premissa como o resultado do argumento anterior. Assim, se a noção de significação envolvida no argumento semântico estivesse ancorada na substância (ou na essência), essa separação das premissas não precisaria ser feita. Portanto, podemos perceber que a noção de definição com base na essência aparece somente depois dos resultados do argumento semântico – e mais do que isso, parece depender dele – de modo que a interpretação semântica que havíamos defendido ganha novo suporte no texto de Tomás.

A preocupação da posição essencialista é sem dúvida legítima, pois procura no argumento de Aristóteles um ponto de ancoragem na realidade, de forma que o argumento não fique restrito ao âmbito da linguagem e do pensamento, mas que seja efetivamente estabelecido como um princípio metafísico. De fato, a posição semântica não pode furtar-se de assegurar a validade ontológica do PNC, dado que Aristóteles o enuncia como princípio metafísico, e não meramente como um princípio do pensamento ou do discurso. Embora

⁶² *In Met.* Livro IV, VII, 627: *Propositum est enim supra et probatum quod hoc quod significat nomen est unum. Et iterum est positum quod illud quod significat nomen, est substantia rei, scilicet quod quid est res. Unde patet quod aliquid significat substantiam rei, et idem quod est significatum non est aliquid aliud. Si igitur illud quod est esse hominem, sive quod quid est homo, fuerit vel non esse hominem, vel esse non hominem, constat quidem quod erit alterum a se. Unde oportet dicere, quod non sit definitio significans quod quid est esse rei; sed sequetur ex hoc quod omnia praedicentur secundum accidens.*

em um primeiro momento tenhamos procurado desenvolver uma argumentação exclusivamente no âmbito da linguagem, podemos encontrar pontos de “ancoragem” nos demais argumentos de Gama 4. Através das noções de essência e acidente no segundo argumento⁶³, e através da noção de verdade como correspondência no terceiro⁶⁴.

De fato, se não concedermos a existência de objetos determinados, então não podemos sustentar a possibilidade de descrever o mundo – muito menos de empreender um discurso científico. Assim como quando o adversário recusa a condição de significar determinadamente o preço é nada falar, quando o adversário recusa a validade ontológica do PNC, torna-se problemático sustentar a possibilidade de descrever o mundo com sentido, dado que seus estados de coisas seriam totalmente avessos à determinação. Assim, a validade ontológica do PNC parece fazer parte das condições que garantem a significação do discurso “sobre o mundo”. Ora, dado que a noção de verdade em jogo requer a correspondência entre a proposição e a realidade, se o adversário julga ser capaz de fazer uso das noções verdade e falsidade, então ele deve admitir que podemos falar significativamente sobre objetos reais. Esta parece ser a contribuição dos argumentos a partir das noções de essência-acidente e verdade-falsidade: evidenciar que sua utilização envolve a suposição de que o mundo seja determinado, e não somente nosso discurso.

Em suma, embora “significar” não designe necessariamente algo no mundo, *quando* designar, deve sem dúvida satisfazer o PNC em sua formulação lógica e ontológica, para ser possível falar com verdade ou falsidade. Com efeito, mostrou-se em primeiro lugar que o PNC é condição de significação e que isso não é o mesmo que possuir um valor de verdade. Mesmo assim, para que uma proposição seja verdadeira ou falsa, ela deve satisfazer as condições de significação *antes* de obter um valor de verdade. Todavia, isso não quer dizer que a formulação lógica do PNC seja primeira em relação à ontológica *simpliquiter*. A anterioridade que propomos diz respeito tão somente ao âmbito do discurso. É bem sabido que para Tomás e Aristóteles o “lógico segue o ontológico”, e que essa tese deve ser sempre observada.

Com esta apresentação do argumento em favor do PNC julgamos dispor dos elementos necessários para seguirmos em nossa investigação. Com efeito, não convém empreendermos aqui uma análise dos capítulos 5 e 6 de Gama, uma vez que já temos o que pretendíamos apreender da formulação do PNC e da natureza dos argumentos que o estabelecem. Apenas queremos chamar mais uma vez a atenção ao nosso esforço em

⁶³ *In Met.* IV, Lição VII, 624-635.

⁶⁴ *In Met.* IV, Lição VIII, 636-639.

apresentar uma defesa do PNC em termos semânticos. Essa leitura será de grande valia quando investigarmos a solução ao problema dos futuros contingentes, pois ela mostra que é possível manter a validade do PNC sem comprometer-se com estados de coisas existentes. Isso nos permitirá afastar dificuldades acerca da validade do PNC para estados de coisas futuros, os quais, caso adotássemos uma leitura fortemente “ancorada no mundo”, poderiam prejudicar nossa leitura de *De Int.* 9.

3. Princípio do terceiro excluído

Em Gama 7, Aristóteles apresenta um segundo princípio, assim enunciado: "não pode haver um intermediário entre contraditórios, mas de um sujeito nós devemos afirmar ou negar qualquer predicado"⁶⁵. Convencionou-se chamá-lo de princípio do terceiro excluído (PTE). Podemos perceber que o PNC e o PTE são considerados, ambos, princípios do ser enquanto ser e recebem argumentos independentes para serem estabelecidos diante de seus adversários. No entanto, apenas o PNC recebe o status de *princípio acerca do qual não é possível enganar-se*. Sendo assim, diversas perguntas podem ser levantadas acerca da relação entre os dois princípios: sendo o PNC o primeiro princípio, deve isso significar que o PTE é dele derivado? Nesse caso, contudo, outras perguntas tornam-se prementes. Seriam os princípios equivalentes? De modo ainda mais geral, repousaria a integralidade da disciplina suprema sob um único princípio do qual todos os demais seriam derivados? Ou dever-se-ia falar de uma pluralidade de primeiros princípios, tendo todos o mesmo estatuto lógico? Nem Aristóteles nem Tomás respondem explicitamente a essas perguntas. Enfrentá-las todas excede nossos objetivos. Interessar-nos-ão apenas as que dizem respeito à natureza dos argumentos em favor do PTE.

Tal como havia feito com o PNC, Aristóteles oferece sete argumentos para mostrar que também o PTE não pode ser negado. O núcleo deste grupo de argumentos é a definição do verdadeiro e do falso:

E isso é manifesto primeiramente a partir da definição do verdadeiro e do falso. Com efeito, nada é mais falso do que dizer não ser aquilo que é ou ser aquilo que não é. E nada é mais verdadeiro do que dizer ser aquilo que é ou não ser aquilo que não é.⁶⁶

⁶⁵ *Met.*, Gama, 1011b23-26.

⁶⁶ *In Met.* Livro IV, XVI, 721. Et hoc manifestum est primo ex definitione veri vel falsi: non enim aliud est magis falsum quam dicere non esse quod est, aut esse quod non est. Et nihil aliud est magis verum quam dicere esse quod est, aut non esse quod non est.

Dessas duas definições claramente se segue que ou a afirmação ou a negação de um par contraditório deve ser verdadeira e que quem diz o verdadeiro (ou o falso) deve fazer um uma afirmação ou uma negação. Ao utilizar os dois valores de verdade, Aristóteles impõe uma combinação tal que não resta alternativa intermediária, ou seja, não há enunciado que evite a dupla alternativa afirmação/negação e verdadeiro/falso. Em outros termos, a utilização de dois valores de verdade impõe a associação de quatro alternativas (afirmar verdadeiramente, negar verdadeiramente, afirmar falsamente e negar falsamente). O quadro abaixo evidencia as dicotomias:

	Verdadeiro	Falso
Dizer que algo é	O ser é	O ser não é
Dizer que algo não é	O ser não é	O ser é

Segundo Tomás, aquele que afirma que há um intermediário entre afirmações e negações contraditórias não admite essas disjunções. Contudo, se o que está em questão é a existência de algo intermediário entre afirmar e negar, ou entre o verdadeiro e o falso, o adversário poderia perguntar se é legítimo tomar como premissa uma definição de verdade que apresente apenas essas duas opções. O próprio Tomás, diante de um argumento semelhante para estabelecer o PNC, nota que Aristóteles reconhece o ponto débil do argumento em questão, dizendo que o adversário não precisa aceitar a definição de verdade e as relações entre afirmação e negação que decorrem dela, pois esse é justamente o ponto em disputa:

Uma quarta [conclusão impossível] segue-se pela definição do verdadeiro e do falso. Com efeito, o verdadeiro é quando se diz ser aquilo que é, ou não ser aquilo que não é. Mas o falso é quando se diz não ser aquilo que é, ou ser aquilo que não é. Portanto, da definição do verdadeiro e do falso é patente que quando uma afirmação é verdadeira, sua negação é falsa, pois então alguém diz não ser o que é. E quando uma negação é verdadeira, então sua afirmação é falsa, pois então alguém diz ser de algo que não é. Portanto, não é possível afirmar e negar o mesmo verdadeiramente. **Mas talvez o adversário pudesse dizer que esse último argumento é uma petição de princípio. Pois aquele que sustenta que contraditórios são verdadeiros ao mesmo tempo não**

aceita essa definição do falso, a saber, que o falso é dizer ser o que não é, e não ser o que é⁶⁷.

Por que a mesma observação não aparece nos argumentos do PTE? Não poderia o adversário denunciar a petição de princípio? Aristóteles e Tomás parecem realmente confiantes de que o ele não ousaria recusar a definição de verdade proposta. Mas por quê?⁶⁸

O primeiro passo para compreender Gama 7 é identificar a estratégia argumentativa que Tomás atribui a este capítulo. Segundo os parágrafos *In Met.* IV, 731 e *In Met.* IV, 732, o PTE tem os mesmos de adversários que o PNC, a saber, aqueles que, confusos, não podem refutar argumentos sofisticados e acabam concordando com as suas conclusões; e aqueles que, por falta de educação, exigem prova de tudo e querem negar tudo que *não pode ser provado*. O parágrafo seguinte revela-nos que i) a condição de significar algo está novamente presente, assim como ii) a consequência ser comparado a um vegetal:

[Aristóteles] mostra qual o ponto de partida do qual se deve proceder contra tais opiniões, e diz que deve ser a partir da definição do verdadeiro e do falso **ou de quaisquer outros nomes**, como é evidente pelo que foi dito pelos argumentos acima. Pois é necessário que eles concedam definições de coisas, se admitem que os nomes significam algo, uma vez que a noção que um nome significa é a definição da coisa. Mas se eles não concedem que todas as palavras significam algo, então não diferem de plantas.⁶⁹

Portanto, espera-se que a estratégia de Gama 7 seja a mesma de Gama 4: ao partir de uma definição fornecida pelo adversário, o PTE é estabelecido. A presença da disjunção

⁶⁷ *In Met.* Livro IV, 651. Quartum sequitur per definitionem veri et falsi. Verum enim est cum dicitur esse quod est vel non esse quod non est. Falsum autem est cum dicitur non esse quod est, aut esse quod non est. Ex quo patet per definitionem veri et falsi, quod quando affirmatio est vera, tunc negatio est falsa: tunc enim dicit non esse, quod est: et si negatio est vera, tunc affirmatio est falsa: tunc enim dicitur esse de eo quod non est. Non ergo contingit vere idem affirmare et negare. Sed forte adversarius ad hoc ultimum poterit dicere, quod hic est petitio principii. Qui enim ponit contradictionem simul esse veram, non recipit hanc definitionem falsi, scilicet quod falsum est dicere quod non est esse, vel quod est non esse (Grifo meu).

⁶⁸ É importante ressaltar que a literatura contemporânea é praticamente silente a respeito dos argumentos de Gama 7. Ross (1924) não dedicou a eles mais que algumas linhas; Kirwan (1993) e Cavini (1998) procuram reconstruir os argumentos mas, surpreendentemente, sem qualquer referência à estratégia *elêntica* de argumentação. Destaque-se que Cavini escolhe a curiosa estratégia de recorrer à regra dos pares contraditórios (ver capítulo seguinte) como premissa adicional do primeiro argumento, transformando-o em uma petição de princípio. Cassin e Narcy (1979) conservam a condição de significar algo, mas debruçam-se exclusivamente sobre a definição do verdadeiro e do falso. Sua conclusão é: “se não admitirmos o PTE, então não podemos usar compreensivamente os valores de verdade”, e com isso falham em fornecer uma reconstrução elêntica dos argumentos. Diante da considerável assimetria entre a literatura de Gama 7 e aquela de Gama 4, a tarefa de reconstruir os argumentos a favor do PTE torna-se especialmente desafiadora.

⁶⁹ *In Met.* Livro IV, XVI, 733. [...] ostendit ex quo principio debeat procedi contra tales opiniones; et dicit quod ex definitione veri vel falsi vel aliquorum aliorum nominum, sicut ex supra dictis rationibus patet. Necesse est enim eis concedere definitiones rerum, si ponunt quod nomina aliquid significant. Nam ratio quam nomen significat est definitio rei. Si autem non concedunt omnia significare aliquid, tunc non differunt a plantis. (Grifo meu).

em “partir da definição do verdadeiro e do falso *ou* de quaisquer outros nomes” evidencia um aspecto capital: a definição de verdade não é o único ponto de partida disponível. Mas podemos dizer que, assim como a definição de “homem” é suficiente para impor o PNC, a definição do verdadeiro e do falso é suficiente para impor o PTE.

Mas o que nos levaria a crer que a definição de verdade é, afinal de contas, um bom ponto de partida? Aristóteles parece dizer que, se o adversário tem pretensões de significar algo, ele deve (além de, claro, aceitar o PNC) aceitar a definição de verdade apresentada acima e, por conseguinte, aceitar que não há intermediário entre os elementos de um par contraditório. Porém, tanto Aristóteles como Tomás não explicitam a relação visada entre significar e aceitar tal definição. Não parece óbvio que a definição aristotélica de verdade seja tão elementar ao ponto de apresentar-se como condição do discurso inteligível.

É possível perceber que há um vínculo estreito entre a natureza da proposição e a definição de verdade apresentada acima. Ora, vimos em nossa discussão acerca dos primeiros capítulos do *De Interpretatione* que uma proposição é essencialmente formada de dois elementos (nome e verbo) que podem ser combinados ou separados. Abrem-se, assim, duas possibilidades enunciativas: enquanto a afirmação realiza a primeira, a negação realiza a segunda. Enunciar uma proposição é, portanto, indissociável de fazer uma escolha, a escolha de dizer que algo é ou que algo não é. Tal escolha é uma atividade cujo fim é descrever um estado de coisas. Disso se segue que, uma vez proferida a proposição, dois resultados são possíveis: ou a descrição corresponde à possibilidade atualizada no plano das coisas e é bem sucedida, ou ela não corresponde e é mal-sucedida. Ao primeiro resultado aplica-se o valor “verdadeiro” e ao segundo o valor “falso”.

Assim, a *dupla alternativa* de afirmar ou negar algo, impõe-se cada vez que alguém empreende um ato enunciativo. É exatamente a isso que o terceiro argumento de Gama 7 faz referência:

[Aristóteles] fornece o terceiro argumento: o intelecto, em todas as suas concepções, pelas quais percebe e entende, ou afirma ou nega algo. A partir da definição do verdadeiro e do falso evidencia-se que se alguém afirma ou nega, é necessário que diga o verdadeiro ou que esteja enganado, pois quando o intelecto compõe desta maneira, ou afirmando ou negando segundo está na coisa, diz [a verdade], quando não, engana-se. Portanto, é evidente que seja sempre necessário que seja verdadeira a afirmação ou a negação, já que é necessário que alguma opinião seja verdadeira, e toda opinião é ou uma afirmação ou uma negação. Onde

ser necessário sempre ser verdadeira ou a afirmação ou a negação e, assim, não há intermediários entre contraditórios⁷⁰.

Portanto, todos que pretendem dizer algo escolhem entre fazer uma afirmação e fazer uma negação. A razão pela qual não podemos afirmar simultaneamente a combinação e a separação do sujeito e do predicado leva-nos novamente a Gama 4 e à refutação daquele que nega o PNC.

Tomemos agora um par de enunciados contraditórios: como essa *dupla alternativa* comportar-se-á diante de tal par? Ora, se o par é composto de duas proposições, sendo uma a negação da outra, então o que a disjunção dos seus membros faz é justamente “esgotar” essa dupla alternativa. Por isso, somos levados a admitir que a disjunção “S é P *ou* S não é P” esgota as possibilidades de quem quer significar algo. Isso quer dizer que entre contraditórios não há intermediários, ou seja, não há nada entre uma afirmação e a sua negação. Por conseguinte, também não há nada entre o verdadeiro e o falso, pois esses não são mais que os resultados de uma afirmação e de uma negação quando comparadas com a realidade – se existem apenas duas possibilidades enunciativas, então existem apenas dois resultados possíveis. Assim, a dicotomia afirmar/negar é primeira em relação à dicotomia verdadeiro/falso. Isso é confirmado nesta passagem do comentário ao *De Int.* que citamos novamente:

O Filósofo assume uma dupla diversidade das proposições. Das quais a primeira surge da própria forma ou modo de enunciar, segundo a qual foi dito que a proposição é ou afirmativa – pela qual é enunciado que algo *é* – ou negativa, pela qual é significado que algo não *é*. A segunda diversidade [da proposição] surge da comparação com as coisas, da qual depende a verdade e a falsidade de intelecto e da proposição. Pois quando é enunciado que algo *é* ou não *é* segundo um acordo com a coisa, o discurso é verdadeiro, caso contrário, o discurso é falso⁷¹.

⁷⁰ In Met. Livro IV, XVI, 725. [...] tertiam rationem ponit, quae talis est. Intellectus in omni conceptione sua, qua sentit et intelligit, aut affirmat aliquid aut negat. Ex definitione autem veri et falsi apparet quod sive aliquis affirmet sive neget, oportet ut verum dicat, aut mentiatur: quia quando intellectus sic componit vel affirmando vel negando sicut est in re, dicit; quando autem non sic, mentitur. Et ita patet quod semper oportet quod sit vera vel affirmatio vel negatio; quia oportet quod aliqua opinio sit vera, et omnis opinio affirmatio est vel negatio: unde oportet quod semper affirmatio vel negatio sit vera: et sic non est medium in contradictione.

⁷¹ In *De Int.* IX, 2. Philosophus assumit duplicem diversitatem enunciationis: quarum prima est ex ipsa forma vel modo enunciandi, secundum quod dictum est quod enunciatio vel est affirmativa, per quam scilicet enunciatur aliquid esse, vel est negativa per quam significatur aliquid non esse. Secunda diversitas est per comparisonem ad rem, ex qua dependet veritas et falsitas intellectus et enunciationis. Cum enim enunciatur aliquid esse vel non esse secundum congruentiam rei, est oratio vera; alioquin est oratio falsa.

Portanto, o PTE é imediatamente implicado na essência da proposição, na medida em que ele expressa a dupla alternativa “afirmar/negar” disjuntivamente, na forma “S é P ou S não é P”. Com efeito, não precisamos da definição do verdadeiro e do falso para mostrar que não há intermediário entre proposições contraditórias em termos de afirmação/negação. A definição de verdade que, como vimos, também decorre da noção de proposição, consta como ponto de partida dos argumentos apenas para tornar evidente [*manifestum*] esta relação. Isso quer dizer que a própria natureza da proposição mostra por que um par contraditório é exaustivo. De fato, quando vimos na seção anterior como se formam os pares contraditórios, pudemos perceber isso. Lá, Tomás faz um esquema a partir das dicotomias “afirmar/negar” e “verdadeiro/falso” para sustentar a tese de que se pode negar tudo que se pode afirmar. A partir desta tese ele pode dizer que existe uma negação para cada afirmação e, com isso, formar um par contraditório. Não por acaso, o esquema corresponde exatamente ao quadro das dicotomias que elaboramos acima a partir da definição de verdade. Portanto, já no comentário ao *De Interpretatione* temos que a noção de contraditório claramente supõe que não há intermediário entre as dicotomias proposicionais.

De acordo com essa concepção de proposição, se alguém pretende dizer algo, ele deve necessariamente fazer uma afirmação ou uma negação. E dada a oposição entre afirmar e negar explicitada pela definição aristotélica de verdade, não afirmar algo nada mais é que negar algo, e não negar nada mais é que afirmar. Portanto, não há nada intermediário entre dizer *o que é* e entre *o que não é*. Com efeito, isso nos faz crer que a condição de significar supõe uma concepção específica de proposição, a qual envolve (i) a complexidade essencial da proposição e (ii) a concepção do ato proposicional como uma atividade (passível de ser bem ou mal sucedida, por comparação com a realidade).

Todavia, isso apenas mostra que há uma ligação imediata entre o discurso proposicional (tal como concebido por Aristóteles e Tomás) e a definição aristotélica de verdade, e que o PTE está implicado nisso. Mas os argumentos a partir da definição de verdade não parecem ser convincentes a todos os adversários. Mesmo depois da nossa tentativa de mostrar a pertinência da definição de verdade para Gama 7, os adversários mal-educados parecem autorizados a acusar uma petição de princípio, caso os argumentos em questão sejam de fato dirigidos a eles.

Pudemos constatar que a condição de significar em Gama 4 é realmente irrecusável e que a principal razão para isso é que ela não pressupõe nada por parte do adversário senão a condição de significar. A condição de significar é, assim, mais fraca, o que torna os

argumentos em favor do PNC mais fortes, na medida em que não deixam margens para objeções adversárias. É preciso que a argumentação a favor do PTE não dependa da definição de verdade fornecida por Aristóteles, mas que possa tomar *qualquer nome* como ponto de partida, a ser oferecido pelo próprio adversário (tal como explicitado). Igualmente ao que fizemos com o PNC, o próximo passo consistirá em mostrar que a relação entre *significar* equivale a de significar algo *determinado*, e que isso supõe o PTE.

Assim, deve-se ter o cuidado para não transformar os argumentos de Gama 7 em petições de princípio. Para isso, não podemos interpretá-los como dependendo da noção aristotélica de verdade, já que ela manifestamente observa o PTE. Certamente, se o adversário se compromete com a concepção de proposição que apresentamos aqui e suas conseqüências, então é por que ele já está observando o PTE. Não podemos esquecer que os argumentos de Gama também têm uma função pedagógica, haja visto que Aristóteles responde a dois tipos de adversários. Isso é confirmado pelo fato de haver argumentos que não observam a estratégia elêntica. É sem dúvida aos “confusos” que os argumentos a partir da noção de movimento são dirigidos. Esse também parece ser o caso do sexto argumento do mesmo capítulo, que tem a forma de uma redução ao absurdo.

O que esses argumentos mostram é que, se o adversário aceita a definição de verdade (ou que há movimento entre contrários), então ele já está supondo o PTE. Mas isso não é exatamente o mesmo que mostrar que o PTE é condição de significação – condição, aliás, que lhe garante o status de princípio da ciência suprema. Vemo-nos, assim, inclinados a encontrar no livro Gama elementos que nos autorizem a formulação da argumentação *elêntica* do PTE.

4 Argumentação elêntica em favor do PTE

Ainda em Gama 4, Aristóteles lança mão de um argumento para mostrar que os dois princípios implicam a recusa da posição segundo a qual, em um par contraditório, tanto o lado afirmativo como o lado negativo são falsos. Ou seja: tanto o PNC como o PTE envolvem a negação da tese de que contraditórios são falsos ao mesmo tempo. Tomás reconstrói o argumento de seguinte forma:

[Aristóteles] diz agora que dessa posição se segue outro inconveniente, a saber, que não será distinguida a negação da afirmação segundo a falsidade, mas ambas serão falsas. Ele diz então que não somente esse inconveniente se segue da posição apresentada acima, mas também que

não é necessário afirmar ou negar, isto é, não é necessário que ou a afirmação ou a negação seja verdadeira, mas ambas podem ser falsas. E assim, não haverá distinção entre o verdadeiro e o falso⁷².

Suponha que o adversário sustente que “Sócrates é homem e Sócrates não é homem”. Agora, podemos tomar essas duas proposições como se fossem uma única proposição composta (ou conjuntiva). Ora, se é possível afirmar e negar contraditórios ao mesmo tempo, então podemos tomar a proposição “Sócrates é homem e Sócrates não é homem” e negá-la para formar um outro par contraditório mais complexo. Como resultado, teríamos a proposição “Sócrates *não* é homem *nem* Sócrates não é homem”. Assim, obtemos o seguinte par contraditório: **“Sócrates é homem e Sócrates não é homem” e “Sócrates *não* é homem *nem* Sócrates não é homem”**. Aplicando mais uma vez a posição do adversário sobre esse par, somos levados a afirmar ambos os lados. Assim, ao negar o PNC o adversário compromete-se em afirmar que “Sócrates *não* é homem *nem* Sócrates não é homem”, isto é, a negar simultaneamente os dois lados de uma contradição. Com isso, o adversário é levado a sustentar que contraditórios são falsos ao mesmo tempo. Mas se é assim, então o PTE, segundo o qual um dos lados da contradição deve ser verdadeiro, acaba sendo abandonado também. Assim, ao negar o PNC, o adversário também nega o PTE, pois se compromete com a posição segundo a qual contraditórios são falsos ao mesmo tempo.

Também sob outro aspecto, aquele que nega o PTE sustentando que há um intermediário entre contraditórios invariavelmente compromete-se com a mesma posição. Isso porque, segundo Tomás, ao afirmar o intermediário, ele está dizendo que as proposições contraditórias P e ~P não são o caso, ou seja, compromete-se com a falsidade de P e de ~P em detrimento da verdade do intermediário. É exatamente isso que faz Anaxágoras, quando afirma que tudo está misturado com tudo, de modo que nenhum dos extremos pode ser predicado das coisas. Dessa forma, as cores, se são o resultado de uma “mistura”, não podem ser nem brancas ou não-brancas, já que cores são algo de intermediário entre o branco e o não-branco. O mesmo raciocínio vale para tudo o que quisermos tomar como sujeito de predicação. O resultados de tal posição, aponta Tomás, é que tanto a afirmação como a negação são falsas (em outras palavras, *tudo é falso*)⁷³.

⁷² *In Met.* Livro, IV, VIII, 640. Deinde cum dicit et quia non deducit aliud inconueniens, quod scilicet non distinguatur negatio ab affirmatione in falsitate, sed utraque sit falsa. Dicit ergo quod non solum praedicta inconuenientia sequuntur ad praedictam positionem, sed etiam sequitur quod non sit necessarium *affirmare et negare*, idest quod non sit necessarium affirmationem vel negationem esse veram, sed contingit utramque esse falsam. Et sic non erit distantia inter verum et falsum.

⁷³ *In Met.* Livro IV, XVI, 735.

Portanto, ligada à posição que há intermediários entre contraditórios está a posição de que não é possível afirmar nem negar um predicado de um sujeito.

Suponha agora que Aristóteles solicite àquele que nega o PTE que ele diga algo de significativo. Como a prova pode decorrer de um termo qualquer, tomemos o exemplo “homem”. Se “homem” significa algo, então deve ser possível dizer o que ele significa. “Pois bem”, diria o adversário, “homem *não* significa animal bípede *nem* não-animal bípede”. Porém, essa tentativa de significar é claramente vazia. Vimos que o adversário do PNC, ao significar simultaneamente o que é ser homem e o seu complemento, significa tudo ao mesmo tempo e, por isso, acaba por não dizer nada quando expressa o nome “homem”. Analogamente, o adversário do PTE, quando *nem* significa *o que é ser homem* *nem o que não é ser homem*, não expressa nada. Tanto no caso da negação do PNC como do PTE, não é feito um ato de demarcação ao significar, de modo que a pergunta “do que você está falando?” não pode ser respondida pelo adversário. A diferença que se observa, porém, é que o adversário do PNC não significa, pois seleciona *tudo ao mesmo tempo*, enquanto que o adversário do PTE não significa porque, no fim das contas, não seleciona nada. O sentido de “homem” é, em ambos os casos, incompreensível, de modo que o adversário falhou em fornecer um nome com significado, tal como fora acordado no início da discussão. Essa consequência é fornecida ainda no capítulo 4 de Gama:

Seguem-se, então, dois inconvenientes. O primeiro é: [o adversário] não diz isso [que ele pensa dizer], isto é, que não enunciará *nem* a afirmação e *nem* a negação, [...] disso se segue que nada é verdadeiro, *nem* a afirmação *nem* a negação. E se nada é verdadeiro, nada poderá ser dito *nem* compreendido, pois de que modo alguém pode expressar ou compreender o não-ser? É como se dissesse: de modo algum⁷⁴.

Destaque-se ainda:

É manifesto que neste ponto não poderá haver investigação ou disputa, pois não se pode disputar com quem não concede nada, [...] e novamente [o adversário] nega ambas [isto é, a afirmação e a negação] dizendo, assim, que *nem* são *nem* não são, como é claro pela argumentação precedente. Se, pois, [o adversário] não negar todas elas [isto é, a afirmação e a negação], segue-se que ele reconhecerá que algo

⁷⁴ *In Met.* Livro IV, XIII, 646. Tunc sequuntur duo inconvenientia: quorum primum est, quod *non dicet ea*, idest quod non asseret nec affirmationem nec negationem, [...] sequitur quod nihil sit verum, nec affirmatio nec negatio. Et si nihil est verum, nihil poterit dici nec intelligi. Quomodo enim aliquis pronuntiabit vel intelliget non entia? Quasi dicat, nullo modo.

é determinadamente verdadeiro – o que é contrário ao que fora suposto [no início da argumentação].⁷⁵.

5. As mesmas posições destroem a elas mesmas

Se os argumentos de Gama 7 não observam a estratégia elêntica, isso significa que Aristóteles dedica todo o capítulo aos adversários que negam o PTE por confusão, dado que somente eles não exigem *provas* dos princípios. Na lição 17 de seu Comentário à *Metafísica* (referente a Gama 8), podemos encontrar outro tipo de argumentação para refutar duas posições derivadas da negação do PNC e o PTE, a saber, i) *tudo é verdadeiro* e ii) *tudo é falso*. O objetivo não é mais fazer os adversários perceberem que os princípios são condição de significação (pois isso já foi estabelecido), mas o de mostrar que as posições acima são insustentáveis, já que *destroem a si mesmas*⁷⁶. A consequência, assim, não é mais ser comparado a um vegetal, mas sustentar uma opinião paradoxal. Embora através dos argumentos anteriores já tenhamos estabelecido o PNC e o PTE, estes argumentos são especialmente relevantes, pois, a partir deles, podemos perceber a importância que os adversários “confusos” representam para Aristóteles. Não é por acaso que boa parte do livro Gama (capítulos 5, e 7) parece ser dedicada a eles. Também não nos surpreenderia se o último capítulo também cedesse o lugar da estratégia elêntica à tentativa de embaraçar os adversários.

Na lição referida, Tomás sistematiza as posições dos adversários do PNC e do PTE e mostra (i) como uma procede da outra e (ii) por que elas são insustentáveis [*inopinabiles*]. São elas:

- a) Tudo é verdadeiro⁷⁷;
- b) Tudo é falso;
- c) Tudo é verdadeiro e falso ao mesmo tempo.

Como vimos acima, (a) é exatamente a posição daquele que nega o PNC (pois ele afirma que contraditórios podem ser verdadeiros ao mesmo tempo) e (b) pode ser derivada

⁷⁵ In Met. Livro, IV, VIII, 650. Manifestum est quod adhuc non poterit esse perscrutatio vel disputatio. Non enim potest disputari cum aliquo qui nihil concedit.[...] Et iterum ambo ea negat dicens quod nec est ita nec non ita, sicut ex praecedenti ratione apparet. Si enim non omnia ista neget, sequitur quod ipse noverit aliquid determinate verum; quod est contra positum.

⁷⁶ In Met. Livro IV, XVII, 742.

⁷⁷ Tomamos “tudo é verdadeiro” como equivalente a “contraditórios são verdadeiros ao mesmo tempo”. O mesmo vale para “tudo é falso”, pois sem dúvida esse é fundamentalmente o problema em questão.

de (a) (e, simultaneamente a posição daquele que nega o PTE). A opção (c) nada mais é do que a possibilidade lógica de sustentar a conjunção das duas primeiras posições. Em função disso, ao mostrar a indefensibilidade de (a) e (b), Tomás estará mostrando o mesmo com relação a (c).

O ponto aqui é que sustentar a verdade de (a) ou (b) leva o adversário a sustentar igualmente sua falsidade. Nesse sentido, as posições (a) e (b) destroem a si mesmas [*seipsas destruunt*]. O argumento de Tomás segue assim:

1. Qualquer um que sustente que contraditórios são verdadeiros ao mesmo tempo torna o contrário de sua própria opinião verdadeiro;
2. Mas o contrário de sua opinião é que sua própria opinião não é verdadeira;
3. Portanto, aquele que sustenta que contraditórios são verdadeiros ao mesmo tempo sustenta que sua própria opinião não é verdadeira⁷⁸;
4. E assim ele destrói sua própria opinião;
5. Similarmente, é patente que aquele que sustenta que contraditórios são falsos ao mesmo tempo também sustenta que sua opinião é falsa, pois a sua própria opinião (digamos, o PNC é falso) pode fazer parte de um par contraditório. Em outras palavras, aquele que, ao dizer que nenhuma afirmação é verdadeira, faz ele próprio uma afirmação, a qual deve ser falsa.

Cabe notar que esses argumentos não fazem mais que embaraçar o adversário, fazendo com que ele admita a falsidade de sua própria posição. Se eles negam o PNC, acusá-los de se contradizerem a si mesmos é sem propósito – além, claro, de render a Aristóteles e Tomás a acusação de petição de princípio. Mas talvez não devamos subestimar a força da admissão de que sua própria posição é falsa. O fato de que o adversário esteja pronto para aceitar uma contradição não implica automaticamente que ele admitiria de bom grado a falsidade de sua posição. Aristóteles e Tomás acreditam que aqueles que negam o PNC e o PTE como resultado de confusão filosófica podem ser convencidos do erro de suas posições, e uma forma de atingir esse propósito consiste em enumerar todos os inconvenientes que se seguem delas – o que explica a multiplicidade dos argumentos a favor de ambos os princípios. Diferentemente, a estratégia *elénctica*, além de

⁷⁸ Aqui talvez pudéssemos nos perguntar se o adversário não estaria simplesmente dizendo a verdade. Aristóteles e Tomás devem estar aplicando a regra semântica segundo a qual quando uma afirmação é verdadeira sua negação é falsa e *visse versa*. Tal regra pode ser tomada como um corolário da definição de verdade.

ser bem sucedida em encontrar a força de uma prova sem cometer petição de princípio, evidencia a razão pela qual o PNC e o PTE são os primeiros princípios da ciência suprema: eles se mostram como condição da significação. Por outro lado, os argumentos por “auto-destruição”, mesmo não sendo os mais notáveis ou importantes do livro Gama, certamente contribuem para seu objetivo “pedagógico”.

6. Qual a formulação correta do PTE?

Tanto Aristóteles como Tomás passam livremente da formulação sintática do PTE (em termos de afirmação e negação) para a sua formulação semântica (em termos de valor de verdade). Os primeiros argumentos de Gama 7 (excetuando o quarto) estabelecem que, dado um par contraditório, ou a afirmação ou a negação é **verdadeira**, enquanto que os últimos dois estabelecem que entre uma afirmação e sua negação não pode haver intermediário. Isso pode ser a primeira vista confuso, pois não fica claro qual é a formulação mais fundamental. De fato, é possível encontrar na literatura secundária pelo menos seis candidatas à formulação do PTE:

- (i) Não há intermediário entre contraditórios;
- (ii) Não há um terceiro valor de verdade entre o verdadeiro e o falso;
- (iii) Dentre contraditórios, deve-se afirmar um;
- (iv) Dentre contraditórios, ou a afirmação ou a negação deve ser verdadeira;
- (v) Contraditórios não podem ser falsos ao mesmo tempo;⁷⁹
- (vi) A expressão $(P \text{ ou } \sim P)$ é uma verdade lógica (ou válida em qualquer sistema lógico).

Pelo o que foi visto, podemos reduzir a formulação (ii) à (i) e a formulação (iv) à (iii), já que as formulações semânticas decorrem das sintáticas. Vimos também que a razão pela qual devemos afirmar um dos elementos de um par contraditório é justamente porque contraditórios não admitem uma opção intermediária. Assim, podemos tomar a formulação (iii) como um corolário de (i). Quanto à (v), vimos que se trata na verdade de uma consequência da admissão do PTE; é antes uma *posição derivada* que uma formulação alternativa de (i). Por sua vez, a formulação (vi) tampouco é uma candidata irredutível às demais, mas apenas as expressa (com exceção da (v)) nos termos da lógica proposicional.

⁷⁹ Lembramos que esta é a adotada por Lukasiewicz (1970).

Porém, justamente por se tratar de uma formulação em linguagem artificial e simplificada, escapa-lhe a supremacia de (i) em relação às demais.

Pretendemos ter mostrado, assim, que os princípios da ciência suprema podem ser formulados sintaticamente, e com isso chamamos a atenção para o fato de que o discurso, para ser significativo, não precisa estar ancorado na realidade. Para tanto, foi preciso reconstruir os argumentos elênticos em favor do PNC e PTE tomando a noção de definição neles envolvida como dispensando a referência do termo definido, ou seja, sem recorrer a objetos existentes e, em última instância, sem exigir a presença de estados de coisas. É em razão disso que enfatizamos que as formulações semânticas dos princípios (as quais utilizam valores de verdade em sua formulação) são secundárias em relação às sintáticas

A partir desses resultados já demos um passo definitivo em direção à distinção das condições de sentido de uma proposição do fato de possuir um valor de verdade. Julgamos que tal distinção é capital para adentrarmos a solução de Tomás ao problema dos futuros contingentes, no capítulo V.

Tendo estudado o Livro Gama da Metafísica, podemos retornar ao tratado *De Interpretatione* e analisar as diferentes oposições (além da contradição), que as proposições podem manter entre si.

III. O QUADRO DAS OPOSIÇÕES

O propósito das lições X a XII do comentário de Tomás é investigar no que consiste uma contradição genuína⁸⁰. Observaremos que, enquanto o livro Gama estabelece as suas propriedades, as lições referidas examinam a oposição contraditória com respeito a diferentes tipos de proposições. Para tanto, um critério na forma de uma regra semântica é introduzido: para todo par contraditório, um elemento é verdadeiro e outro falso.

Não é difícil perceber que tal regra (doravante “regra dos pares contraditórios”⁸¹) nada mais é que a aplicação das formulações semânticas do PNC juntamente com a do PTE. Ora, através do PTE, temos que, dado um par contraditório, a afirmação ou a negação deve ser verdadeira. Pelo PNC, se uma delas é verdadeira, então a outra deve ser falsa, caso contrário teríamos contraditórios verdadeiros ao mesmo tempo. No entanto, escolher esta regra para identificar pares contraditórios não significa que ela exprima a sua natureza. Vimos no capítulo anterior que o que define as proposições contraditórias é o fato de elas serem excludentes e exaustivas. A primeira característica é assegurada pelo PNC; a segunda, pelo PTE.

Procuraremos mostrar que a regra dos pares contraditórios não é senão um critério para evidenciar os resultados dessas lições. De fato, na medida em que Tomás de Aquino avança em seu tratado, comentando Aristóteles, as proposições são sistematicamente divididas em outras mais complexas: universais e particulares no capítulo 7 e 8, proposições com privações no capítulo 10 e proposições modais no 13, de forma que é esperado que as oposições estudadas não sejam sempre evidentes. Com tal regra, é possível sistematizá-las em um esquema que ficou conhecido como o *quadro aristotélico das oposições*. Em suma, procuraremos mostrar que esta regra é apenas útil, mas ela não

⁸⁰ *In De Int.* Lição X, 1.

⁸¹ Adotaremos essa nomenclatura por razão de brevidade, unicamente. Avisamos o leitor que ele não encontrará essa expressão nos textos de Tomás ou Aristóteles.

permite caracterizar o que é a contradição e muito menos por que os elementos dos pares contraditórios se opõem da forma como se opõem.

Vimos no capítulo anterior que a definição de contradição oferecida por Aristóteles diz que *contradição é a oposição da afirmação e da negação da mesma coisa sobre o mesmo sujeito*. Tendo essa definição em mente, Tomás irá distinguir os diversos tipos de oposição que podemos encontrar entre afirmações e negações. O propósito dessa investigação é encontrar dentre essas oposições aquela que constitui uma contradição genuína⁸², ou seja, trata-se de mostrar que a negação não tem apenas um único funcionamento lógico, pois negações contrárias, privações e negações contraditórias não funcionam do mesmo modo. Portanto, não é qualquer conjunção entre uma afirmação e uma negação que forma um par contraditório.

Já vimos que, assim como o gênero se divide em espécies, a proposição se divide em afirmativa e negativa. No entanto, essa não é a única divisão que a proposição sofre. Ainda podemos dividi-la segundo a quantidade, ou seja, se o seu sujeito é dito de muitos ou de apenas um. Assim, podemos identificar uma diversidade no sujeito. A partir disso podemos esperar que, em razão da diversidade encontrada no sujeito, encontraremos uma diversidade de oposições.

Neste momento devemos distinguir os diversos tipos de oposição que podemos encontrar nas afirmações e negações divididas segundo a quantidade. Como passo adicional, iremos aplicar nossa regra dos pares contraditórios, isto é, veremos como elas se relacionam com a verdade e a falsidade, para podermos avaliá-las com propriedade.

Para formar as oposições, Tomás começa listando as três formas nas quais podemos afirmar algo de um universal. Na primeira, predicamos algo de um universal universalmente. Mas o que significa dizer que o predicado é atribuído ao sujeito *universalmente*? O exemplo oferecido por Tomás, responde a esta pergunta: “Todo homem é um animal”. A partir deste exemplo, percebemos que o advérbio “universalmente” corresponde ao uso do quantificador “todos”. “Todos”, diferentemente de “homem”, não significa um universal, mas que a asserção feita sobre o sujeito “homem” é feita universalmente. Nesse tipo de proposição, é feita uma afirmação sobre *cada* homem. No outro tipo de proposição, a asserção é feita sobre universais *particularmente*, como em “algum homem é branco”. Uma afirmação universal particular seleciona, portanto, uma parte daqueles indivíduos que correspondem ao universal “homem”. A terceira afirmação

⁸² Essa qualificação é claramente enfática. Não é de modo algum o caso encontrar dentre diversos tipos de contradição, aquela que é “mais contraditória”.

predica algo de um universal sem determinar se faz isso universalmente ou particularmente, ou seja, sem especificar qual o quantificador em questão, tal como em “homem é branco”. A este último modo de predicação Tomás chama *indefinidas*.

A partir das afirmações, podemos formar o mesmo número de negações, já que tudo que pode ser afirmado pode ser negado. Se somarmos aos três tipos de proposições acima as singulares, podemos formar o seguinte conjunto de proposições, segundo a divisão da quantidade:

- I. *Proposições singulares*. Sócrates é homem, Sócrates não é homem.
- II. *Proposições universais tomadas universalmente*. Todo homem é animal, nenhum homem é animal.
- III. *Proposições universais tomadas particularmente*. algum homem é branco, algum homem não é branco.
- IV. *Proposições indefinidas*. homem é animal, homem não é animal.

Tomás diz então que, quando algo é predicado universalmente de um universal, e depois da mesma forma negado, isto é universalmente, temos uma oposição de contrariedade. Assim, pelo conjunto II de proposições, a relação entre a afirmação “todo homem é animal” e a negação “nenhum homem é animal” não é contraditória. A relação de contrariedade aplica-se aqui, segundo Tomás, porque “todo homem” e “nenhum homem” excluem-se “do modo mais distante possível”⁸³. Isso quer dizer que a negação contrária não apenas retira exatamente aquilo que a afirmação universal afirma, mas ela retira tudo, ela retira muito mais.

Quando dizemos que “homem é branco” ou “homem não é branco”, estamos predicando “branco” do universal “homem” não universalmente, mas também não particularmente. Isso deixa claro que, nesta passagem, o conjunto de proposições em questão é o das indefinidas. Estas, justamente por não precisarem o modo como o predicado está sendo afirmado (ou negado) do sujeito, não fazem da proposição uma proposição universal, apesar do sujeito “homem” ser um universal. Como afirmamos acima, para que a proposição seja universal, o predicado deve ser atribuído universalmente ao sujeito. Para tanto, o quantificador “todo” deve ser adicionado. O quantificador, como nota o próprio Tomás, não significa ele mesmo um universal, mas o modo da universalidade, isto é, se o predicado é atribuído universalmente ao sujeito.

⁸³ *In De Int.* Lição X, 18.

Quanto à particular afirmativa e à particular negativa, isto é, entre “algum homem é branco” e “algum homem não é branco”, percebemos que entre elas não há uma oposição em sentido estrito, isto é, a oposição contraditória. Para haver uma contradição entre duas proposições, é preciso que o sujeito seja exatamente o mesmo. No entanto, não é esse o caso nas particulares. Ora, ao fazemos uma afirmação sobre alguns homens, fazemos uma afirmação de certa forma indeterminada, isto é, não estamos especificando *quais* indivíduos estão sendo abarcados pelo sujeito da proposição. Por exemplo, consideremos um pequeno grupo de homens: Sócrates, Platão, Avicena e Averróis; se digo que “alguns homens são filósofos gregos” estou fazendo uma afirmação que abarca os sujeitos singulares “Sócrates” e “Platão”, mas que deixa de fora “Avicena” e “Averróis”. No entanto, quando digo “alguns homens não são filósofos gregos”, estou abarcando, diferentemente, “Avicena” e “Averróis” e deixando “Sócrates” e “Platão” de fora. Este exemplo evidencia que o quantificador “algum”, justamente por ser indeterminado, em um primeiro momento pode ser referir a alguns singulares e em um segundo, a outros. É por isso que a condição de “significar o mesmo sobre o mesmo” não é satisfeita pelas proposições particulares, de modo que uma afirmação particular e uma negação particular não formam um par contraditório. É exatamente isso que diz Tomás na seguinte passagem:

A particular afirmativa e a particular negativa não possuem oposição propriamente dita, pois a oposição é aplicada sobre o mesmo sujeito, mas o sujeito de uma proposição particular é o universal tomado particularmente, não para algum singular determinado, mas indeterminadamente para qualquer [singular]. Portanto, quando algo é afirmado ou negado de um universal tomado particularmente, o modo de predicar não é o mesmo, como quando a afirmação e a negação são sobre o mesmo [sujeito], e isso é requerido para a oposição entre afirmação e da negação.⁸⁴

Note-se que pudemos chegar a esta conclusão sem apelarmos à regra dos pares contraditórios. Em outras palavras, foi possível identificar que a oposição que as proposições particulares mantêm entre si não é contraditória levando em consideração apenas a definição de contradição, sem apelar da regra semântica que tínhamos a nossa disposição. Isso mais uma vez indica que ela não é mais que uma ferramenta.

⁸⁴ *In De Int.* Lição XI, 2. Particularis vero affirmativa et particularis negativa, non habent proprie loquendo oppositionem, quia oppositio attenditur circa idem subiectum; subiectum autem particularis enunciationis est universale particulariter sumptum, non pro aliquo determinato singulari, sed indeterminate pro quocumque; et ideo, cum de universali particulariter sumpto aliquid affirmatur vel negatur, ipse modus enunciandi non habet quod affirmatio et negatio sint de eodem: quod requiritur ad oppositionem affirmationis et negationis.

Mas qual seria a oposição contraditória de “algum homem branco”? Neste momento, Tomás recorre às proposições universais tomadas universalmente, pois é com elas que as particulares podem formar seus pares contraditórios. Ele diz, assim, que a proposição universal é oposta contraditoriamente à particular, sendo uma afirmativa e a outra negativa. Assim, por exemplo, há oposição contraditória entre “todo homem é branco” e “algum homem não é branco” e entre “nenhum homem é branco” e “algum homem é branco”. A razão para isso consiste na remoção (*remotione*) da afirmação pela negação, isto é, o que é significado pela universal afirmativa é removido somente pela particular negativa. O mesmo se dá conversamente: o que é significado pela universal negativa é removido somente pela particular afirmativa.

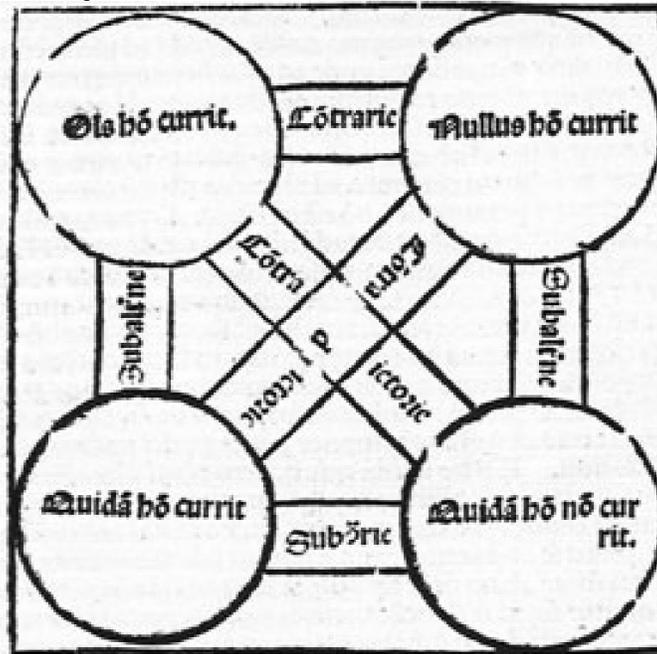
No que toca à oposição das proposições universais tomadas universalmente, assim como no caso das particulares, não há contradição. A razão fornecida é a mesma: o sujeito presente na afirmação não é o mesmo da negação. Por isso, o que é afirmado não o mesmo que é removido pela negação. A negação universal vai além de remover exatamente o que a afirmação universal enuncia: ela remove tudo. Assim, as proposições “todo homem é justo” e “nenhum homem é justo”, são opostas por contrariedade. A oposição entre particulares, apesar de não ser contraditória, não é tão extrema quanto a das universais. A remoção operada pela negação particular não remove *tudo* o que a afirmação particular enuncia, mas é uma oposição menos expressiva. Em função disso, Tomás diz que a oposição entre particulares afirmativas e particulares negativas consiste, antes, em um *meio* entre a oposição extrema da contrariedade. Com base nisso podemos chamá-las de *sub-contrárias*. Assim, temos o seguinte esquema de oposições:

I. *Sub-contrárias*: se dá entre universais tomadas particularmente.

II. *Contrárias*: se dá entre universais tomadas universalmente.

III. *Contraditórias*: se dá entre universais e particulares, mais precisamente, entre a universal afirmativa e a particular negativa e entre a universal negativa e a particular afirmativa. A partir dessas relações de oposição, podemos finalmente formar o quadro aristotélico das oposições:

Ilustração 1⁸⁵



1. Aplicação da regra dos pares contraditórios

Agora que já estabelecemos as oposições entre as proposições, podemos aplicar a regra semântica do pares contraditórios para investigar como as oposições mencionadas dividem o verdadeiro e o falso, isto é, comportam-se diante dos valores de verdade. O primeiro caso examinado é o das universais (“todo homem é branco” e “nenhum homem é branco”). Segundo Tomás, estas *não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo* e isso em razão da relação de contrariedade que já havíamos estabelecido acima. É o fato de a universal negativa remover completamente o que é dito pela universal afirmativa que as torna incompatíveis a ponto de não poderem ser simultaneamente verdadeiras – isso não impede, todavia, que ambas possam ser simultaneamente falsas: “[Aristóteles] diz primeiramente que *porque* a universal afirmativa e a universal negativa são contrárias, é

⁸⁵ Ilustração do Manual de Introdução à Lógica de Petrus Hispanus (Sevilla, 1503), extraído da cópia digitalizada da obra, a partir da página dos *Fondos Digitalizados de la Universidad de Sevilla*, disponível em <http://fondosdigitales.us.es/books/digitalbook_view?oid_page=177821&actual_page=177820&order_page=177820&order_section=5887&oid_book=906&num_pages=303&num_plates=21¤t_page=30> Acessado em: 15 de maio de 2009. Na ilustração, lê-se: “*Omnis homo currit*”, é contrária a “*Nullus homo currit*”, que é subalterna a “*Quidam homo non currit*”, que é subcontrária a “*Quidam homo currit*” que, por sua vez, é subalterna a primeira. As relações de contradição são mantidas pelos pares “*Omnis homo currit*” e “*Quidam homo non currit*”; “*Nullus homo currit*” e “*Quidam homo currit*”.

impossível que elas sejam verdadeiras simultaneamente, pois contrárias se excluem mutuamente.⁸⁶

Por outro lado, as proposições particulares não podem ser falsas ao mesmo tempo. No entanto, nada impede que elas sejam verdadeiras ao mesmo tempo, o que é reflexo do fato de sua oposição não ser tão forte como aquela compartilhada pelas proposições universais.

Até aqui, não pudemos aplicar a regra dos pares contraditórios, pois, justamente, a oposição que as universais e as particulares mantêm entre si não cumpre com a condição imposta pela noção de contradição, a saber, que “o mesmo seja negado do mesmo”. Contudo, na oposição de contradição, mantida entre as universais e as particulares, o sujeito é compartilhado, de modo que “a negação não faz mais que remover a afirmação”⁸⁷. Tomás lembra-nos que o mesmo ocorre com o caso mais simples das proposições singulares “Sócrates é branco” e “Sócrates não é branco”. Assim, temos pelo menos dois casos contraditórios: entre proposições universais e particulares (seja a afirmativa universal e a negativa particular ou vice-versa) e o caso das singulares. Em ambos, a regra semântica verifica-se: ou bem a afirmação é verdadeira e a negação falsa, ou bem a negação é verdadeira e a afirmação falsa. É deste modo que os pares contraditórios relacionam-se com a verdade e a falsidade: *dividindo-as*⁸⁸. Com efeito, os pares contraditórios não podem ser simultaneamente verdadeiros nem simultaneamente falsos, essas possibilidades pertencem, respectivamente, às sub-contrárias e às contrárias.

É neste momento que Tomás diz explicitamente que a regra dos pares contraditórios tem sua origem no livro Gama, nos princípios do ser enquanto ser:

[Aristóteles] diz que, seja quando consideramos a contradição de universais universalmente [...], ou a contradição de proposições singulares, é sempre necessário que uma seja verdadeira e a outra falsa. Não é possível que ambas sejam simultaneamente verdadeiras ou simultaneamente falsas, pois ser verdadeiro nada mais é senão quando é dito ser o que é, ou não ser o que não é; o falso, por outro lado, quando é dito ser o que não é, ou não ser o que é – como é evidente no livro IV da *Metafísica*.⁸⁹

⁸⁶ *In De Int.*, Lição XI, 6. Dicit ergo primo quod quia universalis affirmativa et universalis negativa sunt contrariae, impossibile est quod sint simul verae. Contraria enim mutuo se expellunt.

⁸⁷ *In De Int.*, Lição XI, 7.

⁸⁸ A noção de divisão do verdadeiro e do falso terá papel importante quando tratarmos da solução de Tomás ao problema dos futuros contingentes, quando ela será devidamente apresentada e explorada.

⁸⁹ *In De Int.*, Lição XI, 7. Et ideo dicit quod, sive accipiamus contradictionem universalium universaliter, [...] sive singularium enunciationum, semper necesse est quod una sit vera et altera falsa. Neque enim contingit esse simul veras aut simul falsas, quia verum nihil aliud est, nisi quando dicitur esse quod est, aut non esse

Nessa passagem, a definição de verdade como correspondência é utilizada para evidenciar a impossibilidade de contraditórios serem simultaneamente verdadeiros ou simultaneamente falsos. Mas isso não é uma surpresa, pois vimos em Gama 7 que a definição de verdade observa os princípios do ser enquanto ser e que Aristóteles a considera um modo eficiente de convencer os adversários os quais, confusos, negam o PNC e o PTE. Queremos sublinhar ainda que Tomás reconhece aqui que a regra dos pares contraditórios nada mais é que a união do PNC com o PTE e, além disso, que a divisão dos nossos capítulos é conveniente, na medida em que preferimos tratar do livro Gama antes de seguir o estudo das lições X a XII do *In De Int.*, a qual apresenta o quadro das oposições.

Devemos tratar ainda das proposições indefinidas, as quais, à primeira vista, deveriam ter sido contempladas pelo quadro das oposições. A razão para elas terem sido desconsideradas é imediatamente oferecida: elas não figuram em nenhum par contraditório, pois compartilham apenas aparentemente o mesmo sujeito. Analogamente às particulares, a falta de determinação quanto à quantificação desse tipo de proposição impede que elas compartilhem o mesmo sujeito. Gramaticalmente, “homem” comparece como o sujeito tanto da indefinida afirmativa como da indefinida negativa, mas logicamente a função não é a mesma. Prova disso (o que, sublinhamos, não é o mesmo de ser a razão para isso) é que a regra dos pares contraditórios não se aplica a elas. Nesse sentido, “homem é branco” e “homem não é branco” apenas parecem ser contraditórias. Ora, dada a indeterminação do sujeito quanto à quantidade, ele pode em alguns momentos referir-se ao homem X e em outros ao homem Y. Por isso, em um par contraditório formado de proposições indefinidas, a afirmação e a negação podem ser ao mesmo tempo verdadeiras e ao mesmo tempo falsas.

Através desta lição vimos que Aristóteles e Tomás assumem três tipos de negação: uma responsável pela oposição contrária, outra pela sub-contrária e ainda outra pela contraditória. Cada proposição continua tendo uma e somente uma negação própria, ou seja, toda proposição faz parte de *um* par contraditório, contanto que a negação obedeça em cada caso ao critério de remover exatamente o que está sendo afirmado.

Aparentemente, o quadro que formamos acima possui uma característica inusitada: ele parece apresentar exceções aos princípios do ser. Tomemos as formulações semânticas do PNC e do PTE:

quod non est; falsum autem, quando dicitur esse quod non est, aut non esse quod est, ut patet ex IV metaphysicorum.

PNC = contraditórios não podem ser verdadeiros ao mesmo tempo;

PTE = contraditórios não podem ser falsos ao mesmo tempo.

Retomemos também as relações de oposições que investigamos acima:

I. *Sub-contrárias*. Podem ser verdadeiras ao mesmo tempo;

II. *Contrárias*. Podem ser falsas ao mesmo tempo;

III. *Contraditórias*. Uma deve ser verdadeira e a outra falsa.

Aparentemente, II satisfaz o PNC sem satisfazer o PTE, enquanto que I satisfaz o PTE sem satisfazer o PNC. A confusão que tal raciocínio comete tem origem na desatenção à distinção das oposições que Tomás desenvolve minuciosamente na lição XI de seu comentário. O ponto é identificar a oposição na qual a negação remove exatamente o que a afirmação enuncia: a contradição. Se, diferentemente, colocamos a ênfase desta lição na regra semântica dos pares contraditórios, aparentemente concluimos que existem exceções aos princípios de PNC e PTE. Porém, como as próprias formulações dos princípios evidenciam, para que eles sejam observados (e, por conseguinte, a regra dos pares contraditórios aplicada) deve haver uma oposição peculiar: a contradição.

O mesmo raciocínio poderia levar a crer que as proposições indefinidas representam uma exceção aos princípios. Contudo, como sublinha Tomás, isso só ocorre porque, em decorrência de sua vagueza, elas são incapazes de fazer parte de um par contraditório. Fora de uma oposição contraditória, a questão se o PNC e o PTE se aplicam ou não sequer se coloca. Afinal, já mostramos ao adversário do PNC que a vagueza pode ser sempre eliminável, sob o preço de nada significarmos.

Concluída nossa análise das doze primeiras lições do comentário de Tomás ao *De Interpretatione* e seu comentário ao livro Gama da Metafísica, estamos de posse dos elementos necessários para reconstruir a argumentação determinista, referente ao capítulo 9 do tratado aristotélico.

SEGUNDA PARTE

IV. ARGUMENTO DETERMINISTA

O capítulo 9 do *De Int.* de Aristóteles divide-se em três partes, as quais assumem a forma de uma redução ao absurdo. Na primeira parte (18a28-34), Aristóteles propõe uma assimetria entre as proposições presentes e passadas com relação às futuras singulares em matéria contingente. Na segunda parte (18a34-19a6), ele desenvolve dois argumentos para provar tal assimetria. Segundo esses argumentos, se ela não for admitida, então todos os eventos ocorrem necessariamente (posição que denominaremos *determinismo*). Na terceira parte (19a-b4), Aristóteles nega que todos os eventos sejam necessários e estabelece a sua solução para o problema.

As lições do comentário de Tomás seguem uma divisão semelhante, mas com algumas digressões. Na lição XIV, há uma breve discussão sobre o determinismo proveniente das relações causais (o qual chamamos em nossa introdução de *determinismo causal*), notadamente defendido pelos estóicos. Segundo eles, se todo evento tem necessariamente uma causa, nada nos impede de retroceder indefinidamente nas causas de um evento futuro até o momento presente. Mas se é assim, todos os eventos já estão *dados* em suas causas e assim o futuro está necessariamente determinado. Em seguida, a discussão passa ao plano teológico, onde a indeterminação dos eventos futuros é confrontada com a onisciência divina, para então receber a célebre solução de Tomás (sabidamente seguindo Boécio⁹⁰): Deus não está submetido ao tempo, de modo que os eventos não são, rigorosamente falando, futuros para ele – o determinismo teológico é assim desqualificado como um pseudo-problema.

Desnecessário dizer que o determinismo causal e o determinismo teológico não pertencem propriamente ao nosso objeto de estudo. Como veremos, a refutação do determinismo levada a cabo no tratado aristotélico pertence exclusivamente ao registro lógico, na medida em que envolve apenas o modo como as proposições se relacionam com

⁹⁰ Boécio, *Consolação da Filosofia*, V.

os valores de verdade. O determinismo causal, por sua vez, recorre às noções de causa e efeito, enquanto que o teológico envolve uma dificuldade suplementar, referente à noção de conhecimento (especialmente, do conhecimento onisciente). Assim, por mais caros que estes temas sejam à agenda de Tomás, não seria conveniente examiná-los aqui.

Assim, se nos concentrarmos somente nas passagens relevantes ao problema lógico do determinismo, encontramos a seguinte estrutura:

Lição XIII:

§§ 1 – 6: Movimentos Preliminares:

Estabelece as divisões da proposição e retoma os resultados das lições anteriores;

§7: Enuncia a assimetria entre proposições presentes e passadas e as proposições singulares futuras em matéria contingente;

§7 e §8: Desenvolve o primeiro argumento determinista;

§9: Confronta sua conclusão com a evidência da contingência;

§10: Desenvolve o segundo argumento determinista;

§11: Breve esclarecimento: por que podemos dizer que proposições futuras em matéria necessária são verdadeiras *agora*,

§12: Inicia a apresentação da solução;

Lição XIV

§§1-7: Desenvolve em mais profundidade as impossibilidades que se seguem à conclusão determinista;

Lição XV

Desenvolve sua interpretação para a solução do problema;

Antes de entrar propriamente no texto de Tomás, procuraremos desenvolver o problema a partir de seus aspectos mais intuitivos⁹¹. Conforme formos avançando em nosso raciocínio, analisaremos as teses com as quais estamos nos comprometendo. Com isso, poderemos perceber melhor por que seria importante sustentar uma assimetria entre as proposições passadas e futuras. Tomemos como ponto de partida o próprio exemplo aristotélico de um evento: uma batalha naval. Suponha que ontem houve uma batalha naval. Certamente, o fato de a batalha ter ocorrido ontem não existe mais, mas nem por isso diríamos que ela nunca ocorreu. Diríamos apenas que se tratou de um fato real que não é

⁹¹ Raciocínio adaptado de LUKASIEWICZ (1970, p. 110-128).

mais presente – dele resta-nos apenas nossa memória e os seus efeitos transmitidos até hoje. A respeito dessa batalha podemos dizer que:

É verdadeiro para qualquer instante t do dia de hoje que houve uma batalha naval ontem.

Até aqui não há dificuldades. Estamos apenas supondo uma crença bastante intuitiva segundo a qual o passado não pode ser alterado. Todos concederíamos que o que foi verdadeiro em uma ocasião segue sendo verdadeiro para sempre. Assim, podemos dizer que:

Se um sujeito S é P no instante t , então é verdade para qualquer instante posterior $(t+1)$ que S é P no instante t .

Mas e se nos perguntarmos se também foi verdadeiro para qualquer instante t anterior à batalha naval que a batalha ocorreria? Do presente para o passado o raciocínio funcionava tranqüilamente, mas na direção contrária – do passado para o presente – a resposta não parece mais tão óbvia. De modo geral, podemos perguntar se tudo que ocorrerá e será verdadeiro no futuro já é verdadeiro hoje ou, mais drasticamente, já era verdadeiro desde sempre. O determinismo toma esse raciocínio como correto. Segundo essa posição,

Se S é P no instante t , então é verdade para qualquer instante anterior a t que S é P em t .

Se você julga que a relação entre um evento e a verdade é a mesma do presente para o passado e do passado para o presente (ou, o que é o mesmo, do presente para o futuro), então se considere um determinista. Em outras palavras, você está sustentando que todos os eventos, tanto os que não existem mais quanto os que não existem ainda, são verdadeiros neste momento. Certamente uma posição forte como essa nos leva a pensar quais seriam as suas implicações. Para começo de conversa, caberia perguntar se é possível dizer que está em nosso poder mudar o futuro, já que sempre foi verdadeiro que amanhã haveria, por exemplo, uma batalha naval. Será que podemos agir diferentemente a despeito da verdade dos eventos? Em uma terminologia mais técnica, diríamos: nossas ações são realmente

livres? Parece que se você persistir na simetria entre passado e presente, você deve aceitar que o futuro já está de certa forma decidido e não podemos fazer nada a respeito⁹².

Abraçar o determinismo acarretaria, para a maioria de nós, um preço muito alto. A consequência mais desconcertante é certamente a de abandonar a noção de ação livre e, com ela, a noção de responsabilidade moral. O determinismo é, em razão de suas consequências, impraticável. Aristóteles e Tomás de Aquino estão entre aqueles que não aceitam em hipótese alguma que todos os eventos futuros estejam determinados e, diante disso, são levados a recusar a tese sob a qual a posição determinista está assentada: a simetria entre as proposições sobre eventos presentes, passados e futuros. Isso significa dizer que não pode ser o caso que *Se S é P no instante t, então é verdade para qualquer instante anterior a t que S é P em t*. Vejamos como Tomás de Aquino formula e, em seguida, refuta o argumento determinista em seu comentário ao tratado aristotélico.

O primeiro passo de Tomás é retomar as divisões da proposição que já foram feitas até a lição XII. São elas: segundo a *qualidade*, donde uma proposição pode ser afirmativa ou negativa; segundo a *unidade*, donde uma proposição pode ser una ou uma conjunção de proposições⁹³; e segundo a *quantidade*, donde uma proposição pode ser universal ou singular. Em seguida, Tomás enumera mais duas divisões até então inéditas: segundo o *tempo*, donde uma proposição pode ser passada, presente ou futura; e segundo a *matéria*, donde uma proposição pode ser necessária, contingente ou impossível.

Até aqui, de todas as divisões de proposições listadas, nenhuma apresentava qualquer restrição à regra que até então vinha sendo utilizada para identificar pares genuinamente contraditórios. Com efeito, podemos perguntar por que na lição XIII temos mais duas divisões, as quais não foram sequer mencionadas quando formamos o quadro das oposições. Até a lição XII, as únicas divisões relevantes eram a segundo a qualidade e segundo a quantidade. Por que as divisões segundo o tempo e segundo a matéria surgiram apenas agora? A resposta já nos foi oferecida quando Tomás, na lição VII, após definir a proposição como o discurso no qual há verdade ou falsidade, diz que o objeto do tratado aristotélico abarca exclusivamente as proposições da ciência demonstrativa. Cabe notar que, não somente no *De Interpretatione*, mas, de maneira geral, no *Organon*, Aristóteles está particularmente interessado nas proposições necessárias, estritamente universais. Tendo isso em mente, os estado de coisas futuros e contingentes se mostram irrelevantes,

⁹² Uma alternativa difícil de vislumbrar, mas ainda assim válida – veja-se o caso de Kant – seria fornecer uma explicação de como o futuro pode estar decidido e ao mesmo tempo compatível com ações livres.

⁹³ Tal divisão diz respeito à lição VIII. Como os seus resultados não são relevantes para problema, preferimos omiti-lo de nossa análise.

de modo que as distinções da proposição segundo a temporalidade e a matéria não vêm ao caso. De fato, quando consideramos o tratado aristotélico como um todo, o Cap. 9 marca nitidamente uma pausa na análise da contradição, com vistas a afastar o “mal-entendido” que é o determinismo, o qual poderia ser extraído das teses presentes até o cap. 8. A partir do cap. 10 até o final do tratado, as proposições futuras em matéria contingente saem novamente de cena, e quadros de oposições mais complexos são desenvolvidos.

O modo como a contradição foi tratada até este ponto, como submetida à regra segundo a qual um elemento – a afirmação ou a negação – deve ser verdadeiro e o outro falso, leva a crer que *toda proposição tem um valor de verdade determinado*⁹⁴. A partir dessa regra, atribuir o princípio de bivalência a Tomás e Aristóteles parece, mais do que uma tese compatível, uma consequência necessária⁹⁵. Ora, se toda proposição pertence a um par contraditório (excetuando, como foi visto, as indefinidas), e se, em todo par contraditório, a afirmação e a negação possuem um valor de verdade (não o mesmo, certamente), então toda proposição possui um valor de verdade – ou bem ela é verdadeira ou bem ela é falsa. Conversamente, o mesmo se verifica: se toda proposição tem um valor de verdade e se toda proposição pertence a um par contraditório, então em todo par (e em observação do PNC) a afirmação ou a negação é verdadeira e a outra falsa. Vê-se, assim, que a regra dos pares contraditórios e o PB se bi-implicam.

Tendo tal regra em mente, vejamos como se comportam as proposições segundo todas as suas divisões. Tomás começa pelas proposições futuras universais universalmente tomadas. Mas exatamente em quê consistem tais proposições? Para entendermos este ponto, convém trazer a seguinte passagem do comentário de Tomás aos *Segundos Analíticos*:

[Aristóteles] diz primeiramente que o universal, a saber, o predicado, é aquilo que *é dito de todos* (isto é, é predicado universalmente do seu sujeito); é também *per se*, a saber, está nele, isto é, convém ao sujeito segundo aquilo que o próprio sujeito *é*⁹⁶

⁹⁴ O sentido de *determinado* deve ser analisado adiante. Provisoriamente, basta que o tomemos como equivalente ao sentido usual de “possuir um valor de verdade”, ou “ser verdadeiro ou falso”. Quando adentrarmos na solução aquiniana, precisaremos tratar da sutileza dessa noção. Aproveitamos para notar que esse sentido não é o mesmo de noção de “determinado” presente no segundo capítulo. Lá, a noção dizia respeito à significação, enquanto que no contexto do *De Interpretatione* ela se refere ou bem a estados de coisas ou à distribuição de valores de verdade para proposições.

⁹⁵ Contudo, o mesmo não pode ser dito da definição de proposição, como já argumentamos em nosso primeiro capítulo.

⁹⁶ *In An. Post.* Livro I, XI, 3. Primo dicit quod *universale*, scilicet praedicatum, est quod et *de omni est*, idest universaliter praedicatur de subiecto, et etiam *per se*, scilicet inest ei, idest convenit subiecto *secundum quod ipsum subiectum est*.

Tais proposições fazem, com efeito, uma afirmação (ou negação) omnitemporal, uma vez que o predicado pertence necessariamente ao sujeito. Por exemplo, a proposição “Todo homem é mortal” é necessariamente verdadeira porque ela atribui um predicado que pertence *per se* ao sujeito: qualquer sujeito pertencente à classe “homem” tem o atributo de ser mortal. Por isso, o predicado é afirmado universalmente, pois se trata de uma propriedade de todos os homens, não sendo possível que a propriedade de ser mortal pertença a Sócrates e não a Platão. Pelo mesmo motivo, tal proposição é verificada em qualquer momento do tempo, de modo que é indiferente se a formulamos no passado, presente ou futuro. Por isso, Tomás pode dizer que o universal é sempre e em toda parte⁹⁷. É importante notar que é a necessidade que impõe a universalidade, ou seja, é porque um predicado pertence *per se* a certo sujeito que ela pode ser universalizada. Assim, vemos que a universalidade é um corolário da necessidade, fazendo com que, neste caso, a divisão das proposições segundo a quantidade coincida com a divisão segundo a matéria. Todo enunciado do tipo “todo S é P” é equivalente a “necessariamente todo S é P”; o mesmo vale para a negação.

Por outro lado, Tomás afirma que enunciados universais em matéria contingente são falsos. Se tomarmos o exemplo, “todo homem é branco”, e se por ele entendermos, em virtude de sua universalidade, que todo homem é necessariamente branco, fica clara a razão de sua falsidade. Ora, um predicado é contingente quando, por definição, não pertence necessariamente ao sujeito, mas pode ou não pertencer. Assim, uma proposição universal em matéria contingente toma uma propriedade contingente por uma propriedade necessária e, ao fazer isso, incorre em falsidade.

Há ainda outra divisão de proposição a ser considerada: ela pode ser singular em matéria contingente (como em “Sócrates é branco”) ou singular em matéria necessária (como em “Sócrates é mortal”). Nesse último caso, ela de certa forma é uma instanciação de uma proposição universal, no caso, “todo homem é mortal”. “Sócrates é mortal” expressa uma propriedade necessária de todos os homens, e por isso pode expressar o mesmo com relação a um caso exemplar, como Sócrates. Como exemplo de uma proposição singular em matéria contingente, podemos tomar “Sócrates é branco”, onde Branco não pertence *per se* e nem é repugnante ao sujeito. Isso é o mesmo que dizer que Sócrates pode ser tanto branco quanto não-branco.

Impõe-se ainda a distinção entre proposições segundo o tempo, donde elas podem se referir a um estado de coisas passado, presente ou futuro. Podemos combinar a divisão

⁹⁷ *In An. Post.* Livro I, XLI, 5.

segundo o tempo com a divisão segundo a matéria, de modo que obtemos proposições futuras em matéria necessária e futuras em matéria contingente. No primeiro caso, o estado de coisas descrito ocorrerá inevitavelmente, como, por exemplo, um eclipse solar. No segundo caso, trata-se de um evento que pode ou não ocorrer, como no exemplo “Sócrates será julgado”.

Diante destas novas divisões da proposição, a saber, segundo o tempo e segundo a matéria, podemos finalmente obter as *proposições singulares futuras em matéria contingente*. Assim, podemos recolocar a pergunta que nos guiou pelas lições IX a XII: no caso de uma contradição formada por proposições singulares futuras em matéria contingente, deve ser o caso que uma é verdadeira e a outra falsa? Dada a bi-implicação entre essa regra e o PB, vimos que isso equivale a perguntar se toda proposição tem determinadamente um valor de verdade.

Dito isso, Tomás anuncia a assimetria das proposições futuras em matéria contingente com relação às demais:

Entretanto, nas proposições singulares futuras há uma diferença: nas passadas e presentes, é necessário que uma das opostas seja determinadamente verdadeira e a outra falsa em qualquer matéria. Mas nas proposições singulares que são sobre o futuro em matéria contingente, não é necessário que uma seja determinadamente verdadeira e a outra falsa. E isso é dito com respeito à matéria contingente. De fato, com respeito à matéria necessária e impossível, o mesmo se aplica tanto às proposições singulares futuras, como nas presentes e passadas.⁹⁸

Neste ponto, percebemos que a futuridade do estado de coisas é condição necessária, mas não suficiente para estabelecer a assimetria pretendida por Tomás, pois a ela é preciso agregar ainda a noção de contingência. A ameaça determinista recai somente sobre proposições i) futuras, pois as presentes e passadas já estão determinadas; ii) em matéria contingente, pois as proposições em matéria necessária já estão, por definição, determinadas (sejam elas presentes, passadas ou futuras) e iii) singulares, pois as proposições universais equivalem às necessárias, de modo que os estados de coisas que elas descrevem são igualmente determinados. Assim, é somente diante destas novas divisões da proposição que Tomás pode reiterar a regra que vínhamos aplicando (a saber, se para todo

⁹⁸ *In De Int.* Lição XIII, 6. Sed in singularibus et futuris est quaedam dissimilitudo. Nam in praeteritis et praesentibus necesse est quod altera oppositarum determinate sit vera et altera falsa in quacumque materia; sed in singularibus quae sunt de futuro hoc non est necesse, quod una determinate sit vera et altera falsa. Et hoc quidem dicitur quantum ad materiam contingentem: nam quantum ad materiam necessariam et impossibilem similis ratio est in futuris singularibus, sicut in praesentibus et praeteritis.

par contraditório, um dos elementos é verdadeiro e o outro falso) e esperar um resultado diferente.

Como veremos, o argumento determinista parece ter como premissas as próprias teses aristotélicas, mais precisamente, os princípios de PNC e PTE, assim como a sua concepção de verdade como correspondência. Isso, à primeira vista, dá força ao argumento e forçar-nos-á a repensar o modo como vínhamos tratando a proposição e o modo como ela se relaciona com os valores de verdade. Em última instância, o resultado do argumento fatalista poderá fazer com que repensemos a própria definição de proposição e as formulações dos princípios do ser enquanto ser. Em outras palavras, se o argumento determinista realmente se segue dos princípios aristotélicos, então somos obrigados a revisitá-los a fim de investigar com mais profundidade a sua natureza.

Outro ponto que nos chamará a atenção é o fato da posição determinista ser sustentada através de dois argumentos diferentes. Numa primeira leitura, parece ser o caso de dois argumentos alternativos e independentes, cada qual suficiente para estabelecer a conclusão. Todavia, mostraremos que a presença de dois argumentos torna possível apreender o que é essencial ao problema e o que lhe é irrelevante. Nesse sentido, os argumentos são complementares, embora seja possível extrair o determinismo de cada um isoladamente.

Em terceiro lugar, através de uma análise dos dois argumentos, procuraremos contrastar dois tipos de necessidade, a saber, a necessidade do passado (ou temporal) e a necessidade proveniente da concepção aristotélica de verdade (doravante chamada de “necessidade veritativa”), chamaremos a atenção para a controvérsia de qual o tipo de necessidade – temporal ou veritativa – que está em jogo no argumento determinista.

1. Primeiro argumento⁹⁹

Do primeiro argumento desejamos adiantar algumas características importantes às quais voltaremos adiante: em primeiro lugar, ele toma como ponto de partida *um par contraditório*, cujos elementos são proposições singulares futuras em matéria contingente. Em segundo lugar, ele parte do *presente em direção ao futuro*, ou seja, as proposições são enunciadas no presente, mas descrevem um estado de coisas futuro. Uma terceira característica (esta, porém, compartilhada com o segundo argumento) consiste em aceitar a inferência *se verdadeiro que P, então necessariamente P*. Ao primeiro olhar,

⁹⁹ *In De Int.* Lição XIII, 7.

concordaríamos que se trata uma falácia grosseira, mas trataremos de explicar adiante sob que condições Tomás e Aristóteles estão autorizados a aceitá-la.

Dito isso, seguimos com a formulação do argumento: suponha que todas as proposições, incluindo as futuras em matéria contingente, pertençam a pares contraditórios (por exemplo: *amanhã haverá uma batalha naval* e *amanhã não haverá uma batalha naval*). Suponha também que, para todos os pares contraditórios, um elemento é verdadeiro e o outro falso. Assim, ou bem *amanhã haverá uma batalha naval* é verdadeira e a sua negativa falsa, ou bem *amanhã não haverá uma batalha naval* é verdadeira e a sua afirmativa falsa.

Portanto, se uma pessoa diz hoje que o evento particular “uma batalha naval” ocorrerá amanhã, e outra pessoa nega isso, pelo PTE uma delas – e, em observação ao PNC, somente uma delas – deve estar dizendo a verdade. Isso que dizer que aquilo que uma diz, afirmativa ou negativamente, corresponde ao fato que está por vir, enquanto que o que a outra diz falha em corresponder ao estado de coisas em questão. Porém, nesse caso, ou é verdade *agora*, ou é falso *agora* que uma batalha naval terá lugar amanhã, de modo que, no primeiro caso, não é possível que ela não tenha lugar amanhã, enquanto que, no segundo, não é possível que ele tenha lugar amanhã. Em qualquer uma das hipóteses, esse evento está necessariamente determinado antes mesmo de ocorrer.

Tomás colocará em cheque o ponto de partida do argumento determinista, a saber, a tese segundo a qual em **todo** contraditório a afirmação ou a negação é verdadeira e a outra falsa. Porém, ele não fará isso refutando inferência determinista. Tanto Aristóteles como Tomás aceitam que, se um enunciado P é verdadeiro, o estado de coisas descrito por P não pode não ocorrer. Esse resultado é obtido através dos princípios de PNC e PTE, assim como da concepção de verdade como correspondência. Não obstante, os filósofos recusam a conclusão determinista, de modo que eles serão obrigados a esclarecer a regra acima, questionando se este é o único modo como os valores de verdade podem se relacionar com as proposições. O que os filósofos refutarão, adiante-se, é que proposições sobre estados de coisas ainda não determinados tenham valor de verdade determinado.

Se Tomás aceita a inferência determinista, então não é o caso que seu argumento seja recusado em razão da identificação de uma falácia, no caso, da distribuição incorreta do modal em uma contradição. O determinista estaria, de acordo com essa leitura, confundindo a expressão “um ou o outro é necessariamente o caso”, ou seja, *necessariamente, um ou o outro é o caso*, com *ou um é necessariamente o caso, ou o outro é necessariamente o caso*. Assim, poderíamos entender que Tomás e Aristóteles estivessem identificando no

argumento a ocorrência dessa passagem não-autorizada. Em uma linguagem regimentada, distinguiríamos os dois casos como, respectivamente, $(P \text{ ou } \sim P)$ e $(\sim P \text{ ou } P)$. No entanto, não se trata da distribuição do modal necessário, não é a isso que o determinista apela. Ele recorre à relação entre a verdade de uma proposição e o estado de coisas por ela descrito. Neste sentido específico, podemos dizer que Tomás aceita a passagem de $(P \text{ ou } \sim P)$ para $(\sim P \text{ ou } P)$, sob a condição de que a P e a $\sim P$ sejam atribuídos valores de verdade determinados.

Tal passagem do verdadeiro para o necessário, no entanto, é uma propriedade exclusiva das proposições que descrevem estados de coisas dados, isto é, presentes ou passados. Mas o que significa dizer que proposições presentes e passadas, se verdadeiras (ou falsas), o são necessariamente? Significa dizer que se uma proposição descreve um estado de coisas passado, então as condições que a tornam verdadeira ou falsa já foram dadas ou preenchidas. Nesse sentido, afirmar que tal proposição é necessária significa dizer que o estado de coisas que ela descreve é irrevogável. Uma vez que o estado de coisas tenha se atualizado, ele **exclui definitivamente a ocorrência do estado contrário**. No caso de proposições presentes e passadas, podemos dizer que, *necessariamente, a afirmação ou a negação deve ser determinadamente verdadeira ou determinadamente falsa*¹⁰⁰.

2. Segundo Argumento¹⁰¹

O segundo argumento tem como suas principais características o fato de i) partir de uma proposição isolada, mostrando que o núcleo do problema tem origem na relação da proposição com os valores de verdade, e apenas secundariamente no par contraditório formado a partir dela. ii) Ao contrário do primeiro argumento, que partia de uma proposição presente para um estado de coisas futuro, este parte de uma proposição passada em direção a um estado de coisas presente. Existem neste argumento ainda duas especificidades que parecem ser relevantes para a posição determinista, mas, como veremos, não o são: o papel da necessidade do passado e o ato de proferir uma proposição.

O argumento segue assim: considere um objeto que é agora branco, por exemplo, uma mesa. Sob a suposição que toda proposição é determinadamente verdadeira ou determinadamente falsa, a proposição “esta mesa será branca”, proferida ontem, deve ter sido verdadeira antes mesmo da mesa se tornar branca. Suponha agora que um ano antes da

¹⁰⁰ *In De Int.* Lição XIII, 4.

¹⁰¹ *In De Int.* Lição XIII, 10.

mesa se tornar branca a mesma proposição “esta mesa será branca” tenha sido proferida. Novamente, pela suposição segundo a qual toda proposição é determinadamente verdadeira ou determinadamente falsa, somos levados a admitir que já era verdadeiro um ano antes do dia de hoje que a tal mesa seria branca. De fato, podemos ser mais drásticos e generalizar o exemplo: proposição “esta mesa será branca” deve ter sido verdadeira desde toda a eternidade. Mas se sempre foi verdadeiro dizer que a mesa seria branca, então nunca foi possível que ela não fosse branca. Isso é equivalente a dizer que sempre foi necessário que esta mesa fosse branca. Disto resulta que nada ocorre por acaso, mas que tudo ocorre necessariamente, tudo está de certa forma dado e estabelecido. Não há nada como estados de coisas alternativos ou indeterminados. Com efeito, nosso presente é o único presente que poderia ter existido.

Temos aqui um corolário do segundo argumento: se é verdade para *qualquer* tempo anterior à minha ação que eu a realizarei, então isso sempre foi verdade, isto é, é verdade para todos os tempos. Essa passagem é possível porque o momento anterior à minha ação foi escolhido arbitrariamente, de modo que o mesmo argumento pode ser reiterado para cada momento anterior à ação. Trata-se de uma generalização sobre a conclusão do argumento. Note-se que o fato da escolha do momento ter sido feita arbitrariamente afasta a aparente falácia de “um” para “todos”, ou seja, da generalização apressada¹⁰².

A maior diferença entre os dois argumentos é a sua “posição” no tempo: no primeiro, o proferimento da proposição é tomado como ocorrendo agora, e refere-se a um estado de coisas posterior; no segundo argumento, o proferimento já foi feito e refere-se a um estado de coisas atual. Se tomados conjuntamente, podemos entender exatamente qual a posição determinista. Isso fará com que não nos enganemos em depositar a ênfase dos argumentos em suas características acidentais.

Embora Aristóteles aceite a necessidade do passado (no jargão escolástico: *facta infecta fieri non possunt*), não é a ela que o argumento recorre¹⁰³, já que o primeiro argumento fatalista procede sem referência ao passado. Qual é o ganho, portanto, de inverter a direção do segundo argumento para o passado? O núcleo da argumentação determinista deve ser o que existe de comum entre ambos os argumentos. O elemento

¹⁰² Cf. GASKIN (1995, p. 31).

¹⁰³ Sorabji (1980), no entanto, pensa que é justamente a necessidade temporal que está por trás da inferência determinista. Segundo ele, o fato da verdade da proposição ser *anterior* ao estado de coisas descrito de alguma forma o “infecta” com a necessidade do passado. Contudo, a necessidade do passado recai primeiramente sobre estados de coisas, de modo que não é claro como essa “infecção” ocorre, isto é, como a verdade uma proposição transmite a necessidade do passado para um estado de coisas futuro. Essa passagem, além de validade duvidosa, é ociosa no argumento: o ponto central da argumentação parece ser simplesmente o fato da verdade exigir que o estado de coisas esteja *dado*. Vide argumento abaixo.

comum é que em ambos os casos o proferimento se dá *antes* que o estado de coisas ocorra. Exatamente qual a localização temporal do proferimento e do estado de coisas em questão é irrelevante, o que importa é a relação de anterioridade que eles mantêm. Assim, ao tratar do futuro no primeiro argumento e do passado no segundo, Aristóteles mostra que o mesmo raciocínio funciona seja qual for a sua posição na linha do tempo¹⁰⁴.

Porém, com isso não queremos dizer que o passado não desempenhe papel algum nessa questão. Sem dúvida, para que se dê a incompatibilidade entre verdade e contingência, a proposição deve ser verdadeira antes que o estado de coisas seja atualizado, pois somente enquanto ele for futuro ele estará em aberto. Como já dissemos, a futuridade é condição necessária, mas não suficiente para que um evento seja indeterminado. Isso quer dizer que o passado é suficiente para anular a contingência dos eventos (não neles mesmos, mas no sentido já especificado), mas esse fato não surpreende ninguém, e certamente não é essa a preocupação de Aristóteles. O determinismo só se torna um problema a partir do momento em que ele deixa de ser restrito ao presente e ao passado e se estende ao futuro. Assim, embora o segundo argumento lance mão do passado, ele não está fundamentado nele.

De fato, tratam-se de duas vias argumentativas: verdades presentes sobre o futuro e verdades passadas sobre o presente. Com efeito, podemos dizer que há duas variações do mesmo argumento, mas com a mesma base lógica¹⁰⁵. Portanto, tudo o que a necessidade do passado pode fazer é tornar um estado de coisas necessário, no sentido de ser inelutável. Mas o determinismo é extraído da relação proposição-estado de coisas, estabelecida pela definição de verdade.

Além disso, pouco importa se alguém realmente proferiu uma proposição sobre um estado de coisas futuro em matéria contingente. O que está em jogo é a anterioridade da *verdade* da proposição, indiferentemente se a proposição foi proferida por alguém ou não. Vimos em nosso primeiro capítulo que para Tomás de Aquino e Aristóteles o ser é primeiro com relação à proposição. Isso quer dizer que, de um lado, não é a verdade da proposição que é a causa da realidade, mas o contrário; por outro, não é o ato de proferir uma proposição que a torna verdadeira. Com efeito, a verdade da proposição é completamente independente do fato de alguém tê-la expressado ou simplesmente pensado. É por isso que o argumento segue normalmente sem precisarmos garantir que ontem alguém tenha realmente proferido a proposição “amanhã haverá uma batalha naval”.

¹⁰⁴ Cf. GASKIN (1995, p. 27)

¹⁰⁵ Cf. *In De Int.* Lição XIV, 4.

Neste momento, um breve esclarecimento é oferecido por Tomás para explicar a relação entre futuridade e necessidade. Mais precisamente, ele responde à pergunta: como algo pode ser futuro e ainda assim necessário, sendo que o estado de coisas sequer existe ainda? A resposta está na noção de causalidade. Em eventos necessários, como os movimentos dos corpos supra-lunares, a série causal que os explica está determinada, de modo que é sempre possível avançar nelas e encontrar no presente (ou no passado) as causas responsáveis pelos efeitos futuros dos planetas. Isso é o mesmo que dizer que os eventos necessários são verdadeiros agora pois estão presentes nas suas causas atuais¹⁰⁶.

Embora as noções de contingência e necessidade estejam estreitamente ligadas à concepção aristotélica de causa e efeito, não podemos dizer que os argumentos de Tomás e Aristóteles estejam assentados em considerações causais, não há nenhuma razão para isso. Já sustentamos que a argumentação se desenvolve em um registro puramente lógico, embora este resultado seja confrontado com evidências de ordem extra-lógica: a existência de contingência e de ações livres. O que encontramos em *Metafísica* E.3 é uma refutação do determinismo pertencendo a outro domínio. Rigorosamente falando, trata-se de um outro problema. No texto da *Metafísica*, a verdade futura não joga papel algum e, da mesma forma, no texto do *De Interpretatione*, tanto a formulação do argumento determinista como a resposta não estão assentadas nas relações entre causa e efeito. Com base nisso, convém traçar uma distinção clara entre o determinismo lógico e o determinismo causal¹⁰⁷.

3. Tipos de necessidade em Aristóteles

O contraste entre necessidade veritativa e necessidade do passado não é o único que pode ser feito. Assim como é possível identificar mais de um tipo de contingência no *corpus aristotelicum*, também é possível identificar mais de um tipo de necessidade. É conveniente distingui-los, para melhor entendermos as peculiaridades envolvidas na argumentação.

Aristóteles caracteriza de modo geral a necessidade no capítulo 5 do livro *Delta* da *Metafísica*. “Quando algo não pode ser de outro modo senão como ele é, dizemos que é necessário que seja assim. E dessa necessidade derivam, de algum modo, todas as demais necessidades” (*Met. Delta*, 5, 1015^a34-36 apud BARBOSA FILHO, 2003, p. 233).

¹⁰⁶ *In De Int.*, XIII, 11.

¹⁰⁷ Cf. GASKIN (1995, p.49) e FREDE (1985, p. 40).

Podemos enumerar quatro tipos, separados conforme a causa da necessidade (BARBOSA FILHO, 2003):

- (1) *Necessidade lógico-ontológica*, expressa pelos princípios metafísicos, este é notadamente o caso do princípio de não contradição;
- (2) *Necessidade física ou natural*, expressa pelas leis causais da natureza;
- (3) *Necessidade temporal ou do passado*, segundo a qual o passado é inalterável; Tomás explica esse tipo de necessidade em seu comentário à *Ética a Nicômaco*.

[Aristóteles] diz que nada ocorrido, isto é, nada que é passado é objeto de escolha. Por exemplo, ninguém escolhe Ílion (isto é, Tróia) ter sido capturada. A razão para isso é que a escolha é um desejo deliberado, como foi dito. Assim, ninguém delibera sobre o que ocorreu, isto é, sobre o passado, mas sobre o futuro. E prova-o assim: a deliberação não é senão de algo contingente¹⁰⁸.

Esta noção apenas chama a atenção para o fato de que nada que tenha ocorrido no passado é revogável ou alterável pelo que acontece agora ou venha a acontecer, enquanto que o mesmo não pode ser dito das coisas que ainda estão por vir. O passar do tempo por si mesmo impõe um tipo de necessidade aos estados de coisas, os quais uma vez poderiam ser de outro modo, mas uma vez atualizados, não podem mais.

- (4) *Necessidade veritativa*. Como vimos no primeiro capítulo, esse tipo de necessidade estabelece o seguinte condicional: se uma proposição é verdadeira (ou falsa), então é necessário que o estado de coisas que ela descreve seja tal como ela descreve. Por exemplo, se a proposição “a neve é branca é verdadeira”, então necessariamente a neve é branca. A necessidade decorre da relação de uma proposição verdadeira (ou falsa) e seu respectivo estado de coisas.

Temos aqui o que podemos chamar de convertibilidade do ser e do verdadeiro. Essa convertibilidade vale tanto da proposição à coisa (isto é, se uma proposição é verdadeira, o estado de coisas que ela descreve $\hat{=}$); como da coisa à proposição (isto é, se o estado de coisas $\hat{=}$ o enunciado que o descreve é verdadeiro). Tal reciprocidade não traz dificuldades para o caso das proposições passadas e presentes, uma vez que seus estados de coisas já

¹⁰⁸ *In EN*, VI, II, 1138. Dicit quod *nihil factum*, idest nullum praeteritum est eligibile, sicut nullus eligit *Ilion*, idest Troiam fuisse captam. Cuius ratio est, quia electio est appetitus praeconsiliati, ut dictum est. Nullus enim consiliatur *de facto*, id est de praeterito, sed de futuro. Et hoc probat: consilium non est nisi de aliquo contingenti.

estão dados. Porém, não se pode dizer o mesmo para o caso dos futuros contingentes, os quais, por definição, não estão dados ainda, mas indeterminados “para ambos os lados”. Assim, se o estado de coisas está determinado, a relação exige que o valor de verdade esteja igualmente determinado. A necessidade em questão é estritamente lógica, e não causal ou temporal. A exigência de um estado de coisas determinado provém desta relação entre o estado de coisas com a *verdade futura* da proposição que o descreve (e não do fato de que a proposição tenha sido *proferida* antes que o estado de coisas seja atualizado). Com efeito, podemos nos referir a tal necessidade como relativa: na medida em que é na suposição de um termo da relação que o outro se faz necessário, analogamente a “se alguém é um escravo, ele tem necessariamente um mestre” (FREDE, 1985, p. 40)¹⁰⁹.

Em suma, Tomás de Aquino deixa claro que o argumento determinista retira a necessidade de sua conclusão da noção de necessidade veritativa¹¹⁰. Isso mostra ao mesmo tempo que i) a necessidade do passado é ociosa no argumento e ii) Tomás aceita a inferência determinista, a saber, que valor de verdade determinado implica necessariamente estado de coisas determinado.

4. Contingência

Entramos neste momento na terceira parte da argumentação aristotélica, na qual a conclusão determinista é confrontada com a evidência de eventos contingentes no mundo. Tomás dirá que este resultado exclui três tipos de contingência: o acaso, o livre-arbítrio e a contingência natural, a qual ocorre no mais das vezes (*in pluribus*). Neste ponto, o argumento deixa de ser puramente lógico e recebe teses advindas da filosofia prática e natural.

Aristóteles distingue, dentre os eventos contingentes, o que é “no mais das vezes”, ou seja, o que ocorre freqüentemente, do que é indeterminado, isto é, o que *não é mais um que outro*. Aquilo que ocorre no mais das vezes não tem necessidade absoluta (pode ser que não ocorra), no entanto, se ocorre, então o faz necessariamente, seja natural ou freqüentemente. Ser no mais das vezes *A* quer dizer o mesmo que ser *naturalmente A*.

Nos *Primeiros Analíticos* I 13, Aristóteles distingue os sentidos da expressão “ser possível”. Considera primeiramente o contingente natural, aquele que é no mais das vezes; depois nos diz que há um outro contingente, a saber, o contingente indeterminado, aquele

¹⁰⁹ Cf. ainda Ackrill, 1963, p. 140.

¹¹⁰ *In De Int.* Lição XIII, 8.

que não é mais *A* do que não-*A*. Ele fornece então dois exemplos¹¹¹: um evento que ocorre por acaso (um terremoto que ocorre quando um animal sai a caminhar) e uma ação (a caminhada). Com isso, ele considera como o mesmo tipo de contingente a ação e o acaso, opondo-os ambos ao contingente natural. Em suma, estamos lidando com dois tipos de contingência: o indeterminado e o natural. São as ações e acaso são casos de contingência indeterminada; o que é naturalmente (ou frequentemente) de determinado modo é claramente um caso de contingência natural. Enquanto um evento do primeiro tipo não é mais isso do que aquilo, um evento do segundo tipo é o mais das vezes assim, embora sempre possa não ser assim.

Voltemo-nos agora para o caso das ações. Segundo Tomás e Aristóteles, uma ação é sempre tal que, se você pode fazê-la, então você pode não fazê-la, de modo que, se escolhermos fazer X, então foi possível fazer não-X. Este ponto é sublinhado na *Ética a Nicômaco*.

Lá onde depende de nós agir, depende também de nós não agir, e lá onde depende de nós dizer não, depende também de nós dizer sim; por conseguinte, se agir, quando a ação é boa, depende de nós, não agir, quando é vergonhosa, dependerá também de nós, e se não agir, quando a abstenção é boa, depende de nós, agir, quando a abstenção é vergonhosa, dependerá também de nós (*EVIII*, 7, 1113b7-11 apud ZINGANO, 1996, p. 81).¹¹²

Em *EVIII*, Aristóteles considera as condições sob as quais uma pessoa pode ser responsabilizada, isto é, elogiada ou repreendida por uma ação. Isso é feito negativamente, através da investigação do que consiste uma ação involuntária. Ações são involuntárias quando feitas por coerção ou por ignorância. Pela primeira condição devemos entender que o princípio do movimento precisa ser interno ao agente, isto é, ele não pode ser coagido por uma força maior a agir de certa maneira, de modo que o agente em nada contribua para a ação. Por exemplo, alguém pode ser empurrado, de modo a causar danos a alguém, ou ser submetido a uma tortura cruel e por isso delatar outra pessoa. Pela segunda condição, devemos entender que o agente age sem o conhecimento das circunstâncias, como quando, na escuridão, confunde um inocente com um criminoso, ferindo-o. Mas para que uma ação seja moralmente relevante, não basta que ela seja voluntária, ou seja, feita sem coerção e com o conhecimento adequado das circunstâncias.

A noção de escolha não é co-extensiva com a de ação voluntária. Esta última também é realizada por animais, mas ninguém diria que animais *escolheram* fazer isso ou

¹¹¹ *Az. Pr.* I, 13, 23^a12-15.

¹¹² Cf. ainda S. Th., I-II, Q. 14, a. 1.

aquilo – ao menos não em um sentido moralmente relevante. Ao contrário dos animais que, embora ajam voluntariamente, são naturalmente conduzidos aos fins de suas ações, os homens executam ações direcionadas racionalmente em vista dos fins. Os animais, ao desejarem obter um alimento ou fugir de um predador, agem mediante uma potência natural, ou seja, uma capacidade para agir que não está aberta aos contrários. Os homens, por sua vez, diante de um objeto de desejo, investigam racionalmente como o obter. Ao utilizarmos a capacidade racional para agirmos, estamos exercitando nossa potência para os contrários.

Segundo Tomás, a diferença entre potências racionais e não-rationais está justamente no fato das primeiras estarem abertas a contrários, enquanto que as demais não o estão¹¹³. Com efeito, podemos escolher este ou aquele meio que conduz ao fim visado e, ao termos escolhido, poderíamos sempre ter escolhido o seu oposto. Para o ser humano, o objeto da escolha é sempre uma representação de algo a ser buscado ou evitado. Ora, é parte constitutiva do procedimento deliberativo o reconhecimento de alternativas de ação. Se não houvesse a possibilidade alternativa de **agir ou não agir**, tampouco precisaríamos investigar os meios para realizar nossos fins. Sem a contingência, a deliberação seria completamente vazia e sem propósito.

Cabe notar que não é tudo que pode ser objeto de escolha, mas somente aquelas que estão em nosso poder¹¹⁴. Não podemos escolher, por exemplo, se viveremos uma vida eterna, ou decidir sobre as rotas dos planetas – estes assuntos estão fora de nosso leque de escolhas. Com efeito, escolhemos deliberadamente somente o que está ao nosso alcance fazer, sobre o que não é impossível ou necessário. Em outras palavras, deliberamos somente sobre o contingente:

[Aristóteles] diz que a escolha parece ser dirigida às coisas que estão sob nosso poder. Esta é a causa pela qual ela não é acerca dos impossíveis, nem daquelas coisas feitas pelos outros, e nem fim que, no mais das vezes, está pré-estabelecido para nós pela natureza.¹¹⁵

¹¹³ *In Met.* Livro IX, Lição I, 1789-1792.

¹¹⁴ Também deliberamos somente sobre os meios, e não sobre os fins visados pelas nossas ações, pois estes já estariam dados pelo desejo (Cf. EN III, 113a 12ss). Tal tese, no entanto, não convém à nossa análise.

¹¹⁵ *In EN*, III, V, 447. Dicit, quod electio videtur esse circa ea quae sunt in potestate nostra. Et haec est causa quare nec est impossibile, neque eorum quae per alios fiunt, neque finis, qui ut plurimum praestituitur nobis a natura.

A potência racional para a ação é, assim, sempre uma potência de contrários: toda potência acompanhada de razão é capaz dos dois efeitos¹¹⁶, ou seja, uma ação não pode ser por si mesma “mais isso do que aquilo”. Portanto, nos domínios do necessário, é inútil deliberar pois, em um mundo completamente determinado, o agente em nada interfere, sobre nada age.

Todavia, Tomás nota que Aristóteles aceita como uma evidência incontestável que escolhemos, e que, para tanto, alguns domínios devem estar indeterminados. Em outros termos, se tudo estivesse determinado, não poderíamos nos considerar princípios de ação, pois nenhum estado de coisas resultaria de nossas escolhas¹¹⁷.

Como evidência para o caso do contingente indeterminado temos o exemplo da manta que pode ser cortada ou não. O evento “cortar a manta” refere-se a um estado de coisas contingente na medida em que é possível que ocorra e ao mesmo tempo é possível que ele não ocorra. Diríamos também, com outro vocabulário, que a manta tem a potência de ser cortada. Por potência compreendemos aqui a capacidade de ser tanto P como \sim P, ou seja, de receber contrários. No entanto, a atualização simultânea dos contrários é impossível. Também convém notar que esta capacidade é uma propriedade real que está presente no sujeito em um tempo x, mesmo que nunca venha a ser realizada¹¹⁸.

Assim sendo, o argumento determinista tem como consequência o absurdo de negar a existência de eventos contingentes. Portanto, diante da evidência da contingência, Tomás é obrigado a recusar a conclusão do argumento determinista. Isso significa que a tese assumida no início desta lição, a saber, em todo par contraditório a afirmação ou a negação é verdadeira e a outra falsa (ou simplesmente, toda proposição é determinadamente verdadeira ou determinadamente falsa) deve ser abandonada ou qualificada. A posição de Aristóteles não é clara e é até hoje objeto de disputas interpretativas.

5. Necessidade *simpliciter* necessidade *ex suppositione*

Na *Metafísica*, livro Delta 5¹¹⁹, Aristóteles esclarece as diversas acepções do termo “necessário”. Ali, são distinguidos três sentidos desse modal:

¹¹⁶ *In Met.*, Livro IX, II, 1789.

¹¹⁷ *In De Int.* Lição XIV, 2.

¹¹⁸ *In Met.* Livro IX, X, 1883.

¹¹⁹ *Met.*, Delta, 1012a 20-1015b15.

- (i) O necessário é dito daquilo sem o qual uma outra coisa não poderia existir ou ocorrer, como, por exemplo, a respiração e a alimentação, as quais são necessárias aos animais em geral;
- (ii) É necessário tudo o que ocorre por coação, como quando alguém é forçado a fazer algo contra sua vontade;
- (iii) Quando uma coisa não pode ser diferente de como ela é.

Em seguida, Aristóteles observa que é este último sentido de necessário que determina os demais. Com efeito, a coação é necessária porque impede o sujeito que sofre a coação de proceder diferentemente e, neste sentido, o sujeito é necessitado a agir de determinada maneira. Quanto ao primeiro sentido, Aristóteles não desenvolve seu argumento, mas ele pode ser reconstruído assim: se algo é necessário para que outra coisa seja, então não é possível que esta última exista sem a primeira. Isso significa que não é possível que não seja o caso de uma sem a outra (ZINGANO, 1996, p. 77). Encontramos aqui o sentido que corresponde à necessidade hipotética, ou necessidade por suposição. Os seres do mundo sublunar são precisamente o caso de tal necessidade, no sentido em que, se tal coisa existe, então necessariamente uma tal outra existe, mas nenhuma é tomada como absolutamente necessária. Isto fica claro numa passagem do *De partibus animalium*.

Quanto à necessidade, ela não se aplica igualmente a todas as obras da natureza, embora todo mundo queira assim explicá-las por fracassar em distinguir as diversas acepções do termo 'necessário'. De fato, a necessidade absoluta aplica-se somente aos seres eternos e é a necessidade hipotética que se exerce em todos os seres submetidos ao devir (*De Part. Anim.* I, 639b21-25 apud ZINGANO, 1996, p.77).

Disto podemos retirar um corolário: a necessidade exprime-se sob diferentes registros. No sentido próprio e primeiro do termo, é necessário o que é *absolutamente* necessário; mas a necessidade aparece também onde algo é necessário em função da existência de outra coisa, sem carregar necessidade absoluta. Isso permite-nos dizer que o contingente sublunar admite necessidade, a saber, a necessidade *ex suppositione*.

Embora Tomás defenda a existência de eventos contingentes, há um sentido no qual podemos dizer que eles são necessários, a saber, por suposição. Esse sentido de necessário, aponta Tomás, é perfeitamente compatível com a evidência de contingência no mundo. A necessidade *ex suppositione* é formulada no *In De Int.* da seguinte forma: “tudo que é, é

necessariamente *quando é*”, e da mesma forma para as coisas que não são¹²⁰. Sendo assim, nem todos os eventos ocorrem necessariamente, ao modo dos corpos supra-lunares (cujo domínio pertence ao necessário e ao incorruptível), mas também há os eventos que ocorrem no mais das vezes, e aqueles que estão absolutamente em aberto. Mas todos esses eventos assumem o modal “necessário” neste sentido específico: *quando* eles ocorrem. Assim, a posição fatalista, segundo a qual todos os eventos são necessário *simpliciter*, mostra-se fortemente qualificada.

Existem duas maneiras de entender a necessidade *ex suppositione*. A presença da palavra “quando” faz crer que o condicionamento envolvido é temporal, e que, portanto, Tomás e Aristóteles estariam se referindo novamente à necessidade do passado. Ela seria atribuída aos eventos presentes e passados, pois, uma vez que eles *são* (ou tenham sido), eles são necessários e não poderiam ser de outra maneira. O evento pode ou não vir a ser, mas uma vez que tenha sido atualizado, ele passa a ser temporalmente necessário.

Embora Tomás e Aristóteles aceitem a necessidade temporal, novamente não é o caso de recorrer a ela. O outro modo de ler essa passagem consiste em tomá-la em sentido estritamente lógico. De fato, é exatamente essa a leitura que Tomás faz do texto de Aristóteles:

[Aristóteles] diz, primeiramente, concluindo a partir das premissas, que se as coisas ditas acima são inconvenientes (a saber, que tudo ocorre necessariamente), então deve-se dizer que isto é o caso: tudo que é, necessariamente é, quando é; e tudo que não é, necessariamente não é, quando não é. Tal necessidade está fundada sob este princípio: é impossível ser e não ser ao mesmo tempo.¹²¹

A necessidade, que advém do PNC, não faz referência ao tempo. Com efeito, o termo “quando”, presente da formulação da necessidade *ex suppositione*, deve ser abstraído de sua conotação temporal e ser interpretado como colocando uma condição lógica, condicional. Assim, quando dizemos “necessariamente, se haverá uma batalha naval amanhã, então haverá uma batalha naval amanhã”, atribui certa necessidade à batalha naval, mas isso não representa nenhuma ameaça determinista.

¹²⁰ *In De Int.* Lição XV, 2.

¹²¹ *In De Int.* Lição XV, 2. Dicit ergo primo, quasi ex praemissis concludens, quod si praedicta sunt inconvenientia, ut scilicet omnia ex necessitate eveniant, oportet dicere ita se habere circa res, scilicet quod omne quod est necesse est esse quando est, et omne quod non est necesse est non esse quando non est. Et haec necessitas fundatur super hoc principium: impossibile est simul esse et non esse.

V. A SOLUÇÃO DE TOMÁS DE AQUINO

Tomás de Aquino anuncia a sua interpretação da solução aristotélica na lição XIII de seu comentário:

Entretanto, nas proposições singulares futuras há uma diferença: nas passadas e presentes, é necessário que uma das opostas seja determinadamente verdadeira e a outra falsa em qualquer matéria. Mas nas proposições singulares que são sobre o futuro em matéria contingente, não é necessário que uma seja determinadamente verdadeira e a outra falsa.¹²²

A primeira coisa que devemos notar na passagem acima é o estabelecimento de uma diferença entre as proposições futuras e aquelas sobre o presente e o passado. A diferença está claramente na sua relação com o verdadeiro e o falso. Vimos que na interpretação tradicional também é observada uma diferença entre esses dois grupos de proposições e que poderia ser colocada do seguinte modo: as presentes e passadas são abarcadas pelo PB, as futuras não. No entanto, ainda não sabemos exatamente o que a expressão “*determinatè*”¹²³ – aliás, ausente no texto de Aristóteles – está qualificando e por isso não temos ainda condições de endossar ou não a solução tradicional. Mas já pudemos notar que ambas as interpretações concordam em um ponto fundamental e textual: as proposições futuras são diferentes, peculiares no modo de relacionarem-se com os valores de verdade.

Procuraremos agora explicar qual a função do termo “*determinatè*” na interpretação de Tomás. Como pretendemos mostrar, essa posição é, em última instância, logicamente equivalente à tradicional, pois não há distinção lógica entre rejeitar o PB para esse grupo de

¹²² *In De Int.* Lição XIII, 6. Sed in singularibus et futuris est quaedam dissimilitudo. Nam in praeteritis et praesentibus necesse est quod altera oppositarum determinate sit vera et altera falsa in quacumque materia; sed in singularibus quae sunt de futuro hoc non est necesse, quod una determinate sit vera et altera falsa.

¹²³ Note-se que o sentido da palavra “determinado”, neste capítulo, não é o mesmo daquele presente em nossa análise de Gama. Lá, a determinação referia-se à atribuição de um predicado a um sujeito (e, portanto ao sentido de uma proposição). Aqui, adiantamos, a determinação dirá respeito à atribuição de valor de verdade em um par contraditório, e não tem qualquer relação com o sentido da proposição. Tratam-se de dois termos independentes.

proposições enquanto preservando irrestritamente o PTE, e qualificar a definição de proposição do modo como Tomás o fez, a saber, afirmar que toda proposição é determinadamente verdadeira ou falsa e negar isso para as futuras. Porém, diferentemente da tradicional, a interpretação do pensador medieval compatibiliza a solução de *De Int.* 9 com o que é enunciado como sendo a essência da proposição, pois ela continua a sustentar que os membros de um par contraditório ainda são em algum sentido verdadeiros e falsos, já que a verdade não está “completamente faltando” aos membros contraditórios¹²⁴. No fim das contas, ambas as interpretações têm como resultado manter a disjunção “verdadeiro ou falso” *não distributivamente* (isto é, sem que valores de verdade sejam atribuídos aos disjuntos) para o caso das proposições futuras¹²⁵.

Por certo, para que a interpretação de Tomás seja adequada ao problema levantado por Aristóteles, ela deve satisfazer algumas condições. Em primeiro lugar, ela deve observar o caráter contingente do futuro de modo a permitir a refutação do argumento determinista. Em segundo, ela deve preservar as idéias fundamentais da lógica aristotélica. No decorrer de nossa argumentação, seremos obrigados a mais uma vez reconstruir a noção aristotélica de proposição como ato enunciativo, para então identificar o que é, para uma proposição, ser determinadamente verdadeira (ou falsa), em detrimento de ser indeterminadamente¹²⁶ verdadeira (ou falsa).

Todavia, a primeira coisa a fazer é afastar um entendimento tentador, porém equivocado de “*determinate*”. Uma leitura desatenta poderia tomar esse termo como significando o mesmo que “necessariamente”. Todavia, parece improvável que os comentadores tivessem utilizado a expressão “determinadamente” ao invés de “necessariamente”, se esse último fosse o sentido pretendido. Ora, a introdução de um novo vocabulário no texto deve ser levada em conta, mesmo que “determinadamente” esteja sendo usado em um sentido muito próximo ao de “necessariamente”. Ademais, pretendemos deixar claro que nas passagens relevantes “determinadamente” não está sendo usado com força modal, mas está cumprindo o papel de distribuição dos valores de verdade em um par contraditório.

Tampouco se deve entender que Tomás tem em mente um terceiro valor de verdade, algo como uma “verdade indeterminada”, pois em nossa análise de Gama 7 já

¹²⁴ *In De Int.* Lição XIII, 12. Ostendit quod veritas non omnino deest in singularibus futuris utriusque oppositorum.

¹²⁵ Seguindo Gaskin (1995, cap. 12) e Kretzmann (1998, cap.3), utilizarei a expressão hifenizada “verdadeiro-ou-falso” para indicar a ausência da distribuição de valores de verdade em uma disjunção.

¹²⁶ Tomamos a liberdade de introduzir o termo “indeterminadamente” – que não chega a ser utilizado por Tomás – para nos referirmos a “ser verdadeiro ou falso não determinadamente”.

mostramos que isso é impossível. Como veremos, o que está em jogo na lição XIII é a divisão dos valores de verdade em um par contraditório.

Sendo assim, procuraremos inicialmente mostrar que a utilização do termo “determinadamente” está ligada à noção de *divisão* do verdadeiro e do falso. Considere-se a passagem abaixo:

Depois que o Filósofo tratou da oposição das proposições e mostrou o modo pelo qual proposições opostas dividem a verdadeiro e o falso, investiga aqui acerca de algo que poderia dúbio, a saber, se o que foi dito é encontrado igualmente em todas as proposições ou não¹²⁷.

Essa passagem deixa claro que o que diferencia as proposições futuras das demais é a maneira de dividir o verdadeiro e o falso: enquanto as presentes e passadas dividem o verdadeiro e o falso determinadamente, as futuras os dividem indeterminadamente. Agora, em que sentido podemos dizer que o verdadeiro e o falso são divididos por uma proposição ou por um par contraditório? Encontramos uma passagem esclarecedora no comentário de Tomás à *Metafísica*.

Portanto, se duas contradições são formadas, uma de termos conectados (como “[este] homem é um animal” e “[este] homem não é um animal”), e outra de termos não conectados (como “[este] homem é um burro” e “[este] homem não é um burro”), então a verdade e a falsidade co-dividem cada contradição, de modo que a verdade tem como sua parte a afirmação *in composito*, isto é, de termos conectados, e a falsidade tem como sua parte a negação *in disiuncto*, isto é, de termos desconectados. Pois estas duas proposições são verdadeiras: “[este] homem é um animal” e “[este] homem não é um burro”. Mas o falso tem como sua parte a *contradictionem partitionis*, isto é, as suas contraditórias, as quais caem na parte verdadeira.¹²⁸

Uma contradição tem dois “lados”: o afirmativo e o negativo. Quando uma contradição divide o verdadeiro e o falso, é porque cada “lado” da contradição recebe um (e somente um) valor de verdade. No exemplo acima, a contradição “este *homem é um animal*

¹²⁷ *In De Int* Lição XIII, 1. Postquam philosophus determinavit de oppositione enunciationum et ostendit quomodo dividunt verum et falsum oppositae enunciationes; hic inquit de quodam quod poterat esse dubium, utrum scilicet id quod dictum est similiter inveniatur in omnibus enunciationibus vel non. Et circa hoc duo facit.

¹²⁸ *In Met* Livro VI, Lição IV, 1226. Si ergo formantur duae contradictiones: una ex terminis coniunctis, ut, homo est animal, homo non est animal; alia ex terminis disiunctis, ut, homo est asinus, homo non est asinus, utramque contradictionem inter se condividunt verum et falsum; ita quod verum pro parte sua *habet affirmationem in composito*, idest in terminis coniunctis, et *negationem in disiuncto*, idest in terminis disiunctis. Hae enim duae sunt verae, homo est animal et homo non est asinus. Sed falsum pro sua parte habet *contradictionem partitionis*; idest contradictoria eorum, quae cedunt in partem veri.

e este *homem não é um animal* divide a verdade para o lado da afirmação – pois *homem* e *animal* estão conectados na realidade – e a falsidade para o lado na negação – já que *homem* e *animal* estão separados na realidade. No caso da contradição “este *homem é um asno* e este *homem não é um asno*” o contrário é o caso. Assim, dividir o verdadeiro e o falso significa atribuir um valor de verdade para cada membro de uma contradição. Temos agora um sentido fixo para “divisão” antes que o caso das proposições futuras fosse analisado e a noção de “determinação” introduzida. Isso permitirá ver que noção de “determinação” é introduzida para reforçar a noção de divisão.

Um suporte para a introdução do termo “determinadamente verdadeiro/falso” por parte de Tomás pode ser encontrado em *Categorias* 12a27 ss. Nessa passagem, Aristóteles analisa a natureza de diferentes tipos de contrários e o modo como eles dividem o verdadeiro e o falso. Aristóteles explica que alguns deles, dada a sua natureza, admitem intermediários, outros não. Naqueles que não admitem intermediários, os sujeitos devem possuir um ou o outro (evidentemente, não se pode possuir os dois ao mesmo tempo, pois isso violaria o PNC). Por exemplo: números devem ser ou pares ou ímpares. No caso dos contrários que admitem um intermediário, os sujeitos não precisam possuir um deles, pois eles podem, justamente, ter uma propriedade intermediária, por exemplo, uma coisa pode ser nem branca nem preta, mas cinza. Mas em alguns casos dentre os contrários que admitem intermediário, um deles está naturalmente presente – por exemplo, no caso de *quente* e *frio*, pode haver intermediário (digamos, “morno”), mas o fogo é naturalmente quente. Nesses casos, diz Aristóteles, é necessário que um dos contrários pertença **determinadamente** à coisa, e não um ou o outro¹²⁹.

Essa passagem mostra, em primeiro lugar, que a introdução do termo “determinadamente” para pares de contrários não é externa ao *corpus* aristotélico e que, por isso, não representa um recurso artificial. Em segundo, a mesma passagem utiliza o termo “determinadamente” um sentido muito próximo daquele que oferecemos como a leitura adequada para o termo introduzido por Boécio e Tomás. Nela, temos um par de contrários (no exemplo oferecido, quente o frio) cujos membros se aplicam determinadamente sobre um sujeito (o fogo). “Determinadamente”, aqui, opõe-se à possibilidade disjuntiva de uma ou outra aplicar-se. Dado que faz parte da natureza do fogo ser quente, diante do par de contrários em questão, ele divide o quente e o frio, de forma que apenas um deles (o quente) está presente no sujeito. A partir disso, podemos dizer que, se ambos pudessem estar ou não estar no sujeito, isto é, se estivesse em aberto se o fogo pudesse ser quente ou

¹²⁹ *Cat.* X, 12b39, 13a2.

frio, o fogo não seria *determinadamente* quente, mais *indeterminadamente* um ou o outro. Semelhantemente, o fato de uma proposição futura ser determinadamente verdadeira (ou falsa) opõe-se ao fato de ela ser verdadeira *ou* falsa. Certamente, essa comparação é limitada, pois aqui estamos falando de propriedades contrárias e de coisas, e não de valores de verdades e proposições. Mesmo assim, pensamos ter encontrado nela elementos suficientes para tornar nossa leitura plausível e, ao mesmo tempo, afastar aquelas leituras que tomam “determinadamente” como equivalentes a i) “necessário” (em 12b40 Aristóteles diz “é necessário determinadamente que...”, o que seria uma construção um tanto estranha se os termos fossem equivalentes), ii) a um terceiro valor de verdade ou ainda iii) como um valor epistêmico.

Com efeito, a nossa tese é que “*determinate*” tem uma função sintática, na medida em que serve para explicitar qual a divisão dos valores de verdade em uma contradição. Os valores já estão de alguma forma no par contraditório, mas não estão divididos ou distribuídos ainda. Aqui podemos usar novamente a disjunção “verdadeiro-ou-falso” para marcar a ausência de divisão dos valores de verdade.

Para justificar o uso disjuntivo da divisão do verdadeiro e do falso valemo-nos da seguinte passagem da lição XV:

O Filósofo diz que naquelas proposições que são sobre o contingente, é necessário que uma das partes da contradição seja verdadeira ou falsa sob disjunção; mas não determinadamente esta ou aquela, mas qualquer uma.¹³⁰

Kretzmann (1998) oferece-nos a seguinte analogia esclarecedora: “vencedor-ou-perdedor” é uma propriedade possuída por cada competidor em uma corrida de duas pessoas a partir do momento em que é dada a largada e enquanto nenhum deles tem ainda a propriedade de ser vencedor ou a propriedade de ser perdedor. Analogamente, rigorosamente falando os membros de uma contradição não possuem um valor de verdade, eles são apenas verdadeiros-ou-falsos.

Também Amônio utiliza o vocabulário da divisão em seu comentário ao *De Interpretatione*¹³¹. Ele diz que tanto proposições futuras quanto proposições presentes e passadas dividem o verdadeiro e o falso, mas que o fazem de modos diferentes: enquanto as proposições presentes e passadas dividem de modo determinado, as futuras o fazem de

¹³⁰ *In De Int.* Lição XV, 4. Dicit quod harum enunciationum, quae sunt de contingentibus, necesse est quod sub disiunctione altera pars contradictionis sit vera vel falsa; non tamen haec vel illa determinate, sed se habet ad utrumlibet.

¹³¹ Amônio, Comentário ao *De Interpretatione*, 130.2-5 e 131.1-5.

modo indeterminado, e que isso quer dizer que não é possível dizer qual membro é verdadeiro e qual é falso¹³². Todavia, é importante ressaltar que nem Amônio, Tomás ou Boécio estão interessados em uma solução epistêmica para o problema – como se “indeterminadamente verdadeiro” devesse ser tomado como um valor de verdade epistemologicamente indeterminado – sendo que apenas Boécio o diz explicitamente. A seguinte passagem de seu comentário é decisiva para descartar essa leitura:

Some one part of the hole contradiction is true and the other false, but unknowably and indefinitely – and not just from our point of view; rather, the very nature of the things that are expressed propositionally is dubitable (BOÉCIO, Comentário ao *De Interpretatione*, 245, 9-12 apud KRETZMANN, 1998, p. 183).

Ora, para qualquer evento, seja ele em matéria presente e passada, não sabemos sempre qual membro do par é verdadeiro e qual é falso. Diferentemente, a posição em questão diz que é impossível atribuir um valor de verdade a cada membro de um par contraditório futuro em matéria contingente em função da sua indeterminação ontológica. É somente em razão disso que está epistemologicamente indeterminado “para que lado cai” cada valor de verdade em um par contraditório de proposições futuras. Nosso problema é de natureza lógica e os aspectos epistemológicos lhe são apenas tributários.

Certamente, essa interpretação enfrenta algumas dificuldades. Uma passagem delicada é aquela referente a *De Int*18b17-25:

Propõe o que pretende dizendo que assim como não é verdadeiro dizer que em tais proposições um dos opostos é determinadamente verdadeiro, também não é verdadeiro dizer nenhum será o caso, como se disséssemos que algo nem será nem não será¹³³.

Essa parte do texto poderia ser utilizada para refutar a tese segundo a qual proposições não precisam ter um valor de verdade, pois, ao excluir a possibilidade de que nenhum dos membros de um par contraditório seja verdadeiro, ela excluiria explicitamente a possibilidade de uma proposição não ter um valor de verdade. Porém, poderíamos responder (assim como alguns adeptos da interpretação tradicional¹³⁴, igualmente ameaçada por esta passagem) apontando que Aristóteles imediatamente substitui sua formulação

¹³² Amônio, Comentário ao *De Interpretatione*, 130.20-6.

¹³³ *In De Int*. Lição XIII, 12. Proponit quod intendit dicens quod sicut non est verum dicere quod in talibus alterum oppositorum sit verum determinate, sic non est verum dicere quod non utrumque sit verum; ut si quod dicamus, neque erit, neque non erit.

¹³⁴ Cf. Gaskin (1995) e Frede (1985).

inicial “nenhum verdadeiro” por “ambos falsos”. E a consequência que esta passagem toma como absurda – que uma batalha naval não ocorrerá nem não ocorrerá amanhã – segue-se da falsidade de ambos os membros de um par contraditório, e não do fato de eles não possuírem um valor de verdade. Existem diversas passagens em Gama que mostram que Aristóteles aceita essa equivalência. O mesmo pode se dito de Boécio¹³⁵ e Tomás de Aquino: a solução que eles atacam é aquela que, a partir da posição que “nenhuma das proposições é verdadeira”, implica que “todas são falsas”. Assim, podemos tomar como equivalentes as teses “nenhum membro é verdadeiro” e “todos são falsos”. Em *Metafísica* Gama 7-8, Aristóteles rejeita a tese de Anaxágoras segundo a qual ambos os membros de um par contraditório podem ser falsos.

Em um momento, no entanto, ele expressa a mesma tese na forma “nenhuma proposição pode ser verdadeira” (1012^a31). De fato, a posição dos adversários dos princípios lógicos interpretadas em Gama 7-8, segundo a qual todas as proposições são falsas (mesmo em um par contraditório) é expressa como sendo equivalente à posição de que elas não são nem verdadeiras nem falsas em 1011b28-9 e 1012^a5-9. De modo geral, podemos observar que tanto Aristóteles quanto Boécio e Tomás tomam como equivalentes “nenhum membro é verdadeiro” com “ambos os membros são falsos”¹³⁶. Já mostramos em nosso segundo capítulo por que essas posições são insustentáveis.

Passemos agora para a passagem na qual a interpretação encontra suporte decisivo: a passagem crucial de *De Int.* 9 na qual Aristóteles oferece a sua solução para o problema:

(1) Nessas [proposições futuras em matéria contingente] é necessário que cada membro de um par contraditório seja verdadeiro ou falso, (2) não, entretanto, este ou aquele, mas conforme o acaso (3) e [é necessário que] um seja mais verdadeiro que o outro (4) entretanto não verdadeiro ou falso ainda. (5) Então é patente que não é necessário que para um par contraditório um seja verdadeiro e o outro falso.¹³⁷

À primeira vista, (1) parece contradizer (5). Se considerarmos ambas as afirmações sem inserirmos as qualificações sugeridas por Boécio e Tomás, temos que pares contraditórios de proposições futuras em matéria contingente distribuem e não distribuem os valores de verdade entre seus elementos. Todavia, em seu comentário, Boécio argumenta que em (5) a palavra “definidamente” deveria ser introduzida, e em sua tradução desta

¹³⁵ Boécio, Comentário ao *De Interpretatione*, 1.115.14-21; 2.214.27-8.

¹³⁶ Cf. *In De Int.* Lição XIII, 12.

¹³⁷ Tradução da passagem *De Int.* 19a36-b2, a partir da versão inglesa de Ackrill (1963, p. 53). Por conveniência, numerei as premissas. A argumentação que segue encontra-se em Gaskin (1995, p. 163).

passagem do *De Int.* para o latim¹³⁸ (a qual será consultada por Tomás) ele de fato o faz. Tomás segue Boécio neste ponto e entende que a mesma qualificação deve ser introduzida nos mesmos pontos. Se seguirmos a sugestão desses filósofos, podemos compatibilizar todas as etapas do argumento. (1) e (2) estabelecem que, em um par contraditório de proposições futuras em matéria contingente, um membro deve ser verdadeiro e o outro falso, não, entretanto, *este* verdadeiro e *aquela* falso. Em (5), na visão de Boécio e Tomás, simplesmente reitera-se o que foi dito nas passagens acima, a saber, que cada membro do par contraditório é, em algum sentido, verdadeiro ou falso, mas não é possível que este membro seja verdadeiro e aquele falso (ou seja, ele é verdadeiro-ou-falso). (4) também deve ser entendido como contendo um “definidamente” implícito: cada membro do par contraditório não é definidamente verdadeiro ou falso *ainda*. Assim, (1) diria que os membros do par em questão são verdadeiros-ou-falsos e (2) que eles não são determinadamente um ou o outro. (3) salienta que um dos membros é mais verdadeiro (provável) e (4) confirma que cada membro não é (determinadamente) verdadeiro (ou falso) *ainda*. Em (5), um “determinadamente” é entendido como implícito antes de cada membro da contradição – não é necessariamente o caso que um membro seja determinadamente verdadeiro e o outro determinadamente falso – e dessa forma finalmente concilia (5) com (1).

Podemos dizer que essa interpretação toma a disjunção de (1) não distributivamente, pois os valores de verdade não estão distribuídos aos disjuntos, enquanto que (5) a disjunção é tomada distributivamente. Portanto, para Boécio e Tomás, Aristóteles estaria autorizado a dizer que proposições futuras em matéria contingente são, em certo sentido, verdadeiras ou falsas (a saber, no sentido mais amplo de serem verdadeiras-ou-falsas), mas não do mesmo modo como as proposições presentes e passadas o são. Com isso, Aristóteles teria afastado o determinismo, que retirava toda a sua força da suposição que todas as proposições têm um valor de verdade determinado.

De acordo com Tomás, Aristóteles evita o determinismo sem abandonar a definição de proposição, a saber, toda proposição – incluindo as futuras em matéria contingente – divide o verdadeiro e o falso. O que Tomás faz no decorrer de seu comentário é mostrar que a divisão do verdadeiro e do falso pode se dar de duas formas: determinadamente ou indeterminadamente. Enquanto proposições passadas e presentes dividem do primeiro modo, “com as futuras é diferente”. Estas não podem ser determinadamente verdadeiras ou falsas pois, ao contrário das presentes e passadas, o estado de coisas que descrevem não

¹³⁸ Boécio, Comentário ao *De Interpretatione*, 1.125.20.

está decidido, mas em aberto. Por conseguinte, está em aberto qual valor de verdade corresponderá à proposição. Dizer que proposições futuras são indeterminadamente verdadeiras ou falsas é o mesmo que dizer que elas não são *ainda* determinadamente verdadeiras ou falsas, mas apenas verdadeiras-ou-falsas. A partir do momento em que o estados de coisas em questão se realiza, elas deixam de ser verdadeiras-ou-falsas e passam a ser verdadeiras ou falsas, isto é, passam a ter um valor de verdade determinado. Na visão de Boécio e Tomás, uma proposição é determinadamente verdadeira se, e somente se, ela corresponde a um estado de coisas realizado. E, dada a aderência desses filósofos à teoria aristotélica da correspondência, tão logo uma proposição tenha adquirido (determinadamente) um valor de verdade, ela torna-se necessariamente verdadeira. Embora haja momentos em que as proposições futuras não tenham valor de verdade determinado, elas sempre têm a propriedade disjuntiva “verdadeira-ou-falsa”. Não diríamos, com efeito, que “amanhã haverá uma batalha naval” é determinadamente verdadeira agora ou determinadamente falsa agora (o mesmo para a sua negativa). Diríamos, todavia, que toda a disjunção “ou haverá uma batalha naval amanhã ou não haverá uma batalha naval amanhã” é necessária agora.

A interpretação de Tomás pretende, assim, ter conciliado o resultado de *De Int.* 9 com a tese segundo a qual a diferença específica de uma proposição (que a diferencia a, por exemplo, uma súplica) é ser verdadeira ou falsa.

1. Bipolaridade e bivalência

Assim como os adeptos da interpretação tradicional ficam com ônus de explicar as relações lógicas sem apelar à bivalência, Tomás precisa explicar como pares contraditórios que não dividem determinadamente o verdadeiro e o falso mantêm relações lógicas.

Seja “P” a proposição “há uma batalha naval”. Marquemos agora seus aspectos temporais com os índices t_0 , t_1 e t_2 como, respectivamente, “houve uma batalha naval”, “há uma batalha naval” e “haverá uma batalha naval”. Recusar que as proposições futuras em matéria contingente tenham valor de um verdade aparentemente equivale a dizer que:

- a) P_{t_0} é verdadeira ou falsa ;
- b) P_{t_1} é verdadeira ou falsa;
- c) P_{t_2} não é verdadeira nem falsa;

Se interpretarmos as relações lógicas enquanto funções de verdade, segue-se que as seguintes composições são verdadeiras:

$$\text{i) } (P_{t_0} \vee \sim P_{t_0}) ; \sim (P_{t_0} \wedge \sim P_{t_0}) ;$$

$$\text{ii) } (P_{t_1} \vee \sim P_{t_1}) ; \sim (P_{t_1} \wedge \sim P_{t_1}) ;$$

Mas como explicar as seguintes relações lógicas?

$$\text{iii) } (P_{t_2} \vee \sim P_{t_2}) ; \sim (P_{t_2} \wedge \sim P_{t_2}) ;$$

As composições (i) e (ii) são verdadeiras porque P_{t_0} e P_{t_1} têm valores de verdade determinados. Dado que a negação é uma função que inverte os valores de verdade, então se P_{t_0} é verdadeira, $\sim P_{t_0}$ é falsa, e vice-versa. Disso se segue que as proposições complexas (i) e (ii) têm valores de verdade determinados. Mas como explicar que P_{t_2} e $\sim P_{t_2}$ são proposições contraditórias se elas não têm valor de verdade? Ainda, como a negação e os demais conectivos operariam em (iii)?

Como pretendemos mostrar, a solução para essa dificuldade encontra-se nas suposições de base da lógica aristotélica e na constatação de que as considerações metafísicas do tempo devem sobrepor-se à tendência de tomar o PB como um princípio ao lado do PNC e do PTE. Para isso retomaremos os resultados de nossa análise da definição de proposição e também do livro Gama da Metafísica, para então mostrarmos que é possível retomar os argumentos do PNC e do PTE, mostrando que eles não dependem do PB. Isso servirá de confirmação para o fato de as relações lógicas (notadamente a relação de contradição) em Aristóteles e Tomás de Aquino não serem baseadas em funções de verdade. Mostraremos, com efeito, que uma proposição pode ter apenas um dentre dois valores de verdade que se excluem mutuamente sem, contudo, precisar ter determinadamente um ou outro.

Nossa principal evidência encontra-se em *In De Int.* VII e IX, onde vimos que a caracterização de uma proposição como verdadeira ou falsa baseia-se na sua concepção como uma **atividade enunciativa**. A partir dessa concepção, pudemos perceber que se deve levar em conta a separação do nível proposicional ou da enunciação e o nível ontológico, da realidade. Como vimos, a proposição, entendida como uma atividade humana, é complexa, pois resulta de uma combinação de dois elementos: o nome e o verbo, sendo que o primeiro designa o sujeito e o segundo o predicado. Assim, no nível do discurso, existem duas

possibilidades de proposição: quando combinamos um sujeito com um predicado temos uma afirmação; quando separamos o sujeito do predicado temos uma negação. No nível da realidade, temos igualmente duas possibilidades: a presença de uma propriedade em um sujeito e a ausência de uma propriedade em um sujeito. A partir disso, chamamos a atenção para três características desse esquema:

- a) Deve-se levar em conta a separação do nível proposicional ou da enunciação e o nível ontológico, da realidade;
- b) A prioridade do nível ontológico sobre o lógico ou discursivo;
- c) A possibilidade de colocar os dois níveis em correspondência.

A terceira característica mostra que não há uma correspondência necessária entre a proposição e o estado de coisas que ela descreve, ou seja, entre uma afirmação (ou negação) e a real presença (ou ausência) de uma propriedade em um sujeito. Somado à isso, temos o fato de que proposições futuras em matéria contingente não têm um valor de verdade determinado, resultado da ausência de correspondência entre a proposição e o estado de coisas que ela pretende descrever. Podemos dizer que é constitutivo de uma proposição que ela represente certa disposição entre um sujeito e uma propriedade, mesmo a despeito da existência de tal disposição na realidade. A isso podemos chamar, recorrendo ao vocabulário wittgenstaniano, a bipolaridade da proposição¹³⁹.

Neste momento, nos permitimos citar uma passagem longa, porém esclarecedora da introdução de Luiz Henrique Lopes dos Santos ao *Tractatus* de Wittgenstein, a qual sistematiza o que dissemos até aqui:

“Dado dois nomes, sujeito e predicado possíveis de um enunciado predicativo afirmativo ou negativo (“*A é B*”, “*A não é B*”), abrem-se uma alternativa no plano das coisas e uma no plano da enunciação. As coisas nomeadas podem existir combinadas ou separadas, pode-se enunciar que existem combinadas ou que existem separadas. O enunciado afirmativo realiza a primeira possibilidade enunciativa em detrimento da segunda, o negativo realiza a segunda em detrimento da primeira. Se a possibilidade enunciativa realizada corresponde à possibilidade realizada no plano das coisas, o enunciado é verdadeiro; caso contrário, é falso. O enunciado predicativo é caracterizado, portanto, como veículo de uma *escolha*, veiculada pelo verbo, que consiste em privilegiar um entre dois pólos de

¹³⁹ Em nota dirigida à Russell, Wittgenstein (1997, p. 171) afirma: “Toda proposição é essencialmente verdadeira-falsa. Uma proposição tem, então, dois pólos (correspondente ao caso da sua verdade e ao caso de sua falsidade). É a isso que chamamos o *sentido* de uma proposição. A *significação* de uma proposição é o fato que corresponde efetivamente a ela”.

uma alternativa exclusiva. O enunciado afirmativo privilegia, apresentando-a como real, a possibilidade da combinação em detrimento da possibilidade da separação; o negativo privilegia esta em detrimento daquela. Caracterizar a proposição como **bipolar** é entender que a essência da representação proposicional reside nessa escolha, no privilégio que por meio da proposição se atribui a um dos pólos de uma alternativa em prejuízo do outro. Toda proposição apresenta algo como real, mas algo que, em princípio, poderia não o ser. Assim, lembra Aristóteles, tudo que se pode afirmar pode-se negar e vice-versa. É essa possibilidade que confere sentido (significação) ao enunciado, na medida em que confere sentido (direção) ao ato enunciativo que ele veicula – definido, como todo ato, por um fim visado: representar a realidade. [...] este fim pode ser ou não atingido. O sucesso do ato é a verdade do enunciado, o fracasso é a sua falsidade. Mas um ato enunciativo fracassado ainda é um ato enunciativo, um enunciado falso ainda é um enunciado (SANTOS, 1993, p.22).

Assim, convencionou-se chamar de “bipolaridade” esta caracterização da proposição: toda a proposição pressupõe um espaço bipolar, onde ela se situa em um dos pólos, jamais sendo neutra, sempre afirmando ou negando. Mas qual o ganho da introdução desse vocabulário “estrangeiro” neste contexto? Ele nos permite chamar atenção para a possibilidade de se manter o sentido de uma proposição independentemente de seu valor de verdade, pois garante que o que torna uma proposição verdadeira (ou falsa) não é idêntico ao que lhe dá sentido. Também explica como uma proposição pode ser falsa e ainda assim ter sentido, isso porque, assim como na definição de proposição de Tomás, a bipolaridade toma como fundamento a tese a independência dos planos ontológico e discursivo. Ainda assim, ele de certo modo guarda uma relação com os valores de verdade, não como valores de proposições, mas indicando-os como seus pólos.

Assim, a noção de bipolaridade serve como uma luva como esclarecimento do que Tomás entende por “verdadeiro/falso indeterminadamente”. De fato, a bipolaridade está para a bivalência assim como o verdadeiro *indeterminate* está para o verdadeiro *determinate*¹⁴⁰. Assim, podemos falar com mais propriedade e clareza daquilo que chamamos provisoriamente de propriedade “verdadeira-ou-falsa” para explicar qual aspecto da proposição Tomás se referia com a noção de ser indeterminadamente verdadeiro ou falso.

¹⁴⁰ A mesma comparação parece ser feita por Kretzmann (1998) através das noções de “bivalência estreita” e “bivalência larga”. Ao preservar a palavra “bivalência” para falar de proposições verdadeiras-ou-falsas, Kretzmann é levado a dizer que a solução de Boécio consiste em preservar a bivalência e ao mesmo tempo refutar o determinismo. Mas isso só é coerente porque foi atribuído à “bivalência” um sentido completamente diferente do usual. Todavia, por considerarmos tal noção demasiadamente arraigada – sobretudo na discussão sobre *De Int. 9* – optamos por opô-la à de *bipolaridade*. A nosso ver, ela desempenha o mesmo papel de “bivalência larga”, mas de modo mais claro e sem incorrer justamente na leitura que queremos afastar: que Tomás e Aristóteles comprometem-se com o PB.

Resta entender como fica o PTE neste novo quadro. Ou melhor, como a bipolaridade se comportará em um par contraditório? Se o par é composto de duas proposições bipolares, sendo uma a negação da outra, então podemos dizer que uma disjunção “A é B *ou* A não é B” esgota o espaço lógico que elas poderiam preencher. O resultado disso é que entre contraditórios não há intermediários, ou seja, não há nada entre uma afirmação e a sua negação e, por conseguinte, também não há nada entre o verdadeiro e o falso. Ora, o PTE nada mais é que uma consequência da essência da proposição, na medida em que ele expressa a bipolaridade disjuntivamente, na forma (P ou ~P), ou seja, a própria natureza da proposição como bipolar explica porque um par contraditório é exaustivo.

Quanto ao PNC, convém lembrar que, em uma contradição, exatamente aquilo que a afirmação descreve como unido, a negação descreve como separado. Estas proposições são formadas pelos mesmos nomes e verbos, os quais se referem às mesmas coisas, havendo, contudo, uma diferença de *sentido* entre elas. Se a partícula negativa modifica a composição da proposição, ela conseqüentemente modifica seu sentido – mais precisamente, a inversão do sentido anterior. Como o sentido da afirmação exclui o da negação, então, quando a primeira for verdadeira, a outra será falsa (e vice-versa), pois o mesmo estado de coisas que torna uma verdadeira falsifica a outra. Assim, quando dizemos “amanhã haverá uma batalha naval *ou* amanhã não haverá uma batalha naval”, estamos afirmando verdadeiramente que é *hoje* necessário que a realização do evento “ocorrer uma batalha naval amanhã” exclui a opção da sua não realização.

Por essas razões, ser afirmativa ou negativa é uma característica da essência da proposição; ser verdadeira ou falsa, uma característica da correspondência ou não do seu sentido à realidade. Portanto, para a atribuição de um valor verdade a uma proposição, é necessário, mas não suficiente, a prévia determinação de seu sentido, o que prova a independência deste com relação à verdade e à falsidade. Em outras palavras, tanto a proposição afirmativa como a negativa representam o mundo de um determinado modo, ou de outro, sem, no entanto, que disso decorra que o mundo se encontre do modo como foi descrito pela proposição. Para estabelecermos se uma proposição é verdadeira ou falsa, deveremos “sair” do nível lógico e adentrar no nível ontológico – é requerida uma confrontação com o mundo. Assim, podemos dizer que, para a proposição em geral, é essencial que ela seja uma afirmação ou um negação, ao passo que o seu valor de verdade lhe é apenas accidental. Isso não quer dizer, todavia, que Tomás de Aquino recusa as relações lógicas para as proposições sobre o futuro em matéria contingente.

Podemos observar, enfim, que nos capítulos anteriores, quando reconstruímos os argumentos de Gama 4 e 7, nosso objetivo limitava-se a entender o que contava como condição de sentido do nosso discurso. Sendo que assegurar a sua possibilidade era nossa única preocupação, e apenas secundariamente as relações entre verdade e falsidade. Procuramos mostrar que, em primeiro lugar, os argumentos a favor do PNC e PTE em nenhum momento recorreram ao modo como as coisas efetivamente são. Pelo contrário, mostramos que as provas são bem-sucedidas ainda que transcorram exclusivamente no nível discursivo. Esse foi notadamente o nosso esforço de optar pela leitura semântica do argumento *elénctico* em detrimento da leitura essencialista, inevitavelmente ancorada na realidade e no modo como as coisas são. Em segundo lugar, mostramos também que ambos os princípio do ser enquanto ser possuem formulações sintáticas e que, por isso, não somos de modo algum obrigados a tomá-los como dependendo dos valores de verdade.

Deste modo, a validade irrestrita do PNC e do PTE é mantida, mas para isso foi preciso sustentar a desigualdade das proposições futuras em matéria contingente em relação às demais. As proposições futuras compartilham com as demais o fato de expressarem uma “intenção de verdade”, mas diferenciam-se simplesmente pelo fato de que tal intenção não se encontra satisfeita ainda. Elas continuam a respeitar os princípios de PNC e PTE, e ainda podem, portanto, formar pares genuinamente contraditórios, isto é, cujos termos são exclusivos e exaustivos. Portanto, que a oposição contraditória seja exclusiva e exaustiva é uma tese logicamente anterior à caracterização da proposição como bivalente ou determinadamente verdadeira ou falsa, ou seja, a formulação do PNC e do PTE em termos de valores de verdade é uma **conseqüência** e não o ponto de partida.

2. A interpretação tradicional

Em 1930, Lukasiewicz publicou sua célebre interpretação sobre *De Int.* 9:

O Princípio da Bivalência, isto é, o princípio segundo o qual toda proposição é ou verdadeira ou falsa, era familiar à Aristóteles, que explicitamente definiu uma proposição como um discurso que é ou verdadeiro ou falso”.[...] Nós vemos em *Int.* 17a2-3: “nem toda expressão é uma proposição, mas apenas aquelas nos quais há verdade ou falsidade”. Aristóteles, entretanto, não aceita a validade deste princípio para proposições sobre eventos futuros contingentes. O famoso capítulo 9 do *De Interpretatione* é dedicado a esse assunto. Aristóteles acreditava que o determinismo seria a conseqüência inevitável do princípio de bivalência – uma conseqüência que ele não é capaz de aceitar. Assim, ele

é forçado a restringir o princípio (LUKASIEWICZ, 1970 apud KRETZMANN, 1998, p. 24).

A interpretação de Lukasiewicz forneceu a base para as discussões contemporâneas sobre *De Int.* 9, sendo por isso denominada de “interpretação tradicional”¹⁴¹. Segundo o lógico polonês, no capítulo 4 do tratado aristotélico declara que o PB é a diferença específica da proposição (o que a distingue das demais formas de discurso), mas descobre no capítulo 9 que tal característica essencial da proposição implica o determinismo. Aristóteles se encontraria, assim, frente a um dilema: ele deve ou bem aceitar o determinismo e abraçar as suas conseqüências indesejáveis, ou bem negar o determinismo e com ele o que parecia ser a essência da proposição. De acordo com Lukasiewicz (1970), Aristóteles restringe a validade do PB às proposições sobre o presente, passado e estados de coisas futuros em matéria necessária, e com isso opta pela segunda alternativa do dilema. Isso significa dizer que a interpretação tradicional aceita como válida a inferência determinista do verdadeiro ao necessário, isto é, se uma proposição é verdadeira, então é necessário que o estado de coisas por ela descrito esteja determinado. Por outro lado, apoiada sobre a passagem 19a27-32, a interpretação tradicional preserva a validade irrestrita do PTE.

Até hoje, a interpretação de Lukasiewicz permaneceu, de um modo ou de outro, no centro da controvérsia sobre *De Int.* 9. A visão de Aristóteles como confrontando o dilema “*PB X Determinismo*”, e então escolhendo por restringir o PB também é considerada a interpretação mais antiga registrada (KRETZMANN, 1998).

Em seu comentário ao *De Int.*, Boécio atribui a mesma visão aos Estóicos. Mas eles também pensaram que Aristóteles escolheu a alternativa errada do dilema: entre abraçar o determinismo e abrir mão da tese segundo a qual toda proposição é verdadeira ou falsa, eles ficam com o primeiro, já que consideram essa tese como fundamental à lógica (KRETZMANN, 1998). Segundo Sorabji (1980), a interpretação que Lukasiewicz (1970) atribui a Aristóteles é a mesma dos peripatéticos: para Simplicio, a ausência de um valor de verdade em uma proposição face à conseqüência determinista era vista como correta por Epicuro e provavelmente por Alexandre de Afrodisia, enquanto teria sido rejeitada por Crisipo e Cícero.

¹⁴¹ Rótulo, aliás, de pertinência discutível, já que não faz justiça à tradição medieval de comentários ao *De Int.* 9. É certamente desconcertante chamar de “tradicional” a interpretação de um lógico contemporâneo diante das interpretações de Boécio e Tomás de Aquino.

À guisa de contraste, convém apresentar também a interpretação de Anscombe (1956), a qual foi adotada por diversos intérpretes contemporâneos e que por isso também integrou o centro de discussão sobre *De Int.* 9. Segundo ela, Aristóteles não suspende a validade do PB, mas faz uma distinção entre verdade *necessária*, e verdade *simples*. De acordo com essa interpretação, Aristóteles toma as proposições sobre eventos passados como necessárias, dado que seus estados de coisas já estão determinados, enquanto que as proposições futuras em matéria contingente seriam apenas verdadeiras ou falsas – o que não implicaria que elas fossem *necessariamente* verdadeiras ou falsas. De acordo com essa interpretação, Aristóteles não restringe o PB nem o PTE, mas, antes, interrompe a inferência fatalista da verdade para a necessidade. A maior justificação de Anscombe estaria na passagem 19^a32-3 do tratado aristotélico: “proposições são verdadeiras de acordo como as coisas realmente se encontram”¹⁴².

Todavia, existem dezenas de interpretações concorrentes, cada qual se concentrando em diferentes aspectos do texto de Aristóteles – e por isso mesmo, muitas não fazem justiça ao texto como um todo. É inútil resumir todas elas aqui: nosso objetivo é registrar apenas as duas interpretações que acabaram se tornando moeda corrente, para então podermos apreciar a originalidade e peculiaridades da interpretação de Tomás.

3. A interpretação de Tomás de Aquino e a interpretação tradicional

Podemos agora mostrar a proximidade da interpretação do pensador medieval daquela sob o rótulo de “tradicional”. Segundo Gaskin (1995), a interpretação de Boécio (da qual tomamos Tomás como partidário) não constitui uma alternativa logicamente distinta à interpretação tradicional – a qual combina a recusa do PB para as proposições futuras em matéria contingente com a preservação do PTE. De acordo com a interpretação tradicional, os membros de um par contraditório de proposições futuras não têm *agora* um valor de verdade, mas o adquirem quando o evento que descrevem ocorre (ou não). Para ambas as interpretações, o PTE não implica a divisão do verdadeiro e do falso em um par contraditório.

A interpretação medieval restringe a aplicabilidade da “verdade *determinada*” às proposições presentes e passadas, tal como a interpretação tradicional restringe a

¹⁴² Contudo, pretendemos ter mostrado que Tomás (e muito provavelmente Aristóteles) aceita a inferência determinista, com base no que denominamos de *necessidade veritativa*. Para uma crítica detalhada à interpretação de Anscombe, ver Frede (1985, p. 46-9).

aplicabilidade do PB ao mesmo grupo de proposições. O espírito da solução aristotélica parece ser preservado por ambas as interpretações, contudo, elas lidam diferentemente com a definição de proposição. Enquanto a interpretação tradicional assume um princípio adicional – o PB – e o toma como aquilo que define uma proposição para depois, quando confrontado com a inferência determinista, suspendê-lo, a interpretação de Tomás evita o embaraço de fazer Aristóteles “voltar atrás” na com respeito ao princípio e à definição de proposição. Ao invés de simplesmente suspender o PB para o caso dos futuros contingentes, Tomás apresenta a distinção verdade determinada e verdade indeterminada, que visa qualificar a divisão dos valores de verdade em um par contraditório e, com isso, qualificar a definição de proposição.

Assim, a interpretação de Tomás tem a vantagem de manter a coerência do texto de Aristóteles, preservando a estrutura de *De Int.* 9 como uma *reductio ad absurdum* e compatibilizando a sua solução com os capítulos precedentes do tratado – além, claro, de observar os pressupostos metafísicos e lógicos do Filósofo.

4. O status do futuro

Em suma, não é a “futuridade” dos futuros contingentes que, sozinha, impede que eles sejam descritos por proposições verdadeiras, mas o fato deles estarem em aberto. É obretudo no *status* metafísico do futuro que a posição de Aristóteles e Tomás está fundada. Se um evento ocorreu, então não importa se ele era contingente ou não, a sua ocorrência exclui a possibilidade de que outro evento incompatível ocorra ao mesmo tempo. No caso dos futuros contingentes, nada aconteceu para excluir a possibilidade de que o evento incompatível ocorra. Assim, se ontem houve uma batalha naval, a possibilidade de que a mesma batalha não ocorra está excluída. Se a batalha naval é futura, está em aberto a sua ocorrência ou a sua não ocorrência. Em termos aristotélicos, isso quer dizer que a potencialidade para os contrários foi atualizada em uma das suas direções, tendo “fechado” para sempre a dupla alternativa que até então se mantivera. No entanto, nada pode excluir a contingência de um evento futuro até a sua realização, quando ele então deixará de ser futuro e contingente.

Em outras palavras, podemos dizer que há apenas um passado necessário, mas muitos futuros possíveis. Um estado de coisas passado não pode ser desfeito, não importando o quão improvável ou fortuito ele tenha sido antes de ocorrer. Ora, o passado consiste exatamente naquilo que ocorreu e, mesmo que possamos dizer que ele poderia

muito bem ter ocorrido de outra maneira, o fato de que ele já foi atualizado torna impossível a ocorrência de quaisquer outros eventos que poderiam tomar o seu lugar. O futuro, também, consiste em tudo aquilo que ocorrerá; mas nesse caso, nada foi atualizado para “fechar” a ocorrência de dois estados de coisas contrários – a menos que estejamos falando de eventos determinados em suas causas, como é o caso dos movimentos celestes. Com relação a um estado de coisas contingente futuro, podemos dizer apenas que *se* ele ocorrer, então o estado de coisas contrário estará excluído. Mas com respeito a um estado de coisas contingente passado, podemos dizer que, *já que ele ocorreu*, ele é necessário.

A partir do que foi dito, não é difícil perceber que a conjunção do PNC e do PTE para o passado e o presente de fato implica o PB, mas isso não nos autoriza a concluir a sua validade ilimitada, pois a noção de verdade é temporal. Como vimos anteriormente, Aristóteles e Tomás de Aquino sustentam uma clara separação entre o nível do discurso e aquele da realidade assim como a prioridade ao nível ontológico, já que a existência das coisas é condição de verdade das proposições. Se o nível ontológico é essencialmente temporal, então nosso discurso e suas próprias regras devem ser também temporais. Justamente por essa razão, toda proposição deve conter um verbo ou uma flexão deste¹⁴³.

Que a prioridade do ontológico sobre o lógico deve ser observada para responder ao fatalismo é cristalina nesta passagem:

Depois que o Filósofo mostrou as impossibilidades que se seguem dos argumentos apresentados acima [...], conclui a verdade. A esse respeito faz duas coisas: argumentando ao impossível, ele procedeu das proposições para as coisas, e assim removeu os inconvenientes que se seguem [das posições acima]. Agora, na ordem inversa, ele mostra primeiramente como se dá a verdade a respeito das coisas; em segundo lugar, como se dá a verdade a respeito das proposições.¹⁴⁴

Com efeito, dado que a ordem ontológica é essencialmente temporal, a relação entre os dois domínios também deve ser compreendida temporalmente. O erro do argumento determinista está justamente na inobservância dessa tese. Assim, proposições futuras em

¹⁴³ Claro, nas proposições matemáticas, por exemplo, quando dizemos que “cinco mais sete é igual a doze”, estamos usando o verbo ser omnitemporalmente. O mesmo para “todo homem é mortal” e “o Sol se levanta toda manhã”. Porém, é porque o necessário não é temporal que podemos exprimir essas proposições no presente atemporal. Isso vale para toda proposição matemática, para proposições de essência ou para proposições sobre o supralunar. Mas quando as coisas são nelas mesmas temporais, devemos exprimir por meio de proposições temporais.

¹⁴⁴ *In De Int.* Lição XV, 1. Postquam Philosophus ostendit esse impossibilia ea, quae ex praedictis rationibus sequebantur [...], concludit veritatem. Et circa hoc duo facit: quia enim argumentando ad impossibile, processerat ab enunciationibus ad res, et iam removerat inconvenientia quae circa res sequebantur; nunc, ordine converso, primo ostendit qualiter se habeat veritas circa res; secundo, qualiter se habeat veritas circa enunciationes.

matéria contingente não são verdadeiras ou falsas, pois o que elas representam é por natureza indeterminado. A solução aristotélica incorpora, assim, a visão de que o futuro está genuinamente em aberto. É importante notar que tal restrição não implica o total abandono do PB. O abandono da bivalência para todas as proposições equivaleria ao abandono da noção aristotélica de verdade – consequência inadmissível para Tomás de Aquino. Estamos abrindo mão da bivalência apenas como um princípio lógico e como característica essencial da proposição.

Agora ficam claras as razões de nossa resistência, no primeiro capítulo, em aceitar a leitura de Lukasiewicz (1970) de 17^a2-3. Enquanto definição de proposição, a formulação do PB é demasiado restritiva. Se o que defini uma proposição é o fato dela ser verdadeira/falsa, então só existem proposições que estejam em uma relação de correspondência com estados de coisas. O que esta interpretação implica é que uma afirmação/negação, se nunca esteve em uma relação de correspondência com o estado de coisas descrito, não é uma proposição. Tal definição não contempla, assim, o caso das proposições futuras em matéria contingente, as quais ainda não estão em correspondência com o estado de coisas que pretendem descrever, já que estes nunca foram atualizados. Portanto, uma tensão decorre imediatamente da leitura da definição de proposição como PB: ou bem não é possível que haja proposições sobre o futuro em matéria contingente, ou bem o PB não joga papel algum na definição de proposição.

Em suma, pretendemos ter mostrado que a recusa do PB, seja como definição da proposição, seja como um princípio ao lado do PNC e do PTE, longe de ser problemática, é a interpretação mais intuitiva e acertada com relação à lógica aristotélica. Procuramos ter mostrado que Tomás, consciente disso, introduziu a distinção entre verdade/falsidade determinada e verdade/falsidade indeterminada.

CONCLUSÃO

Através da introdução da noção de bipolaridade, foi possível distinguir de modo mais claro em uma proposição as suas *condições de sentido* da *atribuição de valores verdade*. Diante dessa distinção, pudemos mostrar que a lição a ser extraída do problema dos futuros contingentes consiste justamente em assumir que uma proposição não precisa ser verdadeira ou falsa para ser significativa e para manter relações lógicas com outras proposições. Para que este resultado fosse alcançado, foi fundamental a nossa reconstrução dos argumentos do livro Gama da *Metafísica*.

Esperamos ter deixado claro que os argumentos a favor do PNC e PTE estabelecem sua conclusão com relação às condições de significação sem precisar recorrer à forma como as coisas estão dispostas na realidade. “Significar”, no contexto do livro Gama, envolve simplesmente um ato de “demarcação” entre o que uma coisa é e o que uma coisa não é, mas não designa necessariamente algo no mundo que corresponda ao nome significado. Mas quando usamos uma proposição para designar um estado de coisas, então ela deve satisfazer o PNC em sua formulação semântica. Isso deve ser feito para poder-se falar com verdade ou falsidade, pois quando uma proposição é verdadeira ou falsa, saímos do âmbito meramente discursivo e estabelecemos uma correspondência com o âmbito ontológico. De fato, em nossa reconstrução das lições I–VII do comentário de Tomás de Aquino, pudemos constatar que a **pretensão de descrever o mundo**, de fazer corresponder um pensamento a um estado de coisas parece estar subjacente na concepção aristotélica da proposição.

Em nossa análise das primeiras lições do Comentário de Tomás, identificamos as seguintes características da proposição:

(i) A proposição é uma concepção complexa, na medida em que ela é formada por pelo menos dois elementos (nome e verbo);

(ii) As relações entre nome e verbo são determinadas pela segunda operação do intelecto;

(iii) Por essa operação, abrem-se duas possibilidades enunciativas: ou bem há combinação de nome e verbo para dizer que algo é, ou bem há separação de nome e verbo para dizer que algo não é;

(iv) Enquanto a afirmação realiza a primeira possibilidade, a negação realiza a segunda.

(v) Toda proposição **visa** um valor de verdade. Em outras palavras, toda proposição é essencialmente bipolar.

A partir delas, pudemos caracterizar a proposição como uma *atividade suscetível de ser bem ou mal sucedida*. O critério para determinar se, ao enunciar uma proposição, alguém é bem ou mal-sucedido, é a comparação com realidade. Se uma proposição descreve um estado de coisas tal como ele é, ela é verdadeira, se não há a correspondência almejada, ela é falsa. Vimos acima que a proposição envolve uma dupla alternativa (a afirmação e a negação); agora, percebemos que a proposição envolve uma segunda dupla alternativa: a de ser verdadeira ou falsa, por comparação com a realidade.

Em suma, todo ato enunciativo tem como suposição a pretensão de descrever o mundo. Isto nada mais é que, em outras palavras, uma *pretensão de verdade*. Claro, a realização tal pretensão não é garantida pelo simples ato de proferi-la, pois isso ainda depende da confrontação com os fatos, o que torna a proposição ao mesmo tempo uma possibilidade de falsidade. Poderíamos dizer, assim, que o verdadeiro e o falso estão na proposição enquanto *seus possíveis resultados*. Por outro lado, frases como preces e exortações, ainda que sejam complexas e tenham significado, não pretendem dizer nada que pudesse ser verificado como verdadeiro ou falso.

Outra forma de nos referirmos a essa característica essencial da proposição é através da noção de bipolaridade. Essa noção também nos permitiu tornar compreensível a passagem, à primeira vista contra-intuitiva, onde Tomás diz que, embora as proposições futuras contingentes não sejam determinadamente verdadeiras e ou determinadamente falsas, “a verdade não está completamente faltando a elas”¹⁴⁵. Que relação pode uma proposição manter com os valores de verdade sem, no entanto, ser verdadeira ou falsa? O que garante que, em um par contraditório, a verdade e a falsidade não estejam distribuídas em seus elementos? Tendo em mente os resultados de Gama 7, a resposta certamente não

¹⁴⁵ *In De Int.*, XIII, 12.

está em assumir um sentido intermediário de verdade, uma “meia verdade”. A idéia que as proposições visam um dentre dois valores de verdade, sem se comprometer com um em particular, porém, parece nos colocar na trilha certa.

Chamamos a atenção para o fato de que, do ponto de vista da proposição, as formulações sintáticas dos princípios da ciência suprema são *primeiras* em relação às semânticas. Mesmo assim, para que uma proposição seja verdadeira ou falsa, ela deve satisfazer as condições de significação antes de obter um valor de verdade. Ora, não há nada na definição da proposição que exija que ela seja determinadamente verdadeira ou falsa. Por isso estamos autorizados barrar a leitura que Lukasiewicz (1970) faz da passagem de 17a2-3, quando tomar a diferença específica da proposição, a saber, *discurso no qual há verdade ou falsidade*, como equivalente a *toda proposição é verdadeira ou falsa*.

Somente a partir das formulações sintáticas foi possível mostrar que não há incompatibilidade entre afirmar o PTE e, ao mesmo tempo, sustentar que a proposição “amanhã haverá uma batalha naval” ainda não tem valor de verdade determinado. Deste modo, a validade irrestrita do PNC e do PTE é mantida diante da ameaça fatalista, mas para isso foi preciso sustentar a desigualdade das proposições futuras em matéria contingente em relação às demais: as proposições futuras compartilham com as demais o fato de expressarem uma “intenção de verdade”, mas diferenciam-se simplesmente pelo fato de que tal intenção não se encontra satisfeita ainda. Elas continuam a respeitar os princípios de PNC e PTE e podem, portanto, formar pares genuinamente contraditórios, isto é, cujos termos são exclusivos e exaustivos. Portanto, que a oposição contraditória seja exclusiva e exaustiva é uma tese logicamente anterior à caracterização da proposição como bivalente ou determinadamente verdadeira ou falsa.

Portanto, vimos que a bivalência nada mais é que a consequência da regra dos pares contraditórios, a qual não é mais do que a união das formulações semânticas do PNC e PTE. Em momento algum temos a bivalência assumida como um princípio, e certamente não enquanto princípio do ser enquanto ser. Por essa razão, a solução de Tomás é mais atraente que a tradicional, sobretudo porque ela não admite um princípio suplementar. No contexto aristotélico, enunciar um princípio e depois restringi-lo é certamente desconcertante. Se o a bivalência é realmente um princípio, então em algum sentido ela deve ser um ponto de partida. Sabemos que ele não condição de significação, pois se esse fosse o caso ela provavelmente estaria fazendo companhia ao PNC e ao PTE no livro Gama da Metafísica. Mostramos também que não precisamos dela para formar pares contraditórios e nem mesmo para examinarmos os diferentes tipos de oposição que as

proposições mantêm entre si. Além disso, vimos que não é exatamente a bivalência que é enunciada como a diferença específica do discurso proposicional.

Nesse sentido, a bivalência supõe a determinação. Tendo isto em vista, não parece minimamente forçoso atribuir a ela o status de princípio. Por outro lado, pretendemos ter mostrado que a base da teoria aristotélica da proposição consiste nas suas condições de sentido e que Tomás observou isso. Posicionamo-nos a favor da leitura sintática da primeira prova do PNC movidos por esse espírito, além de termos mostrado que existem razões internas do texto de Tomás de Aquino que nos autorizaram a seguir essa leitura.

REFERÊNCIAS

Obras Clássicas:

AQUINO, Tomás de. *Sancti Thomae Aquinatis Opera omnia iussu impensaue Leonis XIII P. M. edita*. Roma: Typographia Polyglotta, a partir de 1882.

_____. *In duodecim libros Metaphysicorum Aristotelis expositio*. Ed. M. R. Cathala; R. M. Spiazzi. 2ª ed.: Marietti: Taurini-Romae, 1971.

_____. *Aristotle on Interpretation: Commentary by St. Thomas and Cajetan*. Trad. Jean Oesterle. Mediaeval Philosophical Texts in Translation, 11. Milwaukee: Marquette University Press, 1962.

_____. *Commentary on the Metaphysics of Aristotle*. Trad. ROWAN, J. Chicago: Henry Regner, 1961.

_____. *Commentary on Aristotle's Nicomachean Ethics*. Trad. LITZINGER. O.P. Notre Dame: Dumb Ox Books, 1993.

_____. *Suma Teológica*. Vol. I, II, e III. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

ARISTÓTELES. *The Complete Works of Aristotle: The revised Oxford Translation*. (ed. J. Barnes). 2 vols. Princeton: Oxford University Press, 1984.

BOÉCIO. *The Consolation of Philosophy*. Col. Loeb Classical Library. Trad. Tester S. J. London: Harvard University Press, 1997.

EPÍTETO. *Entretiens*, Livros I e II. Paris: Les Belles Lettres, 1948.

HISPANUS, Petrus. *Manual de Introdução à Lógica*. Sevilla, 1503. Disponível em Fondos Digitalizados de la Universidad de Sevilla.

<http://fondosdigitales.us.es/books/digitalbook_view?oid_page=177821&actual_page=177820&order_page=177820&order_section=5887&oid_book=906&num_pages=303&num_pages=21¤t_page=30> Acesso em: 15 de maio de 2009.

Obras Modernas:

ACKRILL, J.L. (trad. e notas) *Aristotle's Categories and De Interpretatione*, Oxford: Clarendon Press, 1963.

ANGIONI, Lucas. *Princípio da não-contradição e semântica da predicação em Aristóteles*. Analytica, Vol. 4, n. 2, 1999.

ANSCOMBE, G. E. M. *Aristotle and the Sea Battle*. Mind, New Series, Vol. 65, n. 257. pp. 1-15, Jan., 1956.

BARBOSA FILHO, Balthazar. *Nota sobre o Conceito Aristotélico de Verdade*. Cadernos de História e Filosofia da Ciência, Série 3, v. 13, n. 2. Campinas, 2003.

CASSIN, Bárbara; NARCY, Michel. *La Décision du Sens: Le Livre Gamma de la Métaphysique d'Aristote*. Introduction, texte et commentaire. Paris: Vrin, 1989.

CAVINI, Walter. Arguing from a Definition: Aristotle on Truth and the Excluded Middle. In: N., Avgelis & F., Peonidis (org.), *Aristotle on Logic, Language and Science*. Thessaloniki: Sakkoulas, 1998.

CRAIG, W. Lane. *The Problem of Divine Foreknowledge and Future Contingents from Aristotle to Suarez*. Leiden: E. J. Brill, 1988.

FREDE, Dorothea. The Sea-Battle Reconsidered: A Defense of the Traditional Interpretation. In: ANNAS, Julia (org.). *Oxford Studies in Ancient Philosophy*. Vol. III. Oxford: Clarendon Press, 1985.

GASKIN, Richard. *The sea battle and the master argument. Aristotle and Diodorus Cronus on the metaphysics of the future*. Berlin: W. de Gruyter, 1995.

HINTIKKA, Jaakko. *The Once and Future Sea Fight: Aristotle's Discussion of Future Contingents in De Interpretatione IX*. The Philosophical Review, Vol. 73, n. 4., pp. 461-492, Oct., 1964.

_____. *Time and Necessity*. Oxford: Clarendon Press, 1973.

KIRWAN, Christopher. *Aristotle Metaphysics: Books Γ, Δ and E.* Trad. com notas por Christopher Kirwan. 2 ed. Oxford: Clarendon Press, 1993.

KNEALE, W., & KNEALE, M. *The development of logic*. Oxford: Clarendon Press, 1984.

KRETZMANN, Norman. Boethius and the truth about tomorrow's Sea Battle. In: BLANK, David & KRETZMANN, Norman. *Ammonius on Aristotle On Interpretation 9 with Boethius on Aristotle On Interpretation 9*. London: Duckworth, 1998.

LUKASIEWICZ, Jan. Philosophical Remarks on Many-Valued Systems of Propositional Logic. In: WOJTASIEWICZ, O (org. e trad.). *Selected Works*. Amsterdam: North-Holland Publishing, 1970.

_____. Aristotle on the law of contradiction. In: BARNES, J.; SCHOFIELD, M.; SORABJI, R (orgs). *Articles on Aristotle*, 3. Metaphysics. London: Duckworth, 1979.

PRIOR, Arthur. *Diodorian Modalities*. The Philosophical Quarterly, Vol. 5, n. 20, pp. 205-13, Jul, 1957.

RESCHER, N. Truth and Necessity in Temporal Perspective. In: RESCHER, N. *Essays in philosophical analysis*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1969.

RIJK, Ambertus Marie de. *Aristotle: General introduction, the works on logic*. Brill: Leiden, 2002.

ROSS, W. David (ed.). *Aristotle's Metaphysics: A revised text with introduction and commentary*. Oxford: Clarendon, 1924.

SCHABEL, Chris. *Theology at Paris - 1316-1345: Peter Auriol and the problem of divine foreknowledge and future contingents*. Ashgate Studies in Medieval Philosophy: Hants: Ashgate Publishing Press, 2000.

SCHUHL, P.M. *Le Dominateur et les Possibles*. Paris: Presses Universitaires de la France, 1960.

SORABJI, Richard. *Necessity, Cause and Blame: Perspectives on Aristotle's Theory*. Ithaca: Cornell University Press, 1980.

STRANG, Colin. *Aristotle and the Sea Battle*. Mind, New Series, Vol. 69, n. 276, pp. 447-465, Oct., 1960.

WHITAKER, C.W.A. *Aristotle's De Interpretatione: Contradiction and Dialectic*. Oxford: Clarendon Press, 1996.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*. Trad.: Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 1993.

_____. Notes Sur la Logique: septembre 1913 In: WITTGENSTEIN, Ludwig *Carnets 1914-1916*. tradução, introdução e notas de G. Granger: Paris: Gallimard, 1997.

ZILLIG, Raphael. *Significação e não Contradição: O papel da noção de significação na defesa do princípio de não-contradição em Metafísica 4*, Analytica, Volume 11, número 1, 2007.

_____. *Significação e não Contradição: um estudo sobre Metafísica* . 2003. 123f.
Dissertação (Trabalho elaborado para obtenção do título de Mestre em Filosofia).
UFRGS/IFCH, Porto Alegre, 2003.

ZINGANO, Marco, *Notas sobre o Princípio de Não Contradição em Aristóteles*. Cadernos
de História e Filosofia da Ciência, Campinas, Série 3, vol.13, n. 1, 2003.

_____. *Particularismo e Universalismo na Ética Aristotélica*. Analytica, Vol. 1, n. 3, 1996.